

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA**

Tamara Juriatti

**O TRABALHO DA TERRA: AS IMPLICAÇÕES DA
MERCANTILIZAÇÃO DA AGRICULTURA E DA
MIGRAÇÃO COMPULSÓRIA - O CASO DO
REASSENTAMENTO CRISTO REI/RS (1970-2010)**

Santa Maria, RS
2023

Juriatti, Tamara
O TRABALHO DA TERRA: AS IMPLICAÇÕES DA MERCANTILIZAÇÃO
DA AGRICULTURA E DA MIGRAÇÃO COMPULSÓRIA - O CASO DO
REASENTAMENTO CRISTO REI/RS (1970-2010) / Tamara
Juriatti.- 2023.
119 p.; 30 cm

Orientador: Diorge Alceno Konrad
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em História, RS, 2023

1. Agricultura Familiar 2. Trabalho 3. História
Agrária 4. Chiapetta - RS I. Konrad, Diorge Alceno II.
Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UPEN. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, TAMARA JURIATTI, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Tamara Juriatti

**O TRABALHO DA TERRA: AS IMPLICAÇÕES DA
MERCANTILIZAÇÃO DA AGRICULTURA E DA MIGRAÇÃO
COMPULSÓRIA - O CASO DO REASSENTAMENTO CRISTO REI/RS
(1970-2010)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em História**.

Orientador: Prof. Dr. Diorge Alceno Konrad

Santa Maria, RS
2023

Tamara Juriatti

**O TRABALHO DA TERRA: AS IMPLICAÇÕES DA
MERCANTILIZAÇÃO DA AGRICULTURA E DA MIGRAÇÃO
COMPULSÓRIA - O CASO DO REASSENTAMENTO CRISTO REI/RS
(1970-2010)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em História**.

Aprovado em 06 de fevereiro de 2023.

Diorge Alceno Konrad, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Everton Lazzaretti Picolotto, Dr. (UFSM)

João Carlos Tedesco, Dr. (UPF)

Marcos Botton Piccin, Dr. (UFSM)

Glauca Vieira Ramos Konrad, Dr^a. (UFSM)

Santa Maria, RS
2023

Agradecimentos

Agradeço, de forma especial, aos moradores do Reassentamento Cristo Rei por terem colaborado com a pesquisa, dedicando um tempo da sua rotina para procurar documentos e responder perguntas.

Agradeço ao meu pai, João Clair Juriatti, e minha mãe, Ivete Romansin Juriatti, que foram meus copilotos na realização das entrevistas, contribuindo por diversas vezes com o trabalho, compartilhando as suas memórias e sanando dúvidas quase que diariamente.

Ao orientador Diorge Alceno Konrad, conselheiro de longa data, que não mede esforços para que os trabalhos dos seus orientandos obtenham êxito.

Agradeço também ao meu namorado, João Batista Correa Pereira Filho, que colaborou, sendo o suporte emocional e intelectual no cotidiano da escrita.

Aos membros da banca avaliadora, que acompanharam o trabalho desde a qualificação, fica o meu agradecimento pela disponibilidade e o desejo de que o trabalho faça jus aos seus esforços.

À Universidade Federal de Santa Maria, por ser a Instituição de excelência que é, por ter um dos melhores programas de assistência estudantil do País, sem o qual, com toda a certeza, eu não teria chegado até aqui.

Houve muitas outras pessoas que colaboraram de diversas formas para que este trabalho fosse elaborado e a todas elas fica minha gratidão e desejo de sucesso.

RESUMO

O TRABALHO DA TERRA: AS IMPLICAÇÕES DA MERCANTILIZAÇÃO DA AGRICULTURA E DA MIGRAÇÃO COMPULSÓRIA - O CASO DO REASSENTAMENTO CRISTO REI/RS (1970-2010)

AUTORA: Tamara Juriatti

ORIENTADOR: Diorge Alceno Konrad

O presente trabalho busca entender as implicações das transformações no trabalho agrícola de um grupo de agricultores e agricultoras a partir das mudanças ocasionadas pela crescente mercantilização agrícola, iniciadas na década de 1970. O grupo estudado reside na zona rural, no Reassentamento Cristo Rei, no Município de Chiapetta/RS. Através do uso de entrevistas com agricultores e agricultoras, censos agropecuários do IBGE, fotografias, talões de nota fiscal do produtor rural e bibliografia foi possível traçar uma trajetória do modo de viver e trabalhar das famílias agricultoras, ao longo de cinco décadas, percebendo alterações substanciais na produção para autoconsumo e para comercialização. Como pontos principais de dinamismo, podemos citar que a mercantilização dos meios de trabalho, aliada a outros fatores, implicou em muitas mudanças, como o aumento do circuito de relações comerciais das famílias, especialização da produção em alguns produtos e a liberação de parte da mão-de-obra. A migração compulsória, por mais que tenha se dado para uma cidade relativamente próxima, trouxe uma nova realidade geográfica e produtiva, que acelerou o processo de mercantilização. Aliado a isso, proporcionou o acesso a mais meios de consumo, além de ter provocado um rearranjo nas redes de sociabilidade. Todos os processos percebidos refletem uma realidade da agricultura familiar na Região Norte do Rio Grande do Sul, com conflitos agrários e uma escalada de ascensão do agronegócio, que criou o que se conceituou como trabalho familiar integrado e subordinado às agroindústrias, o qual altera alguns preceitos tradicionais dessas famílias, mas que, mesmo assim, tenta manter seu modo de viver, garantindo a reprodução familiar e a diversidade do meio agrário brasileiro.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Trabalho. História Agrária. Chiapetta - RS.

ABSTRACT

LAND WORK: THE IMPLICATIONS OF THE COMMERCIALIZATION OF AGRICULTURE AND COMPULSORY MIGRATION - THE CASE OF REASSENTAMENTO CRISTO REI/RS (1970-2010)

AUTHOR: Tamara Juriatti

ADVISOR: Diorge Alceno Konrad

The present work seeks to understand the implications of the transformations in the agricultural work of a group of male and female farmers after the changes caused by the growing agricultural commercialization that began in the 1970s. The group studied lives in the rural area, in the Reassentamento Cristo Rei, in the Municipality of Chiapetta/RS. Through the use of interviews with farmers, IBGE's agricultural census, photographs, rural producer invoice books, and bibliographies, it was possible to trace a trajectory of the way of living and working of the farming families over five decades, noting substantial changes in production for self-consumption and for commercialization. As the main points of dynamism, we can mention that the commercialization of the means of work, together with other factors, implied many changes, such as the increase in the circuit of commercial relations of the families, specialization of production in some products, and the liberation of part of the labor force. Compulsory migration, even though it took place to a relatively nearby city, brought a new geographical and productive reality, which accelerated the process of mercantilization. Allied to this, provided access to more means of consumption, and caused a rearrangement in the networks of sociability. All the perceived processes reflect a reality of family agriculture in the Northern Region of Rio Grande do Sul, with agrarian conflicts and an escalating rise of agribusiness, which has created what was conceptualized as family work integrated and subordinated to agribusinesses, which changes some traditional precepts of these families, but that even so tries to maintain their way of life, guaranteeing family reproduction and the diversity of the Brazilian agrarian environment.

Keywords: Family Farming. Work. Agrarian History. Chiapetta - RS.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Amostragem do banco de dados baseado nos censos agropecuários do IBGE	23
Figura 2: Valores de pesos, medidas e moedas de cada censo agropecuário	24
Figura 3: Exemplo de folha de um talão de nota fiscal do produtor	26
Figura 4: Valor dos bens nos censos agropecuários de 1970 e 1980	51
Figura 5: Confraternização entre vizinhos.....	59
Figura 6: Produção contida nos talões de notas fiscais do produtor rural	69
Figura 7: Fotografia aérea de propriedade rural	79
Figura 8: Propriedade da mesma família em Constantina.....	80
Figura 9: Família de agricultores da Vila Capinzal com seu maquinário	80
Figura 10: Trator usado em Constantina-RS rebocando uma carroça que antes era utilizada com a junta de bois	81
Figura 11: Terra Indígena de Serrinha.....	89
Figura 12: Terra Indígena de Serrinha em relação ao estado	89
Figura 13: Localização de Chiapetta em relação à Constantina.....	94
Figura 14: Algumas crianças do Reassentamento, reunidas na casa de Lourdes e Artêmio Roncaglio, por conta da Páscoa.....	98
Figura 15: Casa sendo guinchada por caminhão da Agrovila, com destino à propriedade de Lourdes e Artêmio Roncaglio.....	99

LISTA DE SIGLAS

CNV	Comissão Nacional de Verdade
COOPAC	Cooperativa Produção Agropecuária Constantina.
COTRIJUI	Cooperativa Triticola de Ijuí.
COTRISAL	Cooperativa Triticola Sarandi Ltda.
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
FUNAI	Fundação Nacional do Índio.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.
PRORURAL	Programa de Assistência ao Trabalhador Rural.
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
STR	Sindicato de Trabalhadores Rurais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 - O TRABALHO DA TERRA INSERIDO NO DESENVOLVIMENTO DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA.....	29
1.1 OS GOVERNOS DITATORIAIS E A ASCENSÃO DO AGRONEGÓCIO.....	33
1.2 IMPACTOS DA POLÍTICA AGRÁRIA DA DITADURA CIVIL-MILITAR EM CONSTANTINA/RS	42
CAPÍTULO 2 - TRABALHO FAMILIAR INTEGRADO E SUBORDINADO ÀS AGROINDÚSTRIAS	58
2.1 PRODUÇÃO PARA AUTOCONSUMO.....	59
2.2 PRODUÇÃO PARA COMERCIALIZAÇÃO	68
2.3 CONTROLE SOBRE AS SEMENTES, CONTROLE SOBRE A VIDA	84
CAPÍTULO 3 - O IMPACTO DA MIGRAÇÃO COMPULSÓRIA	88
3.1 CONTEXTO MIGRATÓRIO	88
3.2 RECOMEÇO	97
3.3 NOVO CONTEXTO, NOVOS DESAFIOS	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
REFERÊNCIAS	109

INTRODUÇÃO

Esta dissertação objetiva fazer uma síntese histórica das dinâmicas que envolveram o trabalho de uma comunidade rural composta por agricultores familiares. Como ponto de estudo, partiu-se de dois processos históricos que permeiam o trabalho dessas famílias: a crescente mercantilização do trabalho agrícola e a migração compulsória.

Aqui, parte-se do contexto da Ditadura Civil-Militar, que a partir do que conceituamos como “processo de modernização desigual da agricultura brasileira” (GONÇALVES NETO, 1997), passou a levar cada vez mais em conta os interesses do capital internacional, o qual, aos poucos, criou o setor do *agribusiness*, composto por industriais a montante e a jusante da porteira agrícola, tendo como elemento legitimador a “guerra contra a fome”, permitindo que o governo estadunidense incentivasse a utilização de fertilizantes e agrotóxicos em países nos quais tinha influência (POMPEIA, 2021, p. 66), como é o caso do Brasil. Não buscamos um ponto de origem da mercantilização da agricultura nacional, pois ela é fruto de um processo, mas a Ditadura Civil-Militar foi importante nesta implementação. Por isso partiremos desse período histórico, a fim de fazer as considerações subsequentes.

Além da mercantilização, utilizamos outro parâmetro para o estudo que é a migração compulsória. A comunidade aqui estudada tem sua trajetória compartilhada com o povo Kaingang da Reserva Indígena de Serrinha, já que ambos os grupos disputaram o direito à terra no mesmo território. A Reserva indígena de Serrinha havia sido invadida por famílias agricultoras não indígenas por volta da metade do século XX, sendo que essas famílias agricultoras estavam em busca de terras para a reprodução familiar, já que as propriedades de seus pais não tinham mais condições de serem divididas entre os filhos herdeiros, por se tratar de propriedades pequenas para suprir o grande número de filhos que cada família tinha.

Devido a concentração fundiária e a não realização de uma reforma agrária, esses agricultores não indígenas foram em busca de terra onde acreditavam não haver “dono”. Muitos moradores já relataram que, ao entrar no território, sabiam que ali era uma reserva florestal e não indígena. De fato, não sabemos se essa foi uma artimanha da memória para lidar com o acontecido ou uma verdade, mas parte da Reserva Indígena de Serrinha foi

transformada em reserva florestal pelo governo do estado, sendo depois vendida às famílias. Sabendo ou não da presença indígena no território, é dado que, em um contexto agrário, onde sua família não podia continuar trabalhando como agricultora por falta de terras, e com a notícia de pessoas que estavam ocupando aquelas terras, muitas famílias começaram a se instalar, posteriormente ganhando o título de propriedade a partir da compra de alguns hectares diante do estado.

Como o debate sobre o direito dos povos originários no Rio Grande do Sul, naquele momento, não era aprofundado, popularmente se acreditava erroneamente que aquela área era muito grande para a população Kaingang que ali vivia. Além disso, como o governo não estava disposto a mexer com a estrutura fundiária no estado, aos poucos, ela foi sendo dada para as famílias não indígenas, até o momento em que a área destinada a Reserva Indígena foi totalmente ocupada e extinta. Os agricultores que se instalaram na antiga reserva denominaram a comunidade rural de Vila Capinzal, lá construindo suas moradas, suas famílias e produzindo seus alimentos. Enquanto isso, o povo Kaingang desalojado teve que se abrigar em outras reservas e buscar alternativas para sobreviver.

Após a Redemocratização do País, com o fim da Ditadura Civil-Militar e a possibilidade de livre manifestação, os povos indígenas se mobilizaram em busca da recuperação de suas terras, o que levou a redemarcação da Reserva Indígena de Serrinha, levando as famílias não indígenas, que ali moravam e trabalhavam, para reassentamentos em outras localidades. Um desses reassentamentos foi batizado de Cristo Rei, onde residem aproximadamente 25 famílias. Elas foram reassentadas no início do século XXI, após várias tratativas com o governo do Rio Grande do Sul, através de uma ocupação em frente a área que foi adquirida pelo estado, originária de uma herdeira de terras local.

O problema central que a pesquisa buscou responder foi: que implicações a mercantilização da agricultura e a migração compulsória tiveram no trabalho das famílias agricultoras do Reassentamento Cristo Rei? Para obter respostas, buscou-se entender como se organizou o trabalho no momento inicial de assentamento na Vila Capinzal; que mudanças a crescente mercantilização da agricultura ocasionou no trabalho das famílias agricultoras; como era o trabalho da terra na década de redemarcação da Reserva Indígena de Serrinha, e; que alterações houve no trabalho com a migração compulsória do local de origem para o local de destino.

Foi devido à algumas leituras, aliadas a vivência como filha de agricultores familiares e a ligação com os movimentos sociais, que geraram essas dúvidas, as quais puderam ser parcialmente respondidas na dissertação. Francini Meneghini Lazzari e

Andressa Silva Souza (2017, p. 7) argumentam que a “Revolução Verde” do século XX implementou o plantio hegemônico na propriedade de um produto, mercantilizando, progressivamente, também, as relações de trabalho e os saberes que o envolviam. O plantio monocultor, muitas vezes, especializou o agricultor que abandonou a diversidade da produção característica das propriedades familiares, acarretando a perda de saberes na sucessão do trabalho de geração para geração.

A cientista Vandana Shiva (2003) argumenta que a monocultura da terra leva a monocultura da mente, acabando com diversos saberes, bem como com as diversidades agrícolas locais. Por isso, a pesquisa busca investigar quais as implicações da mercantilização da agricultura no trabalho da terra, diversificando as pesquisas sobre o trabalho rural, a fim de colaborar com a policultura da mente e da ciência, recuperando historicamente uma forma de trabalho que constantemente foi modificada pelas relações com o mercado.

Vandana Shiva (2003, p. 21) também traz uma importante reflexão sobre a globalização. Para a autora, por mais que o agronegócio tenha se espalhado no Mundo, através das multinacionais, e tentado destruir os saberes locais, ele também é local. Para ela, a agricultura monocultora é determinada por uma cultura, uma classe e um gênero, “nascidos de uma cultura dominante e colonizadora, sendo que, os sistemas modernos de saber são, eles próprios, colonizadores”.

Clovis Tadeu Alves e João Carlos Tedesco (2015) apontam que, devido às características de clima temperado, que se diferenciava do restante do País, a Mesorregião Noroeste do Rio Grande do Sul foi pioneira na implementação do pacote tecnológico da “Revolução Verde”. Segundo dados presentes no trabalho dos pesquisadores, trazidos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA, a Mesorregião Noroeste, na década de 1970, mesmo representando somente 0,82% do território nacional, possuía 34,05% da produção brasileira de soja, 49,78% do trigo e 8,43% do milho, representando quase metade da produção brasileira de grãos. Segundo o Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE de 1970, na Região, 47% dos estabelecimentos rurais possuíam entre 10 e 50 hectares, ou seja, estabelecimentos familiares, que garantiam essa estatística impressionante. Os dados mostram o impacto da mercantilização na Região, porém, além da produtividade, a monocultura também gerou a dependência financeira e tecnológica e, conseqüentemente, o endividamento do produtor rural.

Durante a década de 1970, as mudanças que ocorriam na produção agrícola da Região, sendo a última do estado a ser ocupada por agricultores/as não indígenas, e onde o pacote tecnológico da “Revolução Verde”, ou como preferimos chamar, o “processo de modernização desigual da agricultura brasileira” (GONÇALVES NETO, 1997), se mostrou efetivo no aumento da produção. Com esses dados, é pertinente a hipótese de que o trabalho da terra também se transformava, passando a ser um trabalho cada vez mais voltado para venda ao mercado capitalista, principalmente com a inserção do cultivo da soja nas propriedades, produto até então insignificante na produção nacional, mas que, depois da experiência, se difundiu pelo Brasil e passou a ser exportado.

Os trabalhos sobre história agrária, na segunda metade do século XX e início do século XXI, são recentes e presentes em poucas instituições de ensino do estado. As pesquisas da Universidade de Passo Fundo-UPF têm sido pioneiras no tema. A partir disso, percebe-se que as rápidas mudanças que afetaram o setor e a vida das famílias agricultoras no século passado desencadeia diversos problemas de pesquisa para a área da História, os quais passam tanto pela análise das mudanças econômicas e tecnológicas, quanto pelas mudanças sociais, culturais e políticas, mostrando as possibilidades e a necessidade de expansão desses estudos.

Portanto, além da afirmação de que houve uma mercantilização da agricultura e diversas mudanças, a partir da segunda metade do século XX, é necessário o entendimento histórico de quais mudanças são essas, fazendo uma síntese que aborde as mudanças tecnológicas, com a introdução de produtos do pacote tecnológico da “Revolução Verde” e o abandono de outros mais tradicionais, baseados nos saberes da agricultura familiar, através da inserção em um mercado nacional e internacional, no qual elenque quais as implicações no trabalho de agricultores/as, trabalho esse, essencial para a manutenção de uma propriedade familiar, mas que ainda é pouco abordado na bibliografia.

Assim, busca-se estudar, como já explicitado, uma variante do tema referente à ocupação não indígena em territórios dos povos originários: a mudança que a migração compulsória ocasionou no trabalho de um grupo de famílias que foram reassentadas no Município de Chiapetta/RS. Como argumenta Joel Carini, (2010, p. 39) “[...] desalojamentos de agricultores familiares têm sido muito frequentes nas últimas décadas [...]. Assim, entende-se que há uma demanda por estudos que tenham como foco os desalojados”. O que não exclui os necessários estudos sobre a readaptação Kaingang na

Reserva de Serrinha, questão ainda menos abordada pela bibliografia, ou ainda como foi a vivência dessas pessoas após os deslocamentos na metade do século XX.

Ressalta-se que a agricultura familiar tem ganhado foco na mídia, nas redes sociais, nas feiras agrícolas e nas falas de governantes e legisladores, porém, elementos centrais desse modo de trabalho, os quais englobam o consórcio entre diferentes plantas e os saberes e que envolvem a policultura, estão se perdendo. Sendo assim, torna-se necessária uma abordagem sobre a importância histórica da diversidade dos saberes populares e das implicações do avanço do modo de produção capitalista, no sentido ambiental, social, cultural e econômico. Cabe dizer que não é uma defesa da volta do trabalho realizado de forma braçal, mas buscando incentivar a pesquisa tecnológica para que valorize o modo de viver da agricultura familiar e desenvolva produtos com esse fim, a fim de facilitar a produção de policulturas e a valorização de saberes que são fundamentais para a sustentabilidade da vida na terra.

Antes da Ditadura Civil-Militar já havia setores que defendiam que para que o ser humano tivesse uma vida digna, ela passaria por um solo e uma alimentação de qualidade. Já em 1950, Ana Primavesi (2016, 2020) defendia outro modelo de manejo da terra, o modelo agroecológico. Em seus escritos, ela antecipava os problemas que hoje permeiam a agricultura, como a dependência cada vez maior dos agrotóxicos e seus produtos acessórios, a baixa produção das lavouras monocultoras, a erosão, a falta de nutrientes nos alimentos colhidos de solos doentes, entre outros que serão abordados adiante. Em 1970, ela escreveu a *Cartilha da terra* (2020), na qual abordou a problemática da monocultura, apresentando formas de manejo ecológicos da terra que não abriam mão da tecnologia em desenvolvimento, mas atentava que seu uso desmedido traria consequências para a saúde da terra, das plantas e do ser humano.

Além disso, em seu outro livro, *Manual do solo vivo* (2016), Primavesi explicava que, em uma agricultura de clima tropical, algumas particularidades do solo deviam ser respeitadas, sendo que o modo como o solo europeu de clima temperado era tratado não devia ser o mesmo com que o solo brasileiro devia ser cultivado, pois a vida que habitava o solo europeu precisava ser arada para conseguir calor do sol, enquanto as terras brasileiras, ao contrário, precisavam de proteção contra o calor, o vento e a chuva. Cuidados que nem sempre eram e são tomados, se observadas as lavouras que produzem para a exportação. Pelo contrário, a soja, que ocupa boa parte da balança comercial brasileira, não é um produto americano, é asiático, sendo totalmente desvirtuada de sua forma originalmente cultivada e plantada por esses povos, pois, tradicionalmente, os

orientais usavam somente derivados fermentados do grão na forma de miso, shoyo, nato e tempeh, enquanto na agricultura usavam a planta como fixadora de nitrogênio no solo, após a colheita do arroz (AZEVEDO, 2011, p. 783).

Em termos conceituais, o grupo social em estudo será designado como sendo de agricultura familiar. Entende-se toda a discussão que se desenvolveu sobre os termos agricultura de subsistência, agricultura camponesa e agricultura familiar (WANDERLEY, 2014; NEVES, 2012), mas, para os fins desse trabalho optou-se por agricultura familiar, pois exprime uma identidade política histórica construída pelos pequenos/as agricultores/as na Região do Alto Uruguai, quando organizados coletivamente em busca de melhorias nas condições de vida e construção de projetos alternativos para as famílias agricultoras da Região (PICOLOTTO; DIESEL, 2008, p. 53).

As famílias aqui estudadas estavam inseridas nessa construção, contribuindo para a criação da Cooperativa Agrícola Constantina LTDA (COOPAC) e da Cooperativa de Crédito Rural CRESOL. Portanto, em respeito à essa construção, usaremos o termo que retrata a identidade construída por essa coletividade.

Cabe, no entanto, ressaltar que o termo agricultura familiar não é isento de contradições. Segundo Wanderley (1996, p. 2), a categoria campesinato está contido dentro do conceito genérico de agricultura familiar, porém o termo é usado muitas vezes para expressar uma diferenciação do campesinato, tido como mais vulnerável ou mais atrasado do que a agricultura familiar. Essa, por sua vez, é tida como mais modernizada. Carvalho e Costa (2012, p. 31) ressaltam que “a expressão agricultura familiar traz como corolário da sua concepção a ideia de que a possibilidade de crescimento da renda familiar camponesa só poderá ocorrer se houver a integração direta ou indireta da agricultura familiar com as empresas capitalistas, em particular as agroindústrias”.

Picolotto e Diesel (2008, p. 59) observam que o grupo de agricultores/as familiares do Alto Uruguai também possuía uma organização mais conservadora, por ter uma proximidade política com o Estado e uma dificuldade de articulação com outros movimentos sociais mais marginalizados, o que pode ser notado nas falas dos reassentados da Comunidade Cristo Rei, quando tentam se diferenciar do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST, no momento em que relatam a ocupação que precisaram fazer para conseguir o território para reassentamento. Picolotto e Diesel (2008, p. 60-61), também colocam que alguns críticos do termo indicam que “as políticas de fortalecimento da agricultura familiar constituem uma clara opção do Governo Federal

pela não-realização da reforma agrária e pela concessão de políticas compensatórias a um setor da ‘pequena agricultura’ visando a integrá-la e cooptá-la”, mas não são todos os setores da agricultura familiar que são público-alvo dessas políticas; apenas os economicamente viáveis, com capacidades para gerir os recursos disponibilizados, enquanto setores mais empobrecidos e sem-terra ficam à mercê dessas políticas públicas.

Relatando as particularidades que se tem no Brasil, em relação à desigualdade na distribuição da terra, Wanderley (2014, p. S028) cita as propriedades dos/as produtores/as integrados/as, os quais vendem produtos do seu trabalho para as agroindústrias. Sobre esta condição, ela coloca que a propriedade formalmente reconhecida gera mais independência dos/as agricultores/as em relação aos grandes proprietários de terra. Mas, segundo Wanderley (*ibid.*) nesse caso, a tensão entre subordinação e autonomia se desloca para a comercialização de produtos, “onde os camponeses sofrem as consequências de relações também subordinadas e assimétricas”.

Para fins de nosso estudo, defende-se a abordagem trazida por João Pedro Stédile em um Curso de Especialização em Questão Agrária¹. Para o pesquisador e militante, a contraposição entre agricultura camponesa e agricultura familiar é uma falsa semântica, pois se trata de uma diferença de concepção política e não de natureza do modelo, já que o termo agricultura camponesa está mais atrelada à Via Campesina e o termo Agricultura Familiar é mais usado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Por isso, respeitaremos a identidade do grupo estudado e a sua trajetória política, utilizando o conceito de agricultura familiar.

Para o desenvolvimento da pesquisa, foram utilizadas diferentes tipologias de fontes: relatos orais, censos agropecuários do IBGE, fotografias e notas fiscais do produtor rural. No caso dos relatos orais, o roteiro para as entrevistas foi elaborado com questionamentos semiestruturados que levaram em conta trajetória familiar, trabalho, migração, mudanças na agricultura e percepções pessoais sobre essas mudanças.

Foram realizadas sete entrevistas individuais e duas com casais². A ideia inicial era a realização dessas entrevistas individualmente, para não correr o risco de monopólio

¹ AULA Inaugural do Curso de Especialização em Questão Agrária. 1 vídeo (1h49min). 2020. Publicado pelo canal do Centro de Formação Paulo Freire. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OUAz6PfNUjE&t=5s>. Acesso em: 20 mar. 2022.

² JURIATTI, Tamara. **Entrevistas com moradores/as do Reassentamento Cristo Rei**. Chiapetta/RS, 2021-2022. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1AR4M-Z1am-gVOn2nMJ7crcHHxhUSXFyv?usp=sharing>.

de fala de alguma das pessoas entrevistadas, como pode ocorrer caso a entrevista seja coletiva e algum entrevistado hegemonize a fala em um grupo ou direcione a fala dos demais, ou, como no caso de termos uma entrevista com homens e mulheres juntos, e ocorrer dos homens, por construções sociais, se sentirem mais confortáveis para falar e acabarem tomando todas as perguntas somente para si. Porém, houve uma adaptação aos contextos, no momento das entrevistas, e ao tempo disponibilizado pelo/a entrevistado/a e pela pesquisadora.

Assim, foram entrevistados/as oito mulheres e quatro homens de duas gerações distintas. A primeira geração, nascida na década de 1930 e 1940, sendo a geração que invadiu a Reserva Indígena e/ou comprou as propriedades rurais do Estado, com a média de idade entre setenta e oitenta anos, composta por um homem e quatro mulheres. A disparidade de gênero é ocasionada por uma expectativa menor de vida dos homens no Reassentamento em relação às mulheres, pois duas idosas são viúvas, sendo seis o número total de pessoas dessa geração ainda vivas, e cinco com condições de responder as perguntas, pois um dos homens possui doença degenerativa.

A segunda geração é composta por filhos e filhas da primeira, nascidos nas décadas de 1950 e 1960, e que possuem entre cinquenta e setenta anos, sendo três homens e quatro mulheres. A escolha das pessoas para serem entrevistadas se deu por disponibilidade das mesmas e por perfis, tentando-se garantir uma diversidade de práticas no trabalho. Infelizmente, não foi possível entrevistar mais pessoas da Comunidade devido aos limites impostos pela pandemia de Corona Vírus e pelo tempo disponível para a realização das entrevistas, mas futuros projetos, com certeza, propiciarão tais entrevistas. A escolaridade das pessoas entrevistadas ia no máximo até a 5ª série, pois era até essa etapa que havia oferta na escola da Comunidade, sendo que, após a conclusão, a maioria das pessoas paravam de estudar por imposição da família, falta de interesse e perspectiva através do estudo. Algumas pessoas, principalmente as mais idosas, não chegaram a serem alfabetizadas, sabendo escrever somente seu nome.

Para auxiliar a memorização dos entrevistados, as perguntas foram separadas em três momentos: 1) o assentamento inicial no Município de Constantina, cobrindo as décadas de 1970 e 1980; 2) o período da redemarcação da Reserva Indígena de Serrinha, na década de 1990 e; 3) o Reassentamento, no Município de Chiapetta, na primeira década do Século XXI.

O uso das entrevistas surgiu como técnica por necessidade de responder os objetivos da pesquisa. Na leitura do livro *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da*

lavoura camponesa, de Ellen e Klaas Woortmann (1997), fundamental na escolha do tema dessa pesquisa, percebeu-se que as reflexões dos autores não seriam possíveis sem a oralidade dos sitiantes sergipanos sobre seu próprio trabalho. Assim, aspectos que seriam imperceptíveis em outras fontes, podem ser acessados com certa facilidade através dos depoimentos, os quais enriquecem o trabalho, pois trazem a visão das pessoas sobre os processos históricos pelos quais elas passaram.

A vivência em Comunidade garantiu que as lógicas de trabalho fossem compartilhadas. Sabe-se, através dos censos agropecuários do IBGE, que muitas características de trabalho e vivência eram comuns na agricultura familiar de toda a parte Norte do Rio Grande do Sul. Por exemplo, no plantio associado de milho e soja, mas essas lógicas eram reproduzidas dentro das comunidades, sendo ali que se dava a troca de impressões sobre as técnicas de cultivo, por que as redes de relações dificilmente ultrapassavam essa fronteira. E elas se davam, principalmente, em relações que escapavam da lógica monetária, como no caso das receitas de remédio caseiros, das trocas de mudas de ervas medicinais e aromáticas, da troca de sementes, dos saberes sobre lógicas de plantio e cuidado com os alimentos, dos tratamentos orgânicos contra insetos nos pomares e hortas, do cuidado com as crianças, das receitas de comidas, de como processar determinado alimento, enfim, uma série de saberes que se criavam no local e por ali circulavam, através das relações sociais.

A identidade comunitária foi recriada em Chiapetta, no momento do Reassentamento, sendo que nem todos os laços foram rompidos completamente, pois antigas relações sociais foram mantidas, mesmo que houvesse uma reorganização dos vínculos e a criação de novos. Primeiramente, houve uma afirmação identitária, como colonos, em torno da disputa pela terra com os Kaingang, que exigiam a redemarcação daquela terra como Terra Indígena de Serrinha. Pós-migração, a identidade se formou a partir do Reassentamento Cristo Rei, pois, nos primeiros anos de reassentamento, os municípios de Chiapetta tinham preconceito com os reassentados, “os lona preta” como relatado por uma das entrevistadas (Oneide Gallina, 2021).

A conjuntura nacional do início dos anos 2000 era de preconceito e taxação das famílias sem-terra, principalmente MST, como “bandidas” e “invasoras”. O grupo, aqui estudado, precisou acampar na área em Chiapetta, antes de conseguir a compra da propriedade pelo estado, o que fez com que sua imagem fosse vinculada as táticas do MST e ao preconceito de classe social. Todas as dificuldades somadas contribuiriam para que a identidade coletiva se afirmasse.

O pertencimento a um grupo, com convivência constante, auxilia na elaboração de memórias. Joel Candau (2011, p. 45) refere que locais com relações cotidianas mais próximas entre as pessoas são propícias para a geração de memórias fortes: as sociedades caracterizadas por um forte e denso conhecimento recíproco entre seus membros são, portanto, mais propícias à constituição de uma memória coletiva - que será, nesse caso, uma memória organizadora forte - do que das grandes megalópoles anônimas. Entendendo que a presente pesquisa se beneficia com essa característica, conseguindo captar as subjetividades, mas também uma lógica e uma simbologia compartilhada, pois as relações entre seus membros no trabalho, no lazer e na religião são muito próximas e compartilhadas.

Sobre a apreensão de uma memória ou identidade coletiva, Joel Candau (2011, p. 29) coloca que isso é impossível, pois não se tem como, cientificamente, através do estudo de sujeitos de um grupo, generalizar as características do mesmo. No entanto, por mais que seja necessário “admitir que essas retóricas possuem um estatuto científico muito frágil”, ao mesmo tempo é necessário postular que são heurísticamente necessárias, porque podem nos dizer “alguma coisa da realidade” do passado. Alguns comportamentos são comuns e eles interessam para a pesquisa, no sentido de estarmos trabalhando com um grupo, contudo, não devem ser deixadas de fora suas heterogeneidades, que são normalmente encontradas em qualquer coletivo humano.

Nitidamente, na atual conjuntura, em que o avanço tecnológico é feito em uma velocidade surpreendente, o acesso de qualidade ainda é limitado, mas nas práticas historiográficas já se sente seus efeitos a algum tempo, devendo ser muito difícil achar algum trabalho da área, que tenha sido escrito na última década, que não tenha sequer um artigo retirado de uma plataforma digital, por exemplo. Muitos historiadores e historiadoras já vão além, tendo suas fontes e bibliografia todas retiradas do meio virtual. Assim, as elaborações sobre o tema são cada vez maiores e trazem diversas problemáticas, principalmente no que se refere a efemeridade das informações tiradas de meios digitais e transformadas em fontes, bem como sobre o que é uma fonte originalmente digital e o que é uma cópia digital de uma fonte disponível em outro meio. A tentativa aqui é humilde, de tentar, minimamente, inserir um trabalho sobre história agrária nessa perspectiva da história digital, disponibilizando a entrevista em uma plataforma com livre acesso e em um formato mais dinâmico, no caso em vídeo e áudio, o que também facilita

a visualização por quem não tem tanta proximidade com uma leitura extensa de entrevistas transcritas³.

Outra fonte usada foram os censos agropecuários do IBGE, os quais são realizados desde a década de 1920, produzindo resumidamente dados sobre:

[...] os estabelecimentos agropecuários e as atividades agropecuárias neles desenvolvidas, abrangendo características do produtor e do estabelecimento, economia e emprego no meio rural, pecuária, lavoura e agroindústria. Tem como unidade de coleta toda unidade de produção dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais ou aquícolas, subordinada a uma única administração (produtor ou administrador), independentemente de seu tamanho, de sua forma jurídica ou de sua localização, com o objetivo de produção para autoconsumo ou para venda (2017?)⁴.

Os censos que serão utilizados nessa sessão foram os produzidos em 1970, 1980, 1985 e 1995-1996⁵, com cadernos divulgados pelo IBGE por estados da Federação. Por sua vez, os resultados dos cadernos estão divididos em regiões, mesorregiões e municípios, sendo possível a análise de dados específicos de Constantina, de 1970 até 1996. Não serão utilizados, de forma comparativa, os dados dos censos agropecuários pós migração, pois entendemos que um comparativo de dois espaços, em dois tempos diferentes, não seria apropriado, pois não geraria uma qualidade nas sínteses da análise dos dados. Em um trabalho futuro seria interessante traçar uma percepção sobre como os dados do Censo Agropecuário no Município de Chiapetta se alteraram a partir dos três reassentamentos criados pela migração compulsória, um resultado do desalojamento de famílias para a construção da hidrelétrica de Ita, no rio Uruguai, e os outros dois pelo desalojamento de famílias por conta da redemarcação da Reserva Indígena de Serrinha,

³ Para que seja possível a consulta das fontes, seguindo o exemplo do Louie B. Nunn Center for Oral History, da Universidade de Kentucky, a qual já disponibilizou 13 mil entrevistas orais online. Assim, os vídeos das entrevistas realizadas para este trabalho estão disponibilizados em meio digital, na plataforma de armazenamento e sincronização de arquivos Google Drive, podendo ser acessados pelo endereço: <<https://drive.google.com/drive/folders/1AR4M-Z1am-gVOn2nMJ7crcHHxhUSXFyv?usp=sharing>>. Lá se encontram todas as entrevistas com áudio e vídeo realizadas, como os termos de cessão dos relatos e o perfil de cada pessoa entrevistada. O objetivo é a verificação das fontes por quem se interessar, bem como possibilitar que os membros da Comunidade Cristo Rei tenham fácil acesso às entrevistas, as quais fazem parte da sua memória e trajetória.

⁴ É preciso atenção pois esta definição pode mudar de um censo para o outro, não profundamente, mas algumas mudanças sutis de poucas palavras podem afetar toda a aplicação do Censo, como incluir ou não estabelecimentos com produção agrícola somente para o autoconsumo.

⁵ Inicialmente, seriam utilizados um censo por década, não levando em conta os censos de 1975 e 1985, porém os dados presentes no censo de 1980 eram insuficientes em informações, por isso a opção pela inserção do censo de 1985, a fim de se conseguir detalhar melhor aquela década. Através das informações encontradas nos censos, foi elaborado um banco de dados que objetivou a comparação das informações de cada censo referente ao Município de Constantina.

O banco de dados está disponível para consulta na plataforma Google Drive, através do link: <<https://drive.google.com/drive/folders/1AR4M-Z1am-gVOn2nMJ7crcHHxhUSXFyv?usp=sharing>>.

no Norte do Rio Grande do Sul (BRZEZINSKI, 2005), debate que será apresentado mais à frente.

Os censos trazem dados relevantes e detalhados sobre as “unidades de produção”, sendo que, através de um comparativo, oferecem informações sobre as mudanças ocasionadas pela mercantilização da agricultura no Rio Grande do Sul, ao longo das décadas. Para a utilização dessa fonte, cabe uma atenção no que se refere ao histórico de produção desses dados, levando em conta as conferências e tratados internacionais sobre estatística, o orçamento que cada censo possui, a mudança na área das ciências agrárias e a compreensão da sua construção.

Nas décadas de 1960 e 1970, o grande mote foram os estudos sobre a emergência e relevância do trabalho temporário (volante, boia fria) na agricultura (BASALDI, 2014, p. 182). O Censo de 1970, incorporou a abertura das informações de pastagens, em naturais e plantadas; nas lavouras a denominação de permanentes e temporárias, e nas matas e florestas passou a se registrar as áreas de florestas plantadas (GUASQUES; BASTOS, 2014, p. 121). A unidade produtiva, denominada de estabelecimento agropecuário era conceituada como:

[...]todo terreno de área contínua, independente de tamanho ou situação (urbana, suburbana ou rural), formado de uma ou mais parcelas contínuas, subordinado a um único produtor, onde se processa uma exploração agropecuária, ou seja: o cultivo do solo com culturas permanentes ou temporárias, inclusive hortaliças e flores; a criação, recriação e engorda de animais; a criação de pequenos animais (aves, abelhas, coelhos, bicho da seda); a silvicultura ou o reflorestamento; e a extração de produtos vegetais (madeira, borracha, caroá, etc.). (IBGE, 1970, p. 13).

As décadas de 1970 e 1980 marcaram a grande arrancada do processo de modernização e a industrialização da agricultura brasileira (BASALDI, 2014, p. 182), sendo que dados desse processo serão continuamente incorporados nas pesquisas, como no capítulo 1 desse trabalho, onde essas mudanças serão estudadas.

Nos anos 1990, houve claro predomínio dos estudos sobre a agricultura familiar (e não familiar, por contraposição), suas tipificações e caracterizações (BASALDI, 2014, p.182). O Censo Agropecuário 1995-1996 difere dos demais no que se refere ao período anual de referência: em vez de levar em conta o ano de janeiro a dezembro, as perguntas foram referentes a data de 1º de agosto de 1995 a 31 de julho de 1996, o que corresponde a um ano agrícola nas principais regiões do País. Para isso, a coleta de dados se iniciou em agosto de 1996. O IBGE adverte que, por esse motivo “os resultados do Censo 1995-

1996 não são estritamente comparáveis aos dos censos agropecuários anteriores” (CENSO AGROPECUÁRIO 1995-1996, 1998, p. 29 apud HOFFMANN, 2014, p. 99).

No Censo de 1995-1996, também ocorre a adição do termo “finalidade de comercialização (venda ou troca)” na conceituação do estabelecimento agropecuário:

[...]todo terreno de área contínua, independente de tamanho ou situação (urbana ou rural), onde se processa uma exploração agropecuária com a finalidade de comercialização (venda ou troca), ou seja: cultivo do solo com culturas permanentes ou temporárias, inclusive hortaliças e flores; criação, recriação e engorda de animais de grande, médio e pequeno porte; exploração de matas e florestas plantadas (silvicultura); e extração ou coleta de produtos vegetais (madeira, látex, lenha, babaçu e outros). (IBGE, 1995, p. 10).

Como aporte teórico para o estudo dos dados, utilizou-se o livro de Tiago Gil, *Como se faz um banco de dados* (2015, p. 9). A partir da orientação do autor, foi elaborada uma tabela, de modo a favorecer a solução dos problemas de pesquisa, pois ela permite uma comparação das informações em escala evolutiva de tempo, para, assim, perceber as mudanças nas relações de trabalho, ao longo das décadas.

Os dados, que formaram o banco de informações, foram retirados dos censos que apresentavam os resultados por estado, microrregião e município, como no caso em pesquisa, do Município de Constantina. A tabela foi organizada com uma coluna vertical, contendo cédulas que apresentam os dados presentes nos censos. Por conveniência, as informações foram organizadas pela ordem e nomenclatura que apareceram nos censos, enquanto a análise crítica será feita aqui. Após essa coluna, seguem mais quatro colunas verticais, uma para cada censo. Novamente, segue-se a orientação dada por Gil, de que, “se criamos uma base *source-oriented*, baseada na fonte, então o melhor [...] é tentar reproduzir o mais possível a própria ordem da fonte” (*Ibid.*, p. 70).

Figura 1: Amostragem do banco de dados baseado nos censos agropecuários do IBGE

Informações	Censo 1970	Censo 1980	Censo 1985	Censo 1995
Total/ estabelecimentos	2.307	2.535	2.658	1.437
Total/ área (HA)	34.675	34.864	35.362	22.850
Estabelecimentos e área segundo a propriedade de terras/Individual/ Estabelecimentos	2.232	2.496	2.631	
Estabelecimentos e área segundo a propriedade de terras/Individual/ Área (HA)	34.003	34.275	34.954	
Estabelecimentos e área segundo a propriedade de terras/Condomínio ou sociedade de pessoas/estabelecimentos	20	28	13	
Estabelecimentos e área segundo a propriedade de terras/Condomínio ou sociedade de pessoas/Área (HA)	237	545	140	
Estabelecimentos e área segundo a propriedade de terras/sociedade anônima ou por quotas de responsabilidade limitada e cooperativa/ Estabelecimentos	2	3 e -1	1e - (6)	
Estabelecimentos e área segundo a propriedade de terras/sociedade anônima ou por quotas de responsabilidade limitada e cooperativa/Área (HA)	30	135 e -1	15 e - (6)	
Estabelecimentos e área segundo a propriedade de terras/Entidade pública/ Estabelecimentos	53	2		
Estabelecimentos e área segundo a propriedade de terras/Entidade pública/Área (HA)	406	6		
Estabelecimentos e área segundo a propriedade de terras/Instituição pia ou religiosa/ Estabelecimentos	-	-	-	
Estabelecimentos e área segundo a propriedade de terras/Instituição pia ou religiosa/ Área (HA)	-	-	-	
Estabelecimentos e área segundo a propriedade de terras/Sem declaração de propriedade/ Estabelecimentos	-	-	13	
Estabelecimentos e área segundo a propriedade de terras/Sem declaração de propriedade/ Área (HA)	-	-	272	
Condição do produtor/proprietário/ Estabelecimentos	1.723	1.848	2.045	
Condição do produtor/proprietário/ Área (HA)	30.543	30.101	30.431	
Condição do produtor/Arendatário/Estabelecimentos	30	15	13	72
Condição do produtor/Arendatário/Área	193	1.073	205	644
Condição do produtor/ Parceiro/ Estabelecimentos	409	336	336	99
Condição do produtor/ Parceiro/ Área (HA)	2.943	3.052	3.212	1.226
Condição do produtor/ Ocupante/ Estabelecimentos	145	303	198	16
Condição do produtor/ Ocupante/ Área (HA)	336	736	1.532	111
Forma de administração e residência do produtor/Forma de administração/ Produtor/ Estabelecimentos	2.225	2.571	2.651	
Forma de administração e residência do produtor/Forma de administração/ Produtor/ Área (HA)	34.132	34.680	35.138	
Forma de administração e residência do produtor/Forma de administração/ Administrador/ Estabelecimentos	24	24	7	
Forma de administração e residência do produtor/Forma de administração/ Administrador/ Área (HA)	543	283	163	
Forma de administração e residência do produtor/Residência do produtor/ No estabelecimento/ Estabelecimentos	2.181	2.314	2.658	
Forma de administração e residência do produtor/Residência do produtor/ No estabelecimento/ Área (HA)	33.466	32.441	35.362	

Fonte: Elaborado pela autora⁶

Da célula 1 até a 1150, há informações que constavam desde o censo de 1970, enquanto da 1152 até a 1219, estão as informações que começam a aparecer a partir do censo de 1980. Por sua vez, da célula 1221 até a 1228, apresentam-se informações que constam a partir de 1985, enquanto da célula 1230 até a 1238, expressam dados que aparecem no censo de 1995/1996. Após, há uma pequena legenda usada para variáveis dos dados. Por exemplo, em 1970, os dados sobre colheita, tipo de cultivo e valor da produção do feijão em grão não possuíam divisão de safra, enquanto, em 1985, aparecem informações para a primeira e a segunda safra. Assim, a opção foi por deixá-las na mesma célula, especificando, através de uma legenda, que se tratava de duas safras. Em seguida, é apresentada uma tabela com os valores de pesos, medidas e moedas usados em cada censo.

Figura 2: Valores de pesos, medidas e moedas de cada censo agropecuário

Valores de referência	1970	1980	1985	1995/1996
Medida propriedade	Hectare	Hectare	Hectare	Hectare
Moeda	Mil Cruzeiros	Mil Cruzeiros	Mil cruzado	Mil Reais
Unidade de Pesagem	Toneladas	Toneladas	Toneladas	Toneladas
Unidade de líquidos		Mil Litros	Mil Litros	Mil Litros
Unidade de frutos	Mil frutos	Mil frutos	Mil frutos	Mil frutos
Unidade bananas				Mil cachos
Unidade de ovos		Mil dúzias		

Fonte: Elaborado pela autora

Refletindo sobre o caráter das bases de dados, Tiago Gil (2015, p. 36) as coloca como simplificações, já que a vida social não cabe em tabelas. Porém, a ciência só pode ser feita desta forma, organizando, simplificando, analisando e concluindo. Os bancos de

⁶ Cabe ressaltar que esta é apenas uma amostragem da tabela, para análise completa com todas as suas colunas e linhas é necessário entrar em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1AR4M-Z1am-gVOn2nMJ7crcHHxhUSXFyv?usp=sharing>>.

dados permitem reduzir as fontes e olhá-las com uma lupa científica, de modo que, sem a organização das informações referentes à Constantina, não seria possível sintetizar dados que estão no censo, muito menos compará-los. A saída proposta é “simplificar com a maior complexidade possível”, desafio colocado em prática na elaboração do banco de dados e em sua síntese.

Ao se analisar os censos agropecuários, houve uma preocupação com o que nos precavia Lênin (1985, p. 59), de que médias escondem desigualdades de classe. Para o autor, “é fácil de compreender que, se reúnem num bloco únicos padrões e operários, calculando-se um orçamento ‘médio’, obtém-se o quadro de um ‘bem-estar modesto’ [...]” (*Ibid.*, p. 98). Felizmente, os dados do IBGE permitem que se faça esse recorte entre grandes e pequenos proprietários. No caso do Município de Constantina, se percebeu que a maioria dos estabelecimentos eram de pequenos/as produtores/as⁷, sendo que até o número de médios produtores é ínfimo, estando na casa das duas centenas em todos os anos, não constando em nenhum ano propriedades com área superior à 200 hectares.

Os talões de notas fiscais do produtor⁸ são os documentos nos quais as famílias anexam suas notas fiscais de compra e venda de produtos, para fins de recolhimento de imposto pelas administrações municipais. São guardados pelas famílias, pois trata-se de um comprovante importante da atividade rural, sendo usados para acessar direitos trabalhistas, como a previdência social. Acessou-se os talões de duas famílias, utilizando um “bloco” por década de pesquisa (1970, 1980, 1990, 2000).

É necessário ressaltar que foram usados apenas um talão por década, sendo que em uma década os produtores produzem mais que um talão, a depender do contexto histórico, na década de 1970, por exemplo, um talão durava bem mais, pois eram poucas as notas fiscais anexadas, já nos anos dois mil em média é usado um talão por ano, já que são anexadas mensalmente notas de venda de leite, compra de trato para o gado leiteiro e insumos agrícolas para o plantio de soja, milho, e em alguns poucos casos, trigo. Ressalta-se a metodologia, pois os Talões não foram analisados em sua total extensão, já que isso demandaria mais recursos humanos do que o disponibilizado para essa pesquisa.

⁷ Os estabelecimentos que tinham de 1 a 20 hectares somavam 2.128, em 1970, 2.254, em 1980 e 2.400, em 1985. Os estabelecimentos com área superior à 20 hectares, até 200 hectares, eram 178, em 1970, 270, em 1980, e 254, em 1985. No censo de 1990, estes valores não constam, sendo que, em nenhum ano, houve registro de propriedades com mais de 200 hectares (IBGE).

⁸ A tabela contendo as informações dos talões, dividido por famílias, com dados sobre o produto, data de comercialização, quantidade, número da nota fiscal, pessoa ou empresa com quem houve relação e de que tipo ela foi está disponível para consulta, através do link: <https://drive.google.com/file/d/148ARWSRef-pI2myqbAXxk_jHJqHJ4q1E/view?usp=sharing>.

Através dessa fonte de pesquisa, é possível a extração de algumas informações, ao longo das décadas, como quais produtos foram vendidos, para quem e em que quantidade, o que foi comprado, de quem e em que quantidade. Ao longo dos capítulos, essa síntese será detalhada, mas, para ressaltar sua importância, destacamos no momento que os compradores de produtos mudam, ao longo do tempo, passando de comerciantes locais, da própria comunidade para empresas do agronegócio, a quantidade da produção aumenta no caso da soja e do milho, enquanto alguns produtos desaparecem, como o feijão, e outros aparecem, como o leite, que inicialmente era vendido para cooperativas e depois passa a ser vendido para empresas de laticínios das mais variadas, já que a troca de empresas é muito comum, devido as ofertas feitas pelo litro do leite por cada uma, não havendo uma fidelidade como ocorria no caso das cooperativas⁹.

Figura 3: Exemplo de folha de um talão de nota fiscal do produtor

⁹ Alguns familiares ainda residem em Constantina, em outras comunidades rurais e passados tantos anos após a migração da comunidade em estudo, eles ainda continuam vendendo o leite para a mesma Cooperativa, enquanto as famílias do Reassentamento Cristo Rei trocam constantemente de empresa para a qual fornecem o leite.

EMITENTE - NOME DO(S) PRODUTOR(ES):
VALDIR ZANELLA
LORECI ZANELLA

NOTA FISCAL DE PRODUTOR TIPO, SÉRIE, NÚMERO
 SAÍDA ENTRADA **P 067 802821**

LI COXILHA BONITA S/N

CHIAPETA DO SUL MODAL.: MICROPRODUTOR

OPERAÇÃO
 COMPRA TRANSFERÊNCIA DEPÓSITO RETORNO OUTRA

2ª VIA
FIXA
NÃO DESTACAR

DATA LIMITE P. EMISSÃO
00/00/0000

DATA DA EMISSÃO
07/11/02

DATA DA SAÍDA - ENTRADA

HORA DA SAÍDA

CNPJ / CPF
23135530000

INSCRIÇÃO ESTADUAL
1841020033

CNPJ / CPF

INSCRIÇÃO ESTADUAL

UF

DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	ALIQ. ICMS
00 Kgs. Trigo Família	Família				

DADOS DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS	TOTAL DA NOTA
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME / RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA 1. EMITENTE 2. DESTINATÁRIO	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ / CPF
ENDEREÇO	MUNICÍPIO		UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL

QUANTIDADE	ESPECIE	MARCA	NUMERO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
------------	---------	-------	--------	------------	--------------

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Nº DE CONTROLE DO FORMULÁRIO
096860

01841020033067802821



Fonte: Acervo pessoal de Valdir e Loreci Zanella¹⁰.

As fotografias utilizadas foram recolhidas com as famílias no momento de elaboração do projeto de pesquisa para o acesso ao mestrado e, posteriormente, durante as entrevistas. Foi um momento muito importante, já que as pessoas não possuem como hábito olhar suas fotografias: então, foi uma alegria ver fotografias que registraram alguns momentos históricos da Comunidade e locais de moradia, de vivência, de convivência e de trabalho. As fotografias eram vistas e comentadas por toda a família da pessoa entrevistada e por quem me acompanhou na maioria das visitas: a minha mãe e a minha tia, as quais aproveitaram o momento para passear nas vizinhas mais distantes¹¹.

¹⁰ A folha que aparece em cima de alguns dados é a nota fiscal anexada, portanto as informações são escritas no talão e é anexada a nota fiscal que comprova a transação.

¹¹ Destaco isso por ter relevância no trabalho, a maioria das mulheres da comunidade da segunda geração de entrevistadas, não sabe dirigir, então ir nas vizinhas mais distantes depende da disponibilidade e da vontade dos maridos para levá-las, o que nem sempre acontece. Como fui realizar as entrevistas de carro

Esse processo se deu antes da entrevista, o que auxiliou na rememoração para as posteriores respostas. As fotografias serão usadas, principalmente, para fins de ilustração do que foi trazido durante as entrevistas, sabendo que cada registro carrega uma intenção. Segundo as pessoas entrevistadas, algumas das fotografias foram tiradas por conta do processo de redemarcação da Reserva Indígena de Serrinha, a fim de comprovar a ocupação do espaço, enquanto outras foram tiradas com a intenção de recordação de momentos afetivos ou pitorescos¹².

Além das fontes mencionadas acima, compõe a dissertação a observação participante:

A observação participante é uma das técnicas muito utilizada pelos pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa e consiste na inserção do pesquisador no interior do grupo observado, tornando-se parte dele, interagindo por longos períodos com os sujeitos, buscando partilhar o seu cotidiano para sentir o que significa estar naquela situação (QUEIROZ; VALL; SOUSA; VIEIRA, 2007, p. 278).

Esse tipo de abordagem não é comum em trabalhos da área da História, devido ao fato óbvio de que não temos como observar o que está no passado, mas como pesquisadora de uma comunidade rural que também é sua, e o fato da síntese se estender até o período recente, foi inevitável não abordar algumas observações feitas durante a convivência com as pessoas da comunidade, e que foram justamente as sementes que geraram esse tema de pesquisa. Então, peço licença para usufruir dessa metodologia que contribui para enriquecer esse estudo.

Ao longo da pesquisa será possível ver a aplicação das fontes mencionadas na síntese elaborada. No primeiro capítulo, teceu-se o estudo do período ditatorial e algumas dinâmicas advindas de suas políticas governamentais, observadas nas décadas de 1970 e 1980, na vida das famílias que residiam na Vila Capinzal. No segundo capítulo, é abrangido o período democrático, cobrindo o período pré migração, trazendo uma síntese das observações referentes à produção para autoconsumo e para comercialização. No terceiro e último capítulo, tratou-se dos impactos da migração compulsória da cidade de Constantina/RS para Chiapetta/RS, no início do século XXI, elaborando-se uma contextualização do cotidiano da comunidade até o período recente.

esse momento se tornou oportuno para minha mãe e minha tia visitarem suas amigas e ficarem conversando com as pessoas da família que não iam ser entrevistadas.

¹² Nem todas as fotografias estarão neste trabalho, mas elas podem ser vistas na base de fontes que está no Google Drive e pode ser acessada pelo link <https://drive.google.com/drive/folders/1AR4M-Z1am-gVOn2nMJ7crcHHxhUSXFyvusp=sharing>.

CAPÍTULO 1 - O TRABALHO DA TERRA INSERIDO NO DESENVOLVIMENTO DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

Pensou-se em tudo, menos que o solo é vivo, precisa ser vivo, que necessita de uma estrutura porosa e que, além da parte verde, aérea, as plantas também possuem raízes, que são intestinos e pulmões das plantas, precisando funcionar a contento. E que, mesmo a quantidade mais exata dos nutrientes em solo compactado, pode se tornar 'reduzida' e, com isso tóxica para as plantas. Planta malnutrida é atacada por pragas e doenças (PRIMAVESI, 2016, p. 1785).

“Não tinha tanta despesa...era fácil, botava a semente e deu...não tinha nada de ração que tinha que tratar, era só pasto” (Entrevista, 2021)

Neste primeiro capítulo, se estudará como se construíram as relações de crescente mercantilização no contexto da agricultura familiar, através da introdução de uma série de novos elementos no trabalho agrícola. Será abordado o período em que os governos civis-militares estiveram à frente da elaboração das políticas agrárias, momento em que as relações entre agricultura familiar e o capitalismo nacional e internacional se estreitaram, abrindo margem para uma série de mudanças.

Para o estudo da dinâmica do trabalho agrícola familiar, foi realizada a análise do modo como a produção se organizava, seu objeto e os meios de trabalho empregados, características que moldam e organizaram as relações sociais, levando em conta que a agricultura familiar produziu mercadorias para a geração de renda e alimentos para o sustento e reprodução familiar, aspectos influenciadores nas relações de trabalho, que impactaram no modo de viver da comunidade.

O trabalho agrícola está envolto em relações sociais que dependem do desenvolvimento dos meios de produção, entendendo que as mudanças nos meios de produção desenvolveram, de forma gradual, no Norte do Rio Grande do Sul, o que será conceituado, com o auxílio de Paulo Alentejano (2012, p. 759), como trabalho familiar integrado e subordinado às agroindústrias. Nessa etapa de desenvolvimento das relações de trabalho, que acompanham o desenvolvimento do modo de produção capitalista, as famílias realizam o trabalho em sua propriedade como forma de reprodução social, mas sua produção é, em parte, destinada a venda e está submetida aos parâmetros das empresas

agroindustriais, para quem fornecem parcela dos seus esforços de trabalho, sendo essas as empresas que ditam o padrão produtivo e o preço dos produtos. Mas, a agricultura familiar também se caracteriza por lógicas que não levam em conta as expectativas das agroindústrias, buscando através de outros meios a reprodução de sua família e a manutenção das relações sociais comunitárias, considerando os saberes tradicionais que mobilizam esse setor desde a sua formação.

Ellen e Klaas Woortmann (1997, p. 15) pensam o trabalho não apenas como uma atividade que se encerra em si, mas que, na sua execução, carrega simbologias e construções sociais, pois, além da produção de cultivos, o trabalho produz culturas. O trabalho agrícola familiar, como portador de uma idiosincrasia, se relaciona com a estrutura e as mudanças conjunturais mais amplas do País e do Mundo, bem como com as mudanças no modo de produção. Busca-se, portanto, a síntese do trabalho, não somente nos resultados, como também no “trabalho em processo e nas ideias que o antecedem” (Idem, p. 13).

O marco histórico, que provocou o processo de mercantilização do trabalho agrícola familiar foi a chamada “Revolução Verde”¹³, melhor denominada para os parâmetros dessa pesquisa de “processo de modernização desigual da agricultura brasileira” (GONÇALVES NETO, 1997). Segundo Federici, esse marco histórico pode ser assim sintetizado:

A ‘Revolução Verde’ é um amplo programa de agricultura, financiado pela ONU, pelos Estados Unidos e pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), com o intuito de promover melhorias nas práticas agrícolas do ‘Terceiro Mundo’. Esse programa leva os métodos de agricultura industrial, já utilizados na Europa e nos Estados Unidos, aos antigos territórios coloniais e requer dos países que o adotaram, como México e Filipinas, a construção de barragens para irrigação e uso extensivo de fertilizantes, pesticidas e sementes geneticamente modificadas. A Revolução Verde aprofundou as divisões de classe, aumentou a concentração fundiária e articulou a expulsão de vários pequenos proprietários rurais, incapazes de arcar com os gastos da compra de novas tecnologias agrícolas (2022, p. 207).

¹³ A chamada Revolução Verde que se insere em um contexto de Guerra Mundial, “muitas indústrias químicas que abasteciam a indústria bélica norte-americana começaram a produzir e a incentivar o uso de agrotóxico: herbicida, fungicida, inseticida e fertilizantes químicos na produção agrícola para eliminar fungos, insetos, ervas daninhas”(ROSA, 1998 apud ANDRADES; GAMINI, 2007, p. 45). Já com a Guerra Fria, “o problema da fome tornava-se cada vez mais sério em várias partes do mundo, e o governo americano e os grandes capitalistas temiam que se tornasse elemento decisivo nas tensões sociais existentes em muitos países, o que poderia ampliar o número de nações sob o regime comunista, particularmente na Ásia e na América Central, tradicionais zonas de influência norte-americana.” que influenciaram a penetração do modo de produção capitalista em vários territórios com o objetivo de produzir mais alimentos, porém sabemos que várias mazelas surgiram a partir do modo como esse objetivo foi conduzido (ROSA, 1998, p. 19 apud ANDRADES; GAMINI, 2007, p. 46).

Não se nega os trabalhos que se utilizam da expressão “Revolução Verde” para as suas formulações, pois eles trazem importantes reflexões, mas, nessa pesquisa, defende-se que o projeto da “Revolução Verde” não tinha nada de revolucionário, seja qual sentido se deseja tomar pela palavra, se tratando de um mecanismo de modernização encontrado pela classe dominante para conseguir solucionar contradições do próprio modo de produção capitalista, e que não foi pensado para alcançar toda a diversidade da categoria de trabalhadores agrícolas, portanto, será usada a expressão trazida de Gonçalves Neto (1997), de processo de modernização desigual da agricultura brasileira.

Alves e Tedesco (2015, p. 259) colocam que o objetivo proclamado dos arquitetos da “Revolução Verde” era o de dar resposta a escassez de alimentos em um planeta no qual o aumento populacional andava sempre em linha crescente. Assim, “nessa perspectiva, a produção em larga escala com uso de tecnologia aplicada à agricultura foi a solução encontrada, ou escolhida, para, dentro de certa perspectiva, combater a fome no mundo”. Atentamos para a palavra escolhida, pois, como complementam Lazzari e Souza (2017, p. 11), apesar do objetivo de saciar a fome do mundo, “o advento tanto da “Revolução Verde”, quanto da monocultura se deram como meios de efetivar o capitalismo, a globalização e perpetuar a colonialidade”, sendo o projeto que saiu na frente em meio a tantos outros que estavam em disputa antes do Golpe Civil-Militar de 1964. Esse projeto foi posto em prática através da Ditadura Civil-Militar, sendo um processo de modernização desigual e que beneficiou, principalmente, o capital agroindustrial (GONÇALVES NETO, 1997, p. 49), o qual não solucionou o problema da fome, muito pelo contrário, criou novos problemas¹⁴.

Segundo Pompeia (2021, p. 67), foi diante do contexto de “Guerra contra a fome” do presidente estadunidense Lindon Johnson, que a “Revolução Verde” entrou como elemento legitimador para que o governo conseguisse incentivar a utilização de agrotóxicos e fertilizantes nos países onde tinha influência. O *agribusiness* estadunidense destruiu sistemas alimentares com a disseminação do consumo de produtos e bebidas açucarados que substituíram dietas tradicionais baseadas em valores locais, desestabilizando padrões de empregos e estruturas comunitárias nos países em desenvolvimento (GEORGE, 1976 apud POMPEIA, 2021, p. 78).

¹⁴ BRASIL DE FATO. "O agro não é pop": estudo aponta que a fome é resultado do agronegócio. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/10/20/o-agro-nao-e-pop-estudo-aponta-que-a-fome-e-resultado-do-agronegocio>>. Acesso em: 22 nov. 2021.

A modernização desigual da agricultura possibilitou que uma série de avanços tecnológicos fossem possíveis nas propriedades das famílias aqui estudadas. Gradualmente, elas foram se inserindo em um modo de produção cada vez mais mercantilizado e especializado em um nicho de produção. Isso trouxe implicações não somente na lavoura, mas no modo de viver da comunidade, como defende Vandana Shiva (2003, p. 17): “[...] a uniformidade e a diversidade não são apenas maneiras de usar a terra, são maneiras de pensar e de viver”. Ao longo do trabalho, ver-se-á que essa premissa se torna cada vez mais presente na vida dos/as agricultores/as do Reassentamento Cristo Rei, os quais tiveram que moldar parte do seu trabalho de acordo com o que as agroindústrias exigiam, alterando também outros aspectos do seu viver.

Para Clério Plein (2010, p. 103), “o termo mercantilização é utilizado para representar o processo de integração da agricultura familiar aos mercados, como por exemplo, na comercialização da produção, aquisição de insumos e acesso ao crédito”. Trabalhadores rurais que produziam com uma variedade de culturas sazonais, com produção de alimentos para o autoconsumo e para venda às comerciantes locais, com adubação hegemonicamente natural e sementes produzidas na própria propriedade, passam por uma mercantilização do seu trabalho e da sua terra, adquirindo os “pacotes tecnológicos”¹⁵, através de linhas de crédito e financiamento, ficando progressivamente, dependentes das diretrizes do agronegócio. A ação das empresas comandadas pela burguesia agrária e urbana alteram o que se produz e como se produz, provocando alterações na lógica e nos saberes tradicionais das famílias agricultoras.

A agricultura familiar do final do século XX e início do XXI, mesmo tendo relações diretas com o mercado, ainda mantinha práticas e saberes que são anteriores a este período. A permanência destas não significa que esse tipo de trabalho agrícola seja atrasado, pelo contrário, pode indicar a reprodução de um modo de viver exitoso, que permitiu que essas famílias se reproduzissem ao longo das diversas gerações. Joel Carini (2010, p. 85), aponta quatro elementos principais da agricultura familiar que perpassam o tempo, e que são considerados na pesquisa como centrais: terra, trabalho, família e comunidade, todos interligados, influenciando e sendo influenciados. Clério Plein (2010,

¹⁵ “A Revolução Verde associa insumos químicos (adubos e agrotóxicos), insumos mecânicos (tratores colheitadeiras mecânicas etc.) e biológicas (variedades melhoradas) [...] Foram desenvolvidas variedades vegetais de alta produtividade que dependiam, entretanto, da adoção de um conjunto de práticas e insumos conhecido como “pacote tecnológico” da Revolução Verde (insumos químicos, agrotóxicos, irrigação, máquinas agrícolas etc.)” (SANTILI, 2009, p. 25 apud LAZZARI; SOUZA, 2017, p. 4).

p. 100) afirma que, justamente, são essas características que possibilitaram a permanência das pequenas propriedades agrícolas, face ao avanço do capital.

Mas, por mais que esses pressupostos sejam centrais, na definição e permanência da agricultura familiar, Klaas Woortmann (1990) também aborda essas quatro características para estudar trabalhadores agrícolas, apontando mudanças nessa centralidade da família, mostrando as diferenças dos valores de uma geração para outra, no que se refere à sucessão da propriedade e a busca dos jovens por trabalho assalariado, ou até mesmo, a mudança de lógica na consecução da propriedade familiar após sucessão. Seguimos o autor:

Parece surgir, nesses casos, uma tensão entre o trabalhar *para nós* e o trabalhar *para mim*, quando era o primeiro que assegurava o não trabalhar *para o outro*. É como se, no movimento constante de reintegração a uma sociedade global em transformação, o filho realizasse uma 'descoberta do outro', de uma alteridade não-tradicional de novos valores, estabelecendo, com isso, o estranhamento de seu próprio universo e sua desnaturalização [...] O coletivismo que possibilitava ser liberto é reinterpretado como sujeição (Idem, p. 56).

Isso leva para a constatação, de que nem mesmo esses pilares da agricultura familiar podem ser considerados atemporais. O período de recorte desse trabalho permite observar três gerações diferentes à frente das propriedades: a primeira geração que adentrou na Reserva Indígena de Serrinha, criando a Vila Capinzal; a segunda, de filhos e filhas, a qual estava mais à frente das propriedades no processo de Reassentamento, e; uma terceira geração, que assume as propriedades juntamente com a segunda geração, a partir da segunda década do século XXI. Essas gerações acompanham as dinâmicas que envolvem a agricultura familiar, e como observou Klaas Woortmann (1990, p. 56), são as novas gerações que têm uma visão mais individualista do trabalho, que acaba sendo executado com vistas à realização individual, e não somente familiar e comunitária.

O leitor pode observar, que as relações sociais na agricultura familiar não são estanques, haja vista que, ao mesmo tempo em que se busca uma realização e uma ascensão social através do trabalho, também é buscada a manutenção de um modo de vida tradicional, que conseguiu se reproduzir por décadas, garantindo a reprodução familiar. Nesse capítulo, será estudado o contexto da Ditadura Civil-Militar, que foi um dos responsáveis pela introdução do processo de mercantilização do trabalho agrícola familiar, e as repercussões que esse processo teve no interior da comunidade em estudo.

1.1 OS GOVERNOS DITATORIAIS E A ASCENSÃO DO AGRONEGÓCIO

O período da Ditadura Civil-Militar (1964-1985) é marcante no debate em torno da mercantilização que envolve o trabalho agrícola, pois, a esse período é atribuída pela bibliografia a introdução mais sistemática das políticas públicas e dos meios de produção que garantiram a inserção da agricultura familiar, especialmente da Região Sul do País, na economia de mercado internacional. O projeto governamental para a agricultura, se insere em um contexto mais amplo de mudanças em outros setores da sociedade. Como pontuam Lima e Konrad (2011, p. 410), o Golpe Civil-Militar de 31 de março de 1964, que derrubou o então presidente João Goulart, foi orquestrado por um grupo heterogêneo, composto principalmente por empresários (nacionais e estrangeiros) e militares, apoiado por parcelas da classe média e que passaram a conceber inúmeras alterações na estrutura política, econômica e social do Brasil.

Gonçalves Netto (1997, p. 78) pontua que, na década de 1970, a agricultura foi “profundamente alterada em sua base produtiva”, enquanto o crescimento do uso de tecnologia mecânica, de defensivos e adubos, a assistência técnica e o êxodo rural permitiam dizer que o campo passava por mudanças, “não em seu todo, nem de forma homogênea, mas tornou-se uma realidade totalmente diferente do período precedente” (*Ibid.*). No que se refere as famílias em estudo, percebeu-se que a soja, um dos produtos incentivados pelo governo ditatorial no Sul do País, foi a via para a mercantilização da produção, sendo que sua plantação em alta escala especializou o trabalho das famílias, enquanto o Estado, através de incentivos governamentais, teve grande papel neste processo¹⁶.

Guasques e Bastos (2014, p. 147-148) colocam que, entre as oito principais culturas agrícolas brasileiras do ano de 1970, a área cultivada com soja era a de menor tamanho, com cerca de 1,3 milhão de hectares. Já na safra de 2013, a área semeada foi de 27,7 milhões de hectares, o que corresponde a mais de 50% da área total cultivada no Brasil. O bom preço da soja no mercado mundial, na primeira metade da década de 1970, foi o principal incentivo para impulsionar o seu cultivo nos campos da Região Sul do Brasil, onde as variedades estadunidenses apresentavam boa adaptação.

Picolotto e Diesel (2004, p. 9) apontam em seu trabalho que a década de 1970 foi marcante pela especialização implementada nas atividades agrícolas, devido ao avanço das relações capitalistas de produção no campo, com o objetivo de aumentar a

¹⁶ Alguns anos depois as famílias também se especializaram na produção leiteira, mas esse debate vem atrelado a outro processo que será abordado no segundo capítulo.

produtividade do trabalho, sendo que, uma das consequências daquelas mudanças, foi o aumento da mais valia do empresariado do agronegócio.

Segundo José Garcia Gasques e Eliana Teles Bastos (2014, p. 122), foi no período de 1970 a 1985, a partir dos censos agropecuários, que houve o aumento da área total dos estabelecimentos agrícolas no Brasil, os quais passaram de 294,1 milhões, em 1970, para 374,9 milhões, em 1985. Essa mudança, significou um acréscimo de 80,8 milhões de hectares na área total da agropecuária, entre 1970 e 1985. O censo de 1985 teve o pico do número de estabelecimentos na série histórica de 1940 a 2006.

Freitas (2008, p. 50) mostra, em sua dissertação, como no período da Ditadura Civil-Militar houve um aumento no fomento do crédito rural, quando os agricultores/as contavam com facilidades para fazer financiamentos (*Ibid.*, p. 56). Conterato (2004, p. 94) reproduz a fala de um agricultor, o que demonstra como o acesso ao crédito era facilitado para as famílias de agricultores/as:

O Banco do Brasil na época de 70 era um pai para os agricultores. Aquela época eles davam financiamento, juro barato, calcário, financiamento de tratores. Nós financiamos um trator e a última prestação nós pagamos com 22 sacos de soja. Era dinheiro à vontade, pegava a hora que queria e o juro era barato. (Excerto da entrevista n. 9 apud 2004, p. 94).

Segundo estudos consultados, no período ditatorial, o sistema de logística foi melhorado com a criação de rodovias para escoar a produção do interior do País (FREITAS, 2008, p. 74), bem como foi criado o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL), o qual garantiu ao trabalhador do campo “aposentadoria por velhice; aposentadoria por invalidez; pensão; auxílio-funeral; serviço de saúde e serviço social” (*Ibid*, p. 78).

Rodrigo Valverde Beitem (2012, p. 65) afirma, que a Legislação aprovada durante a Ditadura Civil-Militar foi fundamental para iniciar o processo de transformação da agricultura, dando aos pequenos e médios produtores, associados a cooperativas, a possibilidade de inserção no mercado, ao lado de grandes proprietários. Segundo o autor, o crédito rural e as outras políticas públicas possibilitaram o aumento do uso de fertilizantes, a mecanização das atividades agrícolas, o aumento da produtividade e das relações com o mercado externo (*Ibid.*, p. 98).

No entanto, essas afirmações isoladas dão a entender que o período foi de grande desenvolvimento para o País e para o grupo de famílias agricultoras em estudo, mas alguns autores aprofundam a síntese e chegam a outras conclusões. Konrad, Lameira e Lima (2013, p. 114), destacam que o governo ditatorial era “representante do latifúndio,

do capital multinacional-associado e do imperialismo norte-americano”, setores envolvidos no Golpe de 1964.

Wenceslau Gonçalves Neto (1997, p. 49) afirma que, os estratos mais modernizados do setor agrícola se organizavam em *lobby* para defender seus interesses, mas que a maior pressão ao governo vinha dos setores industriais que tinham relação direta com a agricultura, pois esses tinham acesso mais livre aos espaços governamentais e buscavam garantir recursos para modernizar o setor agrícola, assim aumentando sua acumulação de capital, já que a atuação deles era dupla: vendiam produtos para a produção e depois compravam boa parte dela.

Nicole Régine Garcia (2010, p. 15) concorda que os programas destinados aos trabalhadores rurais até tinham um caráter distributivista da renda, através do Estado, e que houve a conquista de alguns direitos sociais. Mas, para a autora, que estudou a previdência rural no governo do ditador Emílio Garrastazu Médici, aqueles avanços serviam de tática para legitimar o governo perante a sociedade (*Ibid.*, p. 25). No caso da previdência, ela cita que, além de não ser universal, sendo que havia limitações de acesso, ela serviu para aparelhar os sindicatos que haviam sido perseguidos e fechados pela Ditadura, sendo que essas entidades se tornaram responsáveis por convênios de saúde dos trabalhadores, o que prejudicava seu potencial reivindicatório, já que tinham que secretariar uma série de procedimentos administrativos (*Ibid.*, p. 31).

Segundo Lazzaretti (2022, p. 30), o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Constantina/RS, local do assentamento de origem das famílias do presente estudo, foi fundado em 1967, com protagonismo da ala conservadora da Igreja Católica da Região, atuando principalmente através da Frente Agrária Gaúcha (FAG). Um dos membros do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Constantina da época relatou, em entrevista a Lazzaretti (*Ibid.*, p. 32), que a FAG proibia os sindicatos de se envolverem com assuntos políticos, e que o período de implementação dos programas de assistência à saúde e previdência eram muito agitados, com recorrentes viagens e cursos. Na época de implementação dos programas, o Município de Constantina sequer possuía secretaria de saúde, contando com sérios problemas documentais dos produtores rurais (*Ibid.*, p. 33).

A associação ao sindicato rural era obrigatória para acessar as políticas sociais, o que colaborou para que fossem criados novos sindicatos municipais. No período em que a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) era implementada, os sindicatos de trabalhadores foram transformados em braços da ordem vigente, sendo usados como zonas eleitorais (GARCIA, 2010, p. 34). Porém, a autora complementa que essa análise

não pode ser tomada como regra, por que tanto no pré, pós e durante a Ditadura Civil-Militar, sempre houve sindicatos e trabalhadores rurais que contestaram a ordem vigente (*Ibid.*, p. 34).

Grynszpan (2007, p. 321) pontua que o período do governo de João Goulart foi muito propício para a organização dos trabalhadores rurais, apesar de que deva ser salientado que o autor dá demasiado crédito ao governo por essa organização, esquecendo de quem mobilizava esse setor, ou seja, os próprios trabalhadores. Citando Lavareda (1991, p. 156 apud Grynszpan, 2007, p. 321), ele menciona que, em uma pesquisa de 1964, realizada em algumas capitais do País (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba e Fortaleza), 72% dos eleitores apoiavam a reforma agrária. Ele ressalta (2007, p. 321) que, após o Golpe Civil-Militar, a questão agrária continuava sendo um problema central para a população, o que corroborou para a elaboração dos programas sociais, como o Estatuto da Terra, em 1964, o qual redigiu a reforma agrária no Brasil. Mas, a proposta de reforma agrária colocada não possuía o caráter social anterior ao Golpe Civil-Militar, mas um caráter puramente econômico de desenvolvimento agrícola, através do aumento da produtividade e da transformação da propriedade agrícola em empresa rural, o que não era garantia de ampliação do acesso à terra (2007, p. 322).

As rodovias criadas no período, e citadas por Freitas (2008, p. 74), geraram uma série de desapropriações de terras indígenas para a construção de reservas de faixa nas estradas. Povos isolados foram invadidos, sendo que, recentemente, a Comissão Nacional de Verdade (CNV) divulgou que o que ocorreu foi um genocídio dos povos originários, com a morte de mais de 8 mil pessoas, sendo que a estimativa é de que o número seja ainda maior, pois não foram averiguados todos os povos afetados (2014, p. 205).

Freitas (2008, p. 69) argumenta que, durante os “governos militares”, houve um período de prosperidade na economia, com grandes incentivos à agricultura, como o crédito rural subsidiado, a assistência técnica, os investimentos em extensão rural e armazenamento, o seguro agropecuário, os direitos trabalhistas e os previdenciários. Essa afirmação precisa ser analisada com cautela. Primeiramente, concordando com Nicole Régine Garcia (2010, p. 38), que analisando o Estatuto da Terra, umas das políticas implementada no período, concluiu que as medidas implementadas pelo governo, para a área rural, não tinham um aspecto social de distribuição de terras, pois o que imperava era o viés econômico que favorecia o agronegócio. O objetivo era aumentar a produtividade e a oferta de produtos agrícolas, buscando transitar da propriedade rural

para a empresa rural. A autora continua afirmando que, por mais que a Legislação permitisse, a redistribuição de terras não foi feita.

Gonçalves Neto (1997, p. 76) chega a mesma síntese, entendendo que a onda conservadora do pós-64 impediu a aceleração das transformações no campo, dando privilégio ao crédito, promovendo uma reconcentração fundiária e tornando sem efeito a aplicação do Estatuto da Terra. Alguns desses setores conservadores, inclusive, estavam mais preocupados com a discussão política e ideológica que envolvia a reforma agrária do que com a questão econômica da agricultura.

Freitas (2008, p. 65), apesar de tecer argumentos que ressaltam as políticas agrárias criadas pelos governos ditatoriais, também ressalta que os maiores beneficiados foram os grandes proprietários de terra, sendo que a concentração de renda só aumentou no período ditatorial, enquanto muito capital foi transferido do poder público para o privado. Ianni (1979, p. 48) diz que, no final dos anos 1970, o Governo estava empenhado em favorecer as exportações a fim de pagar dívidas, para importar capital estrangeiro com o intuito de produzir mercadorias para exportar e pagar dívidas, gerando um ciclo vicioso.

O que se coloca em questão, sobre as ações do Governo Ditatorial, em relação à agricultura, não se houve ou não investimentos na modernização da agricultura, mas sim, qual foi o modelo implementado nesse desenvolvimento, um modelo que privilegiou a acumulação capitalista às custas do trabalho dos/as agricultores/as. Como reforçam Lima e Konrad (2011, p. 411), “as forças que assumiram o governo do País, a partir de 1964, identificadas como liberais-conservadoras, tiveram como uma das suas primeiras tarefas de governo, assegurar a manutenção e a consolidação da ordem burguesa capitalista”.

Conterato (2004, p. 95) expõe ainda que, apesar do acesso aos meios de produção mais tecnológicos, os reflexos da crise econômica da década de 1980 afetaram o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), “havendo cortes nos subsídios, limitação nos valores aportados e liberação das taxas de juros, representando sérias dificuldades para os agricultores/as, como o endividamento”. Ele cita a fala de um agricultor que entrevistou:

Teve época que não dava nem para pagar o Banco (...), foi por causa do juro. Tinha comprado o segundo trator, foi toda a safra de um ano e parte da seguinte para pagar o Banco. Era 70%, até 80% de juro por mês. Naquela época quando chegavam os trinta dias, o juro passava para o capital. Naquela época se financiava e a colheita ia toda para o Banco (Excerto entrevista n. 7, apud 2004, p. 95).

A preocupação dos governos ditatoriais não era com os trabalhadores e trabalhadoras do campo, mas com a economia capitalista, já que entre os principais

setores que patrocinaram e orquestraram o Golpe Civil-Militar de 1964 estavam o empresariado (que queria um Estado mais preocupado com a obtenção de mais valia) e o governo dos Estados Unidos da América, a mais forte nação capitalista do período, o qual criou, através do “medo do comunismo”, um ambiente propício para inserir sua política econômica no País.

Uma observação que parece pertinente, nos estudos citados, é a relação pesquisador/a e seu tema de estudos. Os pesquisadores, aqui citados, não estão imunes nessa relação, e suas opiniões transparecem nas suas pesquisas. Nesse ponto, concorda-se com Pablo A. Pozzi (2009, p. 89), o qual escreve que não importa o quanto disfarçamos ou o quão inconsciente seja o processo, a nossa opinião acompanha nossa escrita desde o princípio. Nos trabalhos aqui citados, pontua-se que algumas percepções não são coerentes com o que se entende sobre o Período da Ditadura Civil-Militar defendida nessa pesquisa, levando em conta a defesa de que os profissionais historiadores, além de entender o passado, são sujeitos do presente. Assim, no que se refere a Ditadura Civil-Militar, precisamos nos posicionar, pois vivemos em um país onde, o último presidente da República foi um defensor desse período, bem como defendeu torturadores que cometeram diversas violações dos direitos humanos.

Nesse sentido, há equívocos em alguns argumentos trazidos por Freitas (2008) e Beitem (2012), já se realizou o contraponto de alguns deles, mas restam algumas observações importantes a serem feitas. Freitas (2008, p. 80) escreveu que o Governo Ditatorial contribuiu muito para transformações e avanços na atividade rural, “resultando em grande evolução no Direito Agrário”, pois, por meio de variados mecanismos, foi viabilizada a atividade rural no Brasil, transformando-o no exportador de alimentos que é hoje (*Ibid.*, p. 62). O autor também pontua que a falta de legislação trabalhista foi uma das maiores injustiças que os governos ditatoriais repararam (*Ibid.*, p.79), e que todos os programas criados pelos militares “foram vitais como instrumentos de política social e de valorização de uma classe de trabalhadores que, ao longo da história, foi espoliada pelos latifundiários” (*Ibid.*, p. 69). Beitem (2012, p. 16) vê como positivas algumas ações dos militares, defendendo, por exemplo, que a Ditadura Civil-Militar acabou com as “oligarquias retrógradas” no País, o que representou uma defesa do projeto modernizante.

Levando em conta as afirmações acima, é indispensável ressaltarmos o entendimento aqui defendido. É importante considerar que o poder sobre a terra tem pouca mudança de classe social há pelo menos cinco séculos no Brasil, sendo que, o que

mudou mais foram os modos de acumulação dessas classes. Como diz o ditado popular, “tudo muda, para que tudo permaneça igual”. Assim, as relações de trabalho no campo mudaram, para manter os mesmos de sempre no controle dos rumos da agricultura brasileira. Gonçalves Neto cita João do Carmo Oliveira, para se referir as desigualdades nas políticas públicas agrícolas, que fizeram com que houvesse transferência de renda de agricultores/as pobres para agricultores/as ricos:

[...] a política compensatória de subsídios ao setor agrícola pelas reduções dos preços dos insumos-principalmente através do crédito oficial pesadamente subsidiado tem sido altamente seletiva. As compensações são desigualmente distribuídas. Tanto os fazendeiros ricos (com maiores ativos fixos para oferecer como garantias) quanto as já mais dinâmicas empresas agrícolas (com mais elevados coeficientes de insumos modernos) podem usufruir a maior parte dos benefícios do sistema de crédito. Os produtores rurais mais pobres, usando quase nenhum insumo moderno e assim virtualmente excluídos do sistema de crédito não podem captar muito da ‘compensação’. Todavia, o último grupo de produtores igualmente arca com os impostos sobre a produção (os quais afetam uniformemente todos os produtores através da redução do preço do produto), mas não conseguem beneficiar-se dos subsídios aos insumos. (GONÇALVES NETO, 1984, p. 809 apud 1997, p. 153).

Beitum (*Ibid.*, p. 16) escreveu que seu trabalho serve de “contraponto ao debate instaurado sobre as administrações militares. Afinal, nada é completamente bom e muito menos completamente ruim”, o que, sem dúvida, mostra sua avaliação sobre o processo histórico daquele período e as legislações implementadas no meio rural. Nas décadas em que os militares, conjuntamente com a burguesia brasileira e o capital internacional, estiveram no comando do Estado, muitas violações dos direitos humanos foram cometidas, a começar pelo Golpe que instaurou tal processo político. Uma síntese dualista certamente não representaria uma forma eficaz de olharmos para a História, mas, no que tange as ações dos governos ditatoriais, o trabalho da CNV (2014) retrata nas suas páginas várias violações de direitos humanos perpetradas no período.

Nem toda tecnologia, implementada por esses governos, equalizou a crise econômica em que o País foi deixado, e que ainda hoje traz consequências no orçamento do Estado¹⁷. Além de terem interrompido o andamento de governos civis, onde dentro de uma democracia e com o mínimo participação popular já estava ocorrendo a introdução de legislação trabalhista. O que os ditadores fizeram, portanto, não foi avançar nos direitos trabalhistas, foi barrar as construções populares e as políticas do Estado

¹⁷ AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA. **A corrupção e a dívida pública no Governo Militar (1964-1985)**. Disponível em: <<https://auditoriacidadada.org.br/conteudo/corruptcao-e-divida-publica-no-periodo-militar-1964-1985/>>. Acesso em: 29 ago. 2021.

democrático de direito que estavam avançando nesse período¹⁸, aparelhando os sindicatos e conseguindo garantir uma modernização em alguns setores da agricultura.

Grynspan, sintetiza o que buscamos evidenciar, ao longo dos governos ditatoriais

[...] estruturas, órgãos e instrumentos legais foram sendo criados, sem que isso se refletisse em uma melhoria efetiva nas condições de vida dos trabalhadores rurais, em uma redução do arbítrio ao qual estavam sujeitos, em um acesso à terra mais equitativo. Não somente não se observou uma desconcentração da propriedade da terra, como a reforma agrária, promovida pelo INCRA, passou a significar basicamente colonização, ocupação controlada e dirigida de áreas de fronteira chamada Amazônia Legal... Por outro lado, a modernização da agricultura gerou intensos conflitos, envolvendo uma multiplicidade de categorias de trabalhadores, e a violência no campo produziu um número considerável de mortes, agressões e ferimentos, que revelavam a atuação de jagunços, capangas, milícias, pistoleiros e matadores de aluguel (2007, p. 329).

Os governos ditatoriais não foram bons, só cumprindo o que objetivavam com o Golpe Civil-Militar de 1964, deixando o Brasil mais agradável para a burguesia nacional e internacional, enraizando na agricultura brasileira o modo de produção capitalista, aumentando a dependência dos pequenos/as agricultores/as às indústrias que produziam os insumos que se tornaram necessários para a produção. Quem passou a deter os produtos necessários para a produção não foram mais os agricultores/as, pois eles passaram a ter somente a terra, haja vista que o restante veio da indústria, ou melhor, passou a precisar ser comprado pelos agricultores/as da indústria.

Ana Cecília Kreter (2005, p. 3) pontua que, em 1963, foi aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural, ficando a cargo do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) “os benefícios prestados”, e que “consistiam em aposentadoria por invalidez e por velhice, pensão por morte, auxílio-maternidade, auxílio-doença, auxílio-funeral e assistência médica”. BRANCO (1971, p. 49 apud Garcia 2010, p. 31) aborda criticamente esse direito, observando que o beneficiário dos programas sociais era apenas o “chefe de família”, haja vista que, a mulher, por exemplo, não possuía o direito. Portanto, ao que tudo indica, os benefícios não eram tão abrangentes assim, sendo que só foram ampliados depois do fim da Ditadura Civil-Militar, levando em conta que a previdência só foi conquistada pelas agricultoras somente na Constituição de 1988 (KRETER, 2005, p. 4).

¹⁸ Não se pode compreender o Golpe Civil-Militar como resultado da crise de uma democracia que ainda era incipiente, justamente quando ela realmente começava a se tornar uma democracia, no sentido de regime político onde diferentes projetos de sociedade disputam a hegemonia e o poder. Esta disputa gerou um rico debate de ideias que o Golpe estancou de forma autoritária. Reafirma-se conseguinte, que a democracia, para as direitas, embora constantemente reivindicada, é tolerada somente até o limite onde seus interesses de classe não sejam ameaçados (LAMEIRA; KONRAD, 2009, p.12)

Um outro ponto de disputa é o modo como se nomeia esse período. Tanto Beitum (2012) quanto Freitas (2008) nomeiam a Ditadura Civil-Militar de “Regime Militar”. A tentativa de amenizar as atrocidades cometidas no período é presente no conjunto do trabalho dos dois pesquisadores, tanto positivando o projeto de modernização agrícola dos militares e capitalistas, como colocando no título de seus trabalhos a palavra “regime”, um conceito que esconde o que de fato esse período foi, uma Ditadura Civil-Militar¹⁹, com censura, exílios, torturas, mortes, desaparecimentos e a cassação da democracia, inibindo, inclusive, as organizações de trabalhadores rurais²⁰. Ficamos com a síntese de Konrad, Lameira e Lima:

Dentro do processo histórico do século XX, o Golpe Civil-Militar de 1964, no Brasil, pode ser compreendido dentro da dinâmica da chamada Guerra Fria, do anticomunismo radical e da reação internacional contra o avanço do socialismo. Do mesmo modo, é representativo do elitismo e autoritarismo político das classes dominantes brasileiras, que sempre mostraram antipatia pela participação popular na política, vistos como manipuláveis e incapazes. (2013, p. 125).

1.2 IMPACTOS DA POLÍTICA AGRÁRIA DA DITADURA CIVIL-MILITAR EM CONSTANTINA/RS

Nesta seção serão apresentados alguns resultados da pesquisa em fontes documentais, baseados nos dados dos censos agropecuários do IBGE, talão de notas fiscais dos produtores rurais, fotografias e relatos orais.

Através desses documentos, procurou-se vislumbrar como as políticas agrícolas dos governos ditatoriais, que foram citadas anteriormente, influenciaram o território do Município de Constantina, cidade de origem das famílias aqui estudadas, cobrindo tanto o período de vigência da Ditadura Civil-Militar como a década posterior, quando ainda podiam ter havido repercussões das políticas implementadas.

O regime de parceria e meação era visto, na segunda metade do século XX, como uma prática arcaica de produção (BEITUM, 2012, p. 33). Contudo, ela foi regulamentada no Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964), tratando-se, segundo o artigo 96, inciso 1º de “[...] contrato agrário pelo qual uma pessoa se obriga a ceder à outra, por tempo determinado ou não, o uso específico de imóvel rural, de parte ou partes dele[...]”. Segundo informações obtidas em entrevista oral (GALLINA, 2021), era uma relação de produção presente em Constantina, nesse sistema, existe o proprietário e o

¹⁹ “[...]“Regime Militar”, termo eufemístico cunhado pelos próprios ditadores” (KONRAD, 2020, p.170).

²⁰ Memórias da Ditadura. Trabalhadores rurais. Disponível em:<<http://memoriasdaditadura.org.br/trabalhadores-rurais/>> Acesso em: 09 set. 2021.

produtor, enquanto um “cede” a terra ao outro que planta, sendo depois pago ao proprietário uma quantia em dinheiro ou, como era mais comum, parte da produção. A entrevistada afirmou, que, quando trabalhou em regime de parceria com o seu marido, o local que era disponibilizado pelos proprietários eram as terras mais “dobradas”, ou seja, as mais pedregosas e com formação de relevo irregular, onde não eram possível o emprego de maquinário à combustão, considerando que, se a terra era ruim, dava um terço da produção para o proprietário, mas se era melhor, dava metade, enquanto que, às vezes, no inverno, “ganhavam” a terra para as vacas pastarem, uma vez que o azevém nascia naturalmente no local.

Essa relação de trabalho não é a ideal no modo de produção capitalista, no qual os não proprietários devem ser assalariados ou arrendatários. Mas, nesse período, citado acima, o cenário agrário brasileiro estava longe de alcançar o ideal no modo de produção capitalista. A parceria era uma prática comum, tanto que foi regularizada, segundo Medeiros (2002 apud MEDEIROS, 2012, p, 449), no *Dicionário da educação no campo*, essas relações sempre foram conflitivas no meio rural e foram constitutivas da definição socialmente vigente de latifúndio. As mudanças, nessas relações, no caso de Constantina, só são percebidas posteriormente a Ditadura Civil-Militar. Observou-se, alterações significativas nos dados dos censos agropecuários, sendo que, no ano de 1985, foram registrados 396 estabelecimentos com parceira para apenas 99, em 1995/1996. Portanto, mesmo no final da Ditadura Civil-Militar, essa prática ainda era habitual no Município, que possuía muitas terras impróprias para a mecanização, necessitando de mais mão de obra, que era satisfeita por agricultores/as que não possuíam muita terra. Por sua vez, sua diminuição, talvez, se deva ao posterior preparo da terra para mecanização.

No entanto, é preciso se atentar a uma mudança no Censo Agropecuário, pois o Censo 1995-1996 não captou os estabelecimentos precários, devido ao levantamento de dados ter sido feito no período da entressafra. A provável falta de captação desses estabelecimentos pode ter ocasionado a queda mais acentuada do número de arrendatários, parceiros e ocupantes nesse ano. Um comparativo poderia ser feito com o Censo de 2006, porém, como o cenário agrário do Município havia mudado significativamente essa comparação não é possível. Sobre esse assunto, Hoffmann (2014, p.107) diz que o Censo 2006 voltou a considerar o ano civil, concluindo com os dados desse ano que, a partir de 1985, houve uma clara tendência de redução do número de arrendatários, parceiros e posseiros.

São conhecidos os impactos ambientais que o modo de produção capitalista gera²¹. Esse modelo de desenvolvimento, voltado único e exclusivamente para o lucro e a produtividade, também teve reflexos no Município de Constantina. De 1970 para 1980, foi desmatada metade da área de florestas nos estabelecimentos, segundo o IBGE, passando de 4.008 hectares para 2.493 hectares. Reflexo não só da monocultura, mas também da extinção da Reserva Indígena de Serrinha, que deu lugar a várias propriedades familiares, cujo incentivo era para o desmatamento das florestas, liberando áreas para o plantio, bem como fornecendo madeira para a construção de casas, móveis e galpões, sendo que, hoje em dia, algumas famílias ainda possuem móveis que foram construídos com essas árvores desmatadas. É importante analisar o contexto social da época, no qual a figura do colono explorador e trabalhador que derrubava mato para fazer lavoura era muito disseminada e os debates ambientais não faziam menor eco na sociedade e nas políticas públicas implementadas.

Outro indicativo do aumento da exploração da terra, foi a diminuição da área de “terras em descanso” ou “terras produtivas não utilizadas”, informações que refletem a relação entre o nível de exploração do solo e os avanços tecnológicos. Em nível nacional, entre 1970 e 1985, reduziu-se a área das terras em descanso e/ou improdutivas em 8,9 milhões de hectares (GUASQUES; BASTOS, 2014, p. 122).

Em Constantina, em 1970, eram 2.860 hectares não utilizados nas propriedades (não sendo discriminado os dados sobre o motivo do não uso, mas sabe-se que o solo da Região era muito pedregoso, o que podia dificultar o uso de certas áreas), um número que não é muito expressivo, se analisado com os 34 mil hectares totais de área rural do Município. Em 1980, a área em descanso caiu para 311 hectares, reflexo do avanço tecnológico, que facilitou e exigiu a exploração de cada vez mais parcelas do solo. A prática de pousio não é recorrente na agricultura do Rio Grande do Sul, sendo que, com o avanço do uso de fertilizantes naturais e químicos, a necessidade de pousio ficou ainda menor. No grupo em estudo, o pousio ou descanso não era exigido, já que a terra era “gorda”, como relataram seus ocupantes, pois se tratava de uma área recentemente desmatada.

O crescimento da produtividade, defendida pela Ditadura Civil-Militar e seus apoiadores, se mostra no aumento das despesas com adubos e corretivos, cujo

²¹ VIEIRA, Ana Carolina Quintana; HACON, Vanessa. **O desenvolvimento do capitalismo e a crise ambiental. O Social em Questão**, v. 25/26, p. 427, 2011. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/21_OSQ_25_26_Quintana_e_Hacon.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2021.

investimento cresceu de 90 mil cruzeiros, em 1970, para 25.121 mil cruzeiros, uma década depois. As despesas com pesticidas e fungicidas, em 1970, foram de 94 mil cruzeiros, já em 1980, quando o termo “defensivos agrícolas” apareceu, a despesa subiu para 4.745.000 cruzeiros. O cultivo de monoculturas, no caso da soja, em especial, pode ter gerado um desequilíbrio no ecossistema local. Segundo Primavesi (2016, p. 86), a plantação de apenas uma variedade vegetal, nutre somente os componentes de algumas linhagens de micróbios, não diversificando as espécies de organismos vivos presentes no solo, gerando, assim, invasões de insetos que destroem as plantações por conta do desequilíbrio do ecossistema, criando uma necessidade artificial de agrotóxicos que, ao longo das safras, só agrava mais a situação, fazendo com que novos agrotóxicos sejam necessários, pois o meio está tão doente que não consegue mais produzir por si. Primavesi, ainda cita a prática do consórcio entre plantas, por exemplo, milho-feijão-mandioca-abóbora. Essa pluralidade garantiria a proteção do solo e a diversidade de matéria orgânica. A diversidade ainda é mantida pela agricultura familiar, na parte da lavoura em que o capital ainda não estendeu suas garras: a lavoura de autoconsumo. Nela, inúmeros alimentos convivem em harmonia: batata-doce, mandioca, pipoca, abóbora, amendoim, melancia, melão, porongo e cana-de-açúcar, todos alimentos produzidos sem o uso de agrotóxico, e que, como seus plantadores, resistem a todo o desequilíbrio ambiental à sua volta.

Outro destaque para esse dado, referente aos agrotóxicos, é o nome que o Governo atribuiu aos venenos, chamando-os de “defensivos agrícolas”, mostrando a conivência e ação da Ditadura Civil-Militar com a indústria do veneno. A única defesa que esses produtos químicos proporcionam é ao pé de soja, o qual, ao longo do tempo, foi sendo adaptado através da seleção genética e da transgenia para sobreviver a alta carga de agrotóxicos despejadas em suas folhas, tratando um problema que a própria monocultura criou, como as infestações de insetos e as doenças originadas pela homogeneização de um vegetal. Na presente pesquisa, a preferência é pelo uso do termo agrotóxico, o qual retrata o perigo desses produtos químicos para o planeta e a humanidade. Compreende-se que possuímos tecnologia suficiente para investir em práticas agroecológicas, que garantam soberania alimentar e dignidade para as famílias agricultoras, porém, como mostra Shiva (2003), os investimentos tecnológicos estão se destinando a biotecnologia, o uso da vida para gerar mais valia.

As adubações químicas e orgânicas apresentam aumento nos índices de uso. Tanto a adubação orgânica quanto a química cresceram, de 1970 para 1980, em mais de mil por

cento, sendo que cerca de 54% dos estabelecimentos já faziam seu uso, em 1980, enquanto a porcentagem se manteve semelhante, em 1985. O uso de calagem também aumentou, mas os números foram menos expressivos. Assim, de 87 estabelecimentos declarantes, em 1970, subiu para 356, em 1980. Como mencionado, nos primeiros anos de assentamento no município de Constantina, a adubação não se fazia necessária, pois a terra ainda era “forte” e garantia uma boa produção, momento em que muitas lavouras também foram construídas a partir da derrubada da mata nativa, onde o solo era saudável e bem nutrido. Já com o passar dos anos, a necessidade da adubação foi aparecendo, fazendo com que os/as agricultores/as recorressem, primeiramente, ao uso de matéria orgânica da própria propriedade e, posteriormente, fizessem uso da adubação química compradas das empresas do agronegócio

Nas palavras de Primavesi (2020, p. 43), um solo adubado somente com calagem e NPK²², contido na maioria dos adubos químicos, recebe apenas sete macronutrientes, que são os que a planta mais consome, enquanto os micronutrientes são esquecidos, mesmo que sejam essenciais para a qualidade nutritiva e a defesa das plantas e que se formam quando o solo está saudável. Com o solo doente, sem os micronutrientes necessários, as plantas formam aminoácidos e não proteínas, açúcares simples e não complexos, poucas vitaminas, pouco aroma, pouco gosto e ainda perdem resistência contra doenças e pragas, gerando uma necessidade cada vez maior de agrotóxicos.

É visível, através dos censos, o aumento das práticas de cooperativismo, tática usada, principalmente, por pequenos/as agricultores/as para garantir uma renda maior para o coletivo de agricultores do que se negociassem individualmente os produtos no mercado. Segundo Picolotto e Diesel (2004, p. 2), a persistência da agricultura familiar no modo de produção capitalista levantou grandes debates acadêmicos, onde se reconheceu que as políticas públicas foram importantes para a manutenção desse modo de vida, mas também as “estratégias adaptativas individuais, grupais e coletivas”, onde inseriram-se as cooperativas, as quais proporcionaram um poder de negociação maior para os/as agricultores/as nas relações comerciais. Em 1970, em Constantina, eram 298 estabelecimentos associados nessas organizações, já em 1980 o número cresceu para 1.245 estabelecimentos. Esse número reflete uma tendência de estreitamento das distâncias comerciais, pois produtos que eram negociados nas comunidades, aumentaram sua área de comercialização, sendo negociados além dos territórios comunitários. Com

²² Nitrogênio, fósforo e potássio.

esse alargamento das relações comerciais, surgiu também a necessidade de associação entre os produtores.

Durante a pesquisa, nos debruçamos sobre os talões de notas fiscais do produtor²³, que como o próprio nome refere, é onde as famílias anexam suas notas fiscais de compra e venda de produtos, para fins de recolhimento de imposto pelas administrações municipais. Acessou-se os Talões de duas famílias, utilizando um “bloco” por década (1970, 1980, 1990, 2000), como fonte para a pesquisa. Nos exemplares analisados, percebe-se, que a associação às cooperativas aconteceu depois do início da década de 1990, o que é confirmado também, pelo ano de fundação da Cooperativa que consta nos talões, a Cooperativa Agrícola Constantina LTDA (COOPAC), inaugurada em 1993 (PICOLOTTO; DIESEL, 2004, p. 3). A associação objetivava a comercialização do leite de vaca, outro produto central nesse trabalho, que será abordado posteriormente²⁴. Antes das negociações em escala internacional, a produção de grãos como soja, milho e trigo era realizada através de comerciantes locais, da própria Comunidade ou da Cidade, os quais levavam a produção para outras cidades da Região, não existindo uma relação com cooperativas, informações confirmadas nos talões de notas fiscais do produtor e a partir das entrevistas realizadas para a pesquisa (Rosa Santa Catarina, 2021).

No censo de 1980, as cooperativas que possuíam mais associados eram, justamente, as de distribuição de mercadorias, no caso de Constantina, a instituição atuante era a Cooperativa Tritícola Sarandi LTDA (COTRISAL), fundada na década de 1950. Os pequenos/as agricultores/as buscavam se associar, a fim de garantir melhores preços na venda de seus produtos do que se negociassem sozinhos. Porém, percebe-se que, no grupo analisado, essas relações vão se desenvolver mais tardiamente, entre o período final da Ditadura Civil-Militar e da Redemocratização, com a criação da COOPAC. É importante refletirmos sobre o tipo de cooperativismo que se desenvolveu em meio a uma Ditadura Civil-Militar, apesar da importância econômica que instituições como essas têm para os pequenos/as agricultores/as, pois, somente em um período de democracia é que o cooperativismo poderia ser colocado em prática, de fato.

Além de uma fonte de dados, os censos agropecuários do IBGE são produções de seus respectivos tempos e acompanham as conjunturas, e portanto, influenciados pelas

²³ A tabela contendo as informações dos talões, dividido por famílias, com dados sobre o produto, data de comercialização, quantidade, número da nota fiscal, pessoa ou empresa com quem houve relação e de que tipo ela foi está disponível para consulta, através do link: <https://drive.google.com/file/d/148ARWSRef-pI2myqbAXxk_jHJqHJ4q1E/view?usp=sharing>.

²⁴ Nota número 030208, de Valdir e Loreci Zanella, e nota P1017/800981, de Irineu e Salete Juriatti.

aspirações governamentais. Uma prova de que as relações econômicas e de trabalho no campo estavam mudando é a de que os dados sobre “defensivos agrícolas” só começaram a aparecer em 1980, não tendo registro anterior, provavelmente por que não eram usados de forma generalizada.

Os relatos também confirmam essa informação, ligando o uso de agrotóxicos à hegemonia da soja e milho na produção, “hoje em dia se não bota veneno não colhe nada, aquele tempo não existia veneno nas coisas, agora é tudo tratado” (JURIATTI, 2021). O que tem estreita relação com o período, já que os governos ditatoriais incentivaram seu uso, como visto acima. Em 1980, 95% dos estabelecimentos já fazia uso de agrotóxicos.

O número de tratores também aumentou, pois eram 6 no Município, em 1970, e 271, em 1980, enquanto subiram para 371, em 1985. Apesar desse aumento, percebe-se que, pelo número de máquinas, não se pode afirmar que a tecnologia tenha se massificado entre os agricultores/as, pois as referências são de mais de dois mil estabelecimentos, em todos os censos, demonstrando que há uma seletividade na modernização alavancada no período, haja visto que muitos agricultores/as ainda estavam longe de conseguir empréstimos para comprar o seu trator, ou até mesmo para comprar um entre várias famílias, prática comum na Comunidade aqui estudada, onde grupos de vizinhos e parentes se associam para adquirir máquinas agrícolas.

O número de arados de tração animal teve um aumento significativo de 1970 para 1985. Já em 1995 o número caiu praticamente para a metade. Observa-se que eram 3.400 arados de tração animal, em 1970, subindo para 3.756, em 1980, e, mais tarde, em 1985, para 4.003 unidades, já em relação ao censo de 1995, há uma redução de praticamente metade, passando para 2.161 arados de tração animal. O número de arados de tração mecânica aumentou em todas as séries do censo, com exceção de 1995. Em 1970, eram 13 unidades, enquanto que, em 1980, chegou ao número 301, sendo que, em 1985, alcançou o número de 472 arados de tração mecânica, enquanto, em 1995, o número caiu para 338, provavelmente acompanhando a redução que essa década teve no número de estabelecimentos computados²⁵. Cabe ressaltar, que o número de arados de tração animal chegou a ser maior que o número de estabelecimentos da série histórica, sendo

²⁵ Como observou-se na introdução o Censo Agropecuário de 1995-1996 foi atípico, neste ano o recorte do censo não foi o ano civil, mas sim o ano de safra de 1º de agosto de 1995 a 31 de julho de 1996 (HOFFMANN, 2014), neste censo há também uma mudança no conceito de estabelecimento rural, passando a serem computados somente os estabelecimentos com “finalidade de comercialização (venda ou troca)” (IBGE, 1995).

respectivamente 2.307 estabelecimentos, em 1970, 2.535, em 1980, 2.658, em 1985, e, por fim, 1.437 em 1995-1996. Então, o processo de modernização estava de fato ocorrendo, mas aparentemente ainda havia etapas a serem percorridas, uma delas o aumento da própria mecanização.

Outro dado que começa a ser pesquisado, a partir de 1980, foi o de “máquinas para plantio”, chamadas de plantadeiras, mesmo que seu número ainda não chegasse a ser tão expressivo, sendo 137 informantes, em 1980, e 214, em 1985, mostrando que algumas mudanças se instalavam no modo de plantar, mas que elas iam ser lentas. A maioria das pessoas entrevistadas informou que a compra dos maquinários agrícolas se deu mais tarde, um pouco antes da migração, “em 80 pra frente começou a entrar maquinário” (ZANELLA, 2021). Um dos motivos alegado era as condições da terra, pois o solo nas comunidades rurais de Constantina era muito pedregoso e íngreme e precisava ser “limpo”, sendo que as pedras deviam ser retiradas para que as máquinas pudessem ser utilizadas.

Wenceslau Gonçalves Neto (1997) cita um trecho da pesquisa de Ruy Miller Paiva, o qual pensava a agricultura, nesse período de modernização. Para esse autor, a modernização necessitaria de áreas “agronomicamente adequadas à modernização”, com a presença de amplos recursos naturais, onde possam ser usadas máquinas e insumos (PAIVA, 1979, p. 32-33 apud GONÇALVES NETO, 1997, p. 82). Portanto, um processo que precisava ser realizado nas lavouras agrícolas de Constantina era o de torná-las “agronomicamente adequadas à modernização”, o que requeria muito trabalho, o qual muitas vezes era realizado com bois e carroças; Segundo informação oral (Oneide Gallina, 2021) eram recolhidas as pedras e formadas “taipas”, montes de pedra, sendo que, posteriormente, nos locais mais planos, foi possível o uso de tratores e outros maquinários, mas nos lugares mais íngremes continuou-se o uso da carroça até a migração, onde em seguida as carroças, aos poucos, deixaram de ser utilizadas pela maioria das famílias, tanto que, hoje em dia, nem possuem bovinos para o trabalho, somente para a alimentação.

Os dados sobre o uso de maquinário nos estabelecimentos reforçam a tese de Gonçalves Neto (1997, p. 11), de que se tratou de uma “modernização desigual”. Foi somente ao final do período ditatorial que essas mudanças se tornaram mais visíveis nos dados dos censos, e mesmo assim os números não eram tão expressivos, não sendo nem a metade dos estabelecimentos os que possuíam tratores, arados mecânicos e máquinas

para plantio. A síntese dos dados, no Município de Constantina, pode reforçar a tese da “modernização desigual”, por que, como falado anteriormente, a esmagadora maioria dos estabelecimentos do local era de pequenos e médios proprietários/as, que haviam adquirido poucos maquinários, segundo os censos. Contudo, temos que levar em conta que a Região Sul ainda foi a mais beneficiada pelas políticas do governo ditatorial, no que concerne a modernização agrícola (Idem, p. 177). Portanto, a situação de agricultores/as familiares de outras regiões do País poderiam ser ainda mais precária.

Para fazer uma síntese mais exata dessa situação, o ideal seria termos dados sobre a destinação do crédito agrícola por municípios do estado, porém, não encontrados esses números, somente estudos que reforçam a tese de Gonçalves Neto. Já em termos bancários, Rego e Wright (1981), que colaboram para a reflexão, mostrando que, ao fazer a distribuição de crédito para médios e grandes proprietários, oferecia mais garantias e havia a diminuição das despesas administrativas, já que com grandes proprietários se diminuía o número de empréstimos com o mesmo montante de dinheiro. Também pontuam que,

[...]nas propriedades maiores, a tecnologia é intensiva em capital e apoiada pelo crédito subsidiado; nas pequenas propriedades, usam-se mais intensivamente os fatores terra e mão-de-obra. Apenas uma parcela reduzida das suas despesas financeiras é coberta por crédito, embora esses dispêndios sejam bem menores que os das propriedades maiores (Idem, p. 228).

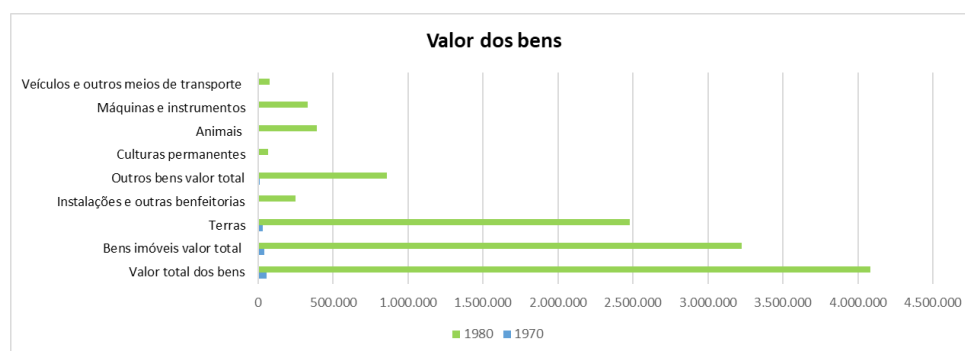
Os autores, (REGO E WRIGHT, 1981) colocam que os pequenos proprietários tinham mais aversão aos riscos dos empréstimos, as taxas de juros e as viagens à cidade para trâmites burocráticos. Então, esses fatores podem ter influenciado a mecanização mais tardia das famílias agricultoras de Constantina. O uso de maquinário agrícola se dará de forma mais abrangente com o reassentamento, pois os fatores para tal aplicação eram mais amplos.

O consumo de energia elétrica aumentou, principalmente de 1980 para 1985, representando um aumento de mais de 600%, de 378 mil quilowatts para 2.292 milhões de quilowatts. O que faz todo sentido, se for levado em conta a ingresso dos eletrodomésticos nas casas, principalmente com a crescente introdução de geladeiras e freezers, usados para conservar os alimentos por mais tempo. Um outro fator que contribui para esse aumento do consumo de energia elétrica foi a produção leiteira, pois, o leite era conservado a partir da refrigeração, sendo que os relatos orais indicam que essa produção começou por volta desse período.

O que subiu, consideravelmente, de 1970 para 1980, foram os valores dos bens de imóveis, sendo que o valor das terras aumentou mais de 8 mil por cento, enquanto das instalações, benfeitorias e lavouras permanentes, o aumento foi de mais de 5 mil por cento. O valor dos animais de criação subiu mais de 6 mil por cento, e o de máquinas e instrumentos agrícolas subiu 18 mil por cento, mostrando que o trabalho agrícola era envolto por um aumento constante de mercadorias, mesmo que, como visto anteriormente, elas não fossem, necessariamente, de maquinários a combustão, mas também de máquinas movidas por tração animal. Outro fenômeno percebido é a mercantilização crescente da própria terra, o qual, no modo de produção capitalista, se evidencia com a terra passando de território para bem imóvel.

A pecuária também estava em expansão de atividades. No caso da comunidade em estudo, havia a inserção do gado leiteiro, o que aumentou a quantidade de animais nas propriedades. Devemos levar em conta que, provavelmente, há um aumento do valor dos bens imóveis referente à inflação de dez anos, sendo que, no ano de 1980, chegou-se a incrível marca de 99,20%²⁶.

Figura 4: Valor dos bens nos censos agropecuários de 1970 e 1980



Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos censos agropecuários do IBGE de 1970 e 1980.

O valor dos financiamentos também subiu, de 1.274 mil cruzeiros, em 1970, para 124.072, em 1980, enquanto o número de informantes de financiamentos dobrou de 624 para 1.230. O que se quer ressaltar nos financiamentos é o aumento dos empréstimos para custeio de produção, enquanto os financiamentos para investimentos na propriedade subiram quase 5 mil por cento, os financiamentos para custeio de produção subiram quase

²⁶ R7. **Inflação e dívida pública explodiram no Brasil ao final da ditadura militar.** Disponível em: <http://www.r7.com/r7/media/2014/20140331-info-ditadura/20140331-info-ditadura.html>. Acesso em: 19 jun. 2022.

23 mil por cento. Atribui-se esse aumento à introdução de cultivos dependentes do agronegócio, como a soja, que demanda um alto investimento na compra de insumos, além do valor empregado em aluguel ou manutenção de maquinários, nos casos em que esse era empregado. Hipótese também trazida por Conterato:

Assim, a dependência ao novo padrão tecnológico se dá principalmente pela via de incremento da necessidade de recursos para custeio através da aquisição de sementes, adubos e defensivos, seguida da necessidade de investimentos, principalmente para aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas, caracterizando, a era do pacote tecnológico (2004, p. 96).

A origem da grande maioria dos financiamentos, em 1970, era governamental, o que reforça o papel da Ditadura Civil-Militar no fomento ao crédito necessário para o processo modernizante. Em 1980, a pesquisa sobre a origem dos financiamentos foi feita de outra forma, sendo pesquisadas como fontes as cooperativas e “outras”, sendo que as “outras fontes” foram as mais utilizadas.

Contudo, em entrevistas, os moradores do Reassentamento Cristo Rei, relataram que começaram a fazer os financiamentos regulares mais tarde, sendo que, alguns anos antes de migrarem para Chiapetta, o número de financiamentos dependia do perfil de cada família, mas os relatos eram que os empréstimos foram poucos, por que os custos de produção eram menores, enquanto alguns relatos citam, também, financiamentos para compras de maquinários, como trilhadeiras, ou a construção de galpões e chiqueiros.

O período em que os financiamentos são mais presentes nas falas das pessoas entrevistadas é quando surge o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar- PRONAF²⁷ e a CRESOL²⁸, os quais visavam o atendimento ao crédito específico da agricultura familiar, sendo demanda das próprias comunidades e organizações de agricultores/as familiares. A CRESOL acompanhou a migração das

²⁷ “É neste sentido que em 1995 cria-se e se regulamenta em 1996 o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), através de diversos movimentos sociais que tinham como “ponto central a demanda por crédito rural diferenciado” substituindo o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (Provap), extinto desde então” (BITTENCOURT, 2003, p.110 apud ZANELLA, 2011, p.15).

²⁸ “De modo mais específico e de mesma realidade, a Cresol Constantina origina-se diante da necessidade de acesso a crédito por parte dos agricultores familiares, onde lideranças ligadas ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR- entidade que auxiliava na organização e acesso ao crédito, passando estas atribuições a Cooperativa, após a sua fundação) do município buscam conhecer experiências no ramo do cooperativismo de crédito objetivando resolver estas demandas. Portanto, diante deste cenário e após visitas as cooperativas do Paraná, em 1998 surgem às primeiras Cooperativas Cresol em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, sendo dentre elas, a primeira gaúcha a Cresol Constantina. Portanto, através de Assembleia no dia 29 de janeiro de 1998 foi constituída a Cooperativa, abrindo suas portas ao público no dia 14 de julho do mesmo ano” (ZANELLA, 2011, p.22).

famílias da Reserva Indígena de Serrinha, sendo que a Cooperativa possui agência em Chiapetta e em Santo Augusto (Município limítrofe e que também possui um Reassentamento proveniente da Reserva Indígena de Serrinha), o que ajuda no entendimento da relação das famílias com a Cooperativa, e a importância dela no acesso ao crédito rural, já que é nela que a maioria das famílias fazem seus financiamentos. Portanto, os dados que tratam de aumento de financiamentos, no período de 1970 a 1980, podem não estar mostrando a realidade das famílias estudadas, as quais passaram a ter acesso aos financiamentos mais tarde, alguns anos antes da migração, pela própria organização coletiva dos trabalhadores, com a criação de uma cooperativa de crédito. Os dados sobre financiamentos, no Censo de 1995-1996, não serão comparados, pois, houve mudança da moeda corrente, de cruzeiro para cruzados, e como esse censo teve a peculiaridade de abranger o ano safra e não o ano civil, o próprio IBGE recomenda cautela nas comparações com os demais censos. Mas, em todo o caso, nesse censo de 1995/1996 foram 787 os informantes de financiamentos, um número bem abaixo em comparação com os números do censo de 1980, que era de 1.230 informantes.

Segundo os dados do Censo Agropecuário de 1970 e de 1980, em Constantina, as despesas com medicamentos para animais cresceu em mais de 4 mil por cento, em uma década. Segundo os relatos orais e dados dos talões de notas fiscais do produtor rural, antes da criação de vacas para ordenha, as famílias vendiam porcos para abate, isso antes desse mercado ser dominado por grandes empresas que passaram a entregar os animais aos/as agricultores/as, os quais passaram a fazer o trabalho de engorda desses porcos e depois os entregar para a empresa para o abate.

O sistema de cuidados veterinário não era muito desenvolvido. Inicialmente, havia pessoas sem formação, mas com saberes sobre saúde animal que eram consultados pelas famílias. Posteriormente, apareceu a loja agropecuária, em que o/a agricultor/a consultava o atendente da loja e, a partir dos sintomas indicados, o balconista indicava o melhor remédio. Gradualmente, foi surgindo o veterinário/a, e quando já existia esse profissional o problema foi a comunicação, precisando ser chamado a cavalo, quando necessário, mas só para os casos mais urgentes. Mesmo não tendo profissionais veterinários de fácil acesso, o uso de medicação aumentou consideravelmente, provavelmente devido ao aumento desses animais nas propriedades, dado verificado no aumento do valor dos animais de criação, o qual subiu mais de 6 mil por cento, de 1970 a 1980.

O maior uso de fármacos, provavelmente, foi resultado do aumento do rebanho bovino, dos espaços de confinamento animal reduzidos e da expectativa de alta

produtividade, o que, muitas vezes, obrigou o organismo do animal a suportar altas taxas de exploração, para que passasse a produzir mais, sendo esses fatores que provocam novas e velhas doenças²⁹, haja vista que a exploração animal não era tão especializada como está hoje na comunidade, mas havia o embrião da pecuária leiteira na época. Também é importante levar em conta que o acesso aos medicamentos influenciou em seu aumento, porque em anos anteriores não havia a opção de compra desses produtos. Outro ponto que precisa ser mencionado é que a criação animal na agricultura familiar é múltipla, existindo vacas, galinhas, cavalos de transporte e bois para tração, além dos animais domésticos.

No caso do rebanho de vacas leiteiras, inflamações no úbere da vaca passaram a ser comuns com o avançar das décadas. Floriano Peres Neto e Vanessa Zappa (2011, p. 5) argumentam que a glândula mamária da vaca tem por função original produzir alimento para o terneiro, sendo que, para essa função, a vaca precisaria produzir por volta de 10% do peso do terneiro em leite, para que ele se desenvolva, isso equivalendo de 4 a 6 litros por dia. Porém, a utilização do leite materno bovino pelos seres humanos fez com que pesquisas em torno da produtividade leiteira explorassem a vaca e o seu corpo, para que produzissem mais leite do que o naturalmente necessário, favorecendo o aparecimento de doenças, fazendo, igualmente, com que a dependência da indústria farmacêutica aumentasse. É importante mencionar, que o acesso ao profissional veterinário e aos medicamentos foi um avanço importante na qualidade de vida do animal e da renda do agricultor/a, porém, cabe também ressaltar que as famílias em regime de integração às agroindústrias arcaram, e arcam, sozinhas com os custos dos medicamentos, que cada vez são mais demandados por conta do aumento da exploração animal.

Como era esperado, entre 1970 e 1985, o número de equinos caiu pela metade. No primeiro censo, a quantidade já não era grande, observando-se apenas 29 animais nascidos no ano, mas, em 1985, esse número caiu para 12. Cabe ressaltar que se trata dos dados dos animais nascidos no respectivo ano do Censo. Os dados sobre o número total desses animais só aparecem em 1970, sendo 1.491 animais, enquanto nos próximos dados essa informação não consta, talvez ressaltando que seu uso não era mais tão expressivo. Esses animais não eram usados como força de trabalho, diretamente na produção agrícola, pois, segundo os relatos orais, eles serviam como meio de transporte, o que é confirmado pelos talões de nota fiscal do produtor, onde esses animais não aparecem. Provavelmente, por conta da ascensão de outros meios de transporte, seu número tenha caído. Atualmente

²⁹TONON, Rafael. **Revista Piauí.** O vírus está no prato. Disponível em :<<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-virus-esta-no-prato/>>. Acesso em: 30 nov. 2021.

são poucas as famílias que possuem equinos, sendo que eles são tidos mais como animais de estimação do que propriamente para o trabalho.

Por sua vez, o número de bovinos, nascidos entre 1970 e 1985, se manteve em estabilidade, aumentando em 220 animais, mostrando que a produção leiteira seria expressiva somente anos mais tarde. Segundo os relatos orais, nesse período, a maioria das famílias possuía uma dupla de bois para tração, vacas para produção de leite e derivados para o autoconsumo e, em alguns casos, para a venda e troca de queijo nos pontos comerciais da própria Comunidade.

O número de suínos nascidos caiu de 44.698, em 1970, para 41.681, em 1985, uma queda que pode ser explicada, em parte, devido ao fato de a produção de suínos passar gradualmente a ser integrada às agroindústrias, através do abate e processamento da carne do animal. Porém, se compararmos com o número de nascimentos dos outros animais, esse animal ainda representava boa parte da pecuária no Município, nesse período. A “integração” das famílias criadoras de porcos às agroindústrias fez com que muitas abandonassem a produção de suínos, pois as exigências de infraestrutura, para a criação desses animais, não podiam ser arcadas por todas as pessoas. Como resultado, a concentração se deu em algumas regiões em torno das agroindústrias.

A produção leiteira estava em crescimento, mas em 15 anos a quantidade de litros vendidos não aumentou muito, passando de 3.316.000, em 1970, para 5.086.000 litros, em 1985. O Censo de 1995/1996 não trouxe esse dado, o que auxiliaria na análise dessa produção, mas os relatos orais de membros da Comunidade confirmam que houve um aumento na produção nesse período, dado que se confirma nos talões de nota fiscal do produtor rural. Por exemplo, a família de Irineu produzia, em 1997, uma média de 500 litros de leite por mês, enquanto um pouco antes da migração para o Reassentamento, em 2001, essa produção já estava em mais de 4 mil litros³⁰.

Percebe-se, um crescimento no cultivo de diversas árvores frutíferas: laranja, uva, abacate, ameixa, caqui, figo, limão, goiaba, lima, pera, pêssigo e tangerina. São múltiplos os fatores que podem ter proporcionado esse aumento: primeiramente, o comércio de árvores frutíferas; seguiu-se com a chegada dos programas de extensão rural que incentivavam o plantio, e faziam a distribuição de mudas; em terceiro, o avanço

³⁰ NOTA Fiscal de produtor da Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul. Notas n. 384391 a 384400. Engenho Velho/RS. 1988-1990. Acervo pessoal Irineu Juriatti e Salete Juriatti. NOTA Fiscal de produtor da Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul. Nota n. P 044 252387. Engenho Velho/RS. 2000. Acervo pessoal Irineu Juriatti e Salete Juriatti.

tecnológico e os estudos em torno do melhoramento genético; em quarto, a expansão da rede de comercialização, que possibilitou o acesso as mercadorias pelos/as agricultores/as; a especialização agrícola, que pode ter influenciado, principalmente, o cultivo de uva, que era comum na Região, e passava por vários tipos de processamento, resultando em vinagre e vinho. Mas, cabe lembrar que, nos censos, esses dados não vinham acompanhados de valor monetário, ou em alguns casos, os valores eram ínfimos, o que indica que o seu plantio era destinado ao consumo familiar, o que nos faz chegar ao provável principal motivo desse aumento nas quantidades de árvores frutíferas plantadas, considerando o modo de viver da agricultura familiar, que busca a reprodução familiar com base em uma diversidade de cultivos alimentares produzidos pela própria família.

Em 15 anos (1970-1985), pode-se observar que o cultivo de arroz teve uma redução, não tanto de área, mas de número de informantes, que caiu de 945, em 1970, para 704, em 1985. A área plantada para a batata-inglesa e para o feijão também diminuiu, mas, ao mesmo tempo, o número de informantes que plantavam feijão aumentou. Com a mandioca, a situação foi semelhante, sendo que a área plantada caiu pela metade, mas o número de informantes subiu de 1375 para 1576, enfatizando uma produção para o autoconsumo.

Já foi abordado que, com o aumento da produção de soja, o feijão passou de produto comercializado para produto de autoconsumo familiar. Já com o trigo, o movimento foi contrário, diminuindo o número de informantes de 1.915 para 1.076, mas a área plantada dobrou de tamanho, de 3.582 hectares para 6.552. A soja teve um aumento tanto de informantes quanto de área, mas a área subiu proporcionalmente mais, demonstrando um aumento da destinação das lavouras para esse cultivo nas propriedades que já plantavam tal grão, sendo que o número de informantes subiu de 2.054 para 2.564, e a área passou de 13.971 hectares para 21.883 hectares. Já o milho teve um pequeno aumento de informantes, mas a área se manteve estabilizada.

Percebe-se um aumento de área dos cultivos que são mais rentáveis para a agroindústria, como o trigo, o milho e a soja. Antes da inserção de meios de produção mecanizados, o cultivo de soja e do milho eram associados, sendo plantados na mesma área e crescendo juntos. Nas entrevistas (Eloi Juriatti, 2021; Irineu Juriatti; Salete Zanella Juriatti, 2021; Loreci Zanella, 2021; Valdir Zanella, 2021), os relatos convergiram no modo de plantio: no meio de duas carreiras de milho, se plantavam duas de soja, isso sendo feito para aproveitar a área de lavoura que existia. Isso também é observado nos

dados do IBGE, pois, os únicos cultivos, em 1970, que possuíam o plantio associado maior do que o plantio simples, são desses dois grãos, com uma área muito próxima, sendo de 13.769 hectares para o milho e 12.801 para a soja.

Gradualmente, as mudanças nos meios de produção, introduzidos durante a Ditadura Civil-Militar, seguindo o modelo de desenvolvimento do modo de produção capitalista internacional, implementaram diversas mudanças no trabalho e no modo de vida tradicional da agricultura familiar. No grupo, aqui estudado, a maioria das mudanças se deu pós-migração, mas já se pode ver mudanças substanciais na produção e no trabalho, nas primeiras décadas de modernização desigual da agricultura.

CAPÍTULO 2 - TRABALHO FAMILIAR INTEGRADO E SUBORDINADO ÀS AGROINDÚSTRIAS

“A imagem do agronegócio foi construída para renovar a imagem da agricultura capitalista, para ‘modernizá-la’. É uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias” (POMPEIA, 2021, p. 227 apud FERNANDES, 2004, p. 1)

“No início não dava nem lagarta, nada, agora da lagarta...a terra começa a ficar cansada só de uma cultura” (Excerto da entrevista, 2021).

Neste capítulo, se busca entender melhor como a mercantilização afetou o trabalho agrícola, tendo como base um comparativo entre a estruturação do trabalho antes da crescente mercantilização imposta pelo “processo de modernização desigual da agricultura brasileira” (GONÇALVES NETO, 1997) e, posteriormente, os impactos do avanço do capital que estruturou o “trabalho familiar integrado e subordinado às agroindústrias” (ALENTEJANO, 2013).

Também serão examinadas como as transformações e as exigências do capital impactaram na vida das famílias agricultoras, tendo em conta sua autonomia no processo produtivo e reprodutivo. O ponto central será o debate em torno da soberania das famílias agricultoras no que tange ao trabalho e ao autoconsumo, trazendo a discussão sobre os impactos ambientais que a prática agrícola especializada provocou e continua provocando.

A Região Norte do Rio Grande do Sul, foi pioneira na aplicação do chamado “pacote tecnológico da Revolução Verde”³¹. O clima se assemelhava muito às condições de clima temperado, bem como era uma região que já estava habituada com a produção de grãos como trigo, soja, arroz, milho, aveia e cevada, o que tornava mais fácil a inserção da cultura da soja (ALVES; TEDESCO, 2015, p. 262). Posteriormente, as famílias

³¹ “A Revolução Verde associa insumos químicos (adubos e agrotóxicos), insumos mecânicos (tratores colheitadeiras mecânicas etc.) e biológicas (variedades melhoradas) [...] Foram desenvolvidas variedades vegetais de alta produtividade que dependiam, entretanto, da adoção de um conjunto de práticas e insumos conhecido como” pacote tecnológico” da Revolução Verde (insumos químicos, agrotóxicos, irrigação, máquinas agrícolas etc.). Foi criada também uma estrutura de crédito rural subsidiado e, paralelamente, uma estrutura de ensino, pesquisa e extensão rural associadas a esse modelo agrícola. Com o apoio de órgãos governamentais e organizações internacionais, a revolução verde expandiu-se rapidamente pelo Mundo promovendo uma intensa padronização das práticas agrícolas e ambiente artificialização do meio.” (SANTILI, 2009, p. 25 apud LAZZARI; SOUZA, 2017, p. 4).

também se especializaram na produção leiteira, que garante até hoje grande parte da renda das mesmas.

2.1 PRODUÇÃO PARA AUTOCONSUMO

A produção de alimentos para a autoconsumo garantia boa parte do sustento das famílias, sendo plantados, entre outros: arroz, feijão, cana-de-açúcar, batata, batata-doce, variedades de abóbora, mandioca, trigo, milho, aveia, fava, ervilha, linhaça, melão, melancia, pipoca, amendoim e hortaliças. Muitos produtos também eram processados na propriedade ou na comunidade local. Por exemplo, as farinhas eram produzidas em moinhos locais, sendo que as famílias levavam sua produção de trigo e milho para o moinho e voltavam para casa com a farinha, enquanto o custo era parte da produção de grão ou em dinheiro. Outros alimentos eram processados em casa, como melado, açúcar mascavo, rapadura, chimias, salame; outros derivados de carne, como a morcilha e o torresmo; bolachas, pães, bolos, cucas, conservas de legumes e frutas, vinho, cachaça, queijo; outros derivados de leite, como a puína (uma espécie de ricota). Produtos de limpeza também eram feitos em casa, como o sabão em barra e, posteriormente, o sabão em pó.

Na fotografia a seguir temos uma forma de trabalho para este autoconsumo, ilustrando vizinhos e/ou parentes que se organizam em mutirão para o trabalho de abate do animal. Assim, o serviço é feito mais rapidamente, sendo comum também o empréstimo de carne entre as pessoas: um agricultor carneia um animal e empresta 20 quilos de carne para o vizinho, que quando carnear seu animal irá devolver a quantia e em caso de necessidade, emprestar alguns quilos. Os vizinhos que compartilham o trabalho, também repartem o fruto dele, como pode ser visto na imagem abaixo.

Figura 5: Confraternização entre vizinhos



Fonte: Acervo pessoal de Loreci Zanella e Valdir Zanella, segunda metade do século XX.

No próximo capítulo, serão estudados os impactos que as diferenças geográficas entre Constantina e Chiapetta causaram nessa produção agrícola. Por hora, cabe ressaltar que muitos desses alimentos ainda são produzidos e processados nas comunidades, porém o uso intenso de agrotóxicos nas lavouras de soja e milho juntamente com todo o combo de desequilíbrio ecológico, advindo da hegemonia desses cultivos nas propriedades, alteraram essa produção significativamente.

As reclamações dos/as agricultores/as nas entrevistas orais, foram direcionadas à dificuldade de colher frutas e vegetais sem o uso de algum tratamento ou agrotóxico. As batatinhas foram mencionadas por várias pessoas (Bernadete Fátima Volp Candaten, 2022; Elide Conterato; Valdemar Antônio Conterato, 2021; Loreci Zanella, 2021; Lourdes Durante Roncaglio, 2021; Oneide Gallina, 2021; Rosa Santa Catarina, 2021; Valdir Zanella, 2021), sendo que, somente uma das pessoas entrevistadas ainda a cultiva, mesmo assim ela precisa pegar todo ano a batatinha tratada com a EMATER/RS, não conseguindo replantar as que colheu, pois elas estragam muito facilmente e a produção não ocorre. A cebola ainda é bastante plantada, mas, ao contrário de décadas passadas, o estoque dos/as agricultores/as não dura o ano todo, haja vista que elas apodrecem alguns meses depois de serem colhidas, fazendo com que os agricultores/as precisem recorrer ao mercado para consumi-las, ao longo do ano. Outras culturas, como a melancia, também são plantadas com sementes compradas, mas só com as sementes tratadas a colheita é mais garantida. O arroz não é mais plantado por nenhuma família, sendo que os relatos apontaram que muito se deve ao trabalho que dá para produzi-lo, que comprar sai mais

em conta, considerando que a terra de Chiapetta não é tão apropriada para seu cultivo. As famílias, no entanto, ainda conseguem produzir algumas culturas com suas próprias sementes e mudas, tendo ervilhas, pipoca, mandioca, abóbora, porungo e batata-doce, por exemplo.

Segundo o relato de algumas pessoas, a área de lavoura destinada ao autoconsumo diminuiu de Constantina para Chiapetta, mas muitas pessoas também relataram que a área é parecida, demonstrando que a produção para o autoconsumo ainda está presente no cotidiano das famílias (Bernadete Fátima Volp Candaten, 2022; Elide Conterato; Valdemar Antônio Conterrato, 2021; Eloi Juriatti, 2021; Irineu Juriatti; Salet Zanela Juriatti, 2021; Linda Aime de Brito, 2021; Loreci Zanela, 2021; Lourdes Durante Roncaglio, 2021; Oneide Gallina, 2021; Rosa Santa Catarina, 2021; Valdir Zanela, 2021). Um ponto colocado por uma das entrevistadas foi que, com o tempo, a diversidade de legumes foi aumentando, o que é perceptível também pelos dados dos censos agropecuários.

Em um comparativo de 1970 para 1985, alguns legumes tiveram redução no número de informantes que os cultivavam como a batata-doce (de 1501 para 740), a melancia (721 informantes para 239), a abóbora (caiu de 344 informantes para 177). Porém, muitos cultivos tiveram um aumento no número de informantes, como a beterraba (de 3 para 109), a cebola (de 56 para 400), a cenoura (de 1 para 1050), o chuchu (432 para 545), o melão (de 23 para 38) e a alface (de 732 informantes para 1933). O chuchu, ao mesmo tempo em que aumentou no número de informantes, diminuiu na quantidade produzida (70 toneladas para 24), o que pode denotar uma produção para o autoconsumo e não uma produção especializada para a comercialização. Já o tomate teve um processo reverso, tendo queda de informantes, mas aumento da produção (de 10 para 80 toneladas), o que pode evidenciar uma espacialização comercial.

Ressalta-se que, muitos produtos só passaram a aparecer a partir do Censo de 1985, sendo o caso da ervilha em grão, pepino, pimentão e repolho. No censo posterior, 1995-1996, não existem valores para esses itens, o que acaba enfraquecendo a reflexão, por mais que esse Censo tenha sido feito com uma metodologia diferenciada dos anteriores, e o próprio IBGE desaconselhe comparativos entre ele e os outros censos agropecuários, seria interessante para traçarmos um paralelo. A descontinuidade dos dados referentes aos produtos que são utilizados para consumo familiar dificulta a síntese a partir dessa fonte.

Shiva (2003, p. 97) faz uma defesa da diversidade, pois a rotação de culturas ajuda no controle de pragas. Como muitas pragas são específicas de determinadas plantas, cultivá-las, em estações diferentes e em anos diferentes, leva a grandes reduções nas populações parasitas. Todavia, cultivar a mesma safra, em grandes áreas, ano após ano, incentiva o aumento dessas pragas. Esse é um desequilíbrio ambiental comum quando falamos de agricultura especializada, o aumento do número e o tipo de doenças presentes nas plantações. Nas entrevistas, as pessoas afirmam que, nos primeiros anos de assentamento, em Constantina, elas não passavam veneno nas plantações, mas o desequilíbrio começou com as lagartas, que eram combatidas muito mais com orações (voltar-se-á a este ponto) do que com agrotóxicos. Posteriormente, as doenças nas lavouras saíram de controle, quando houve a inserção dos agrotóxicos, os quais, com o passar dos anos, passaram a ser aplicados, também, nos alimentos para autoconsumo, que são atacados no lugar da soja, encharcada de veneno.

Os/as moradores/as relatam, com pesar, a dificuldade de conseguir colher alguma “miudeza” sem o uso de agrotóxicos: “o alimento era puro, não tinha veneno, hoje em dia se não bota veneno não colhe nada”, diz uma das entrevistadas da pesquisa (Rosa Santa Catarina, 2021). Outro relato diz que, “não lidava com nada de veneno, nada, nada, só se tinha lagarta, daí passava o veneno, quando não rezava né” (Loreci Zanella, 2021)³². Essa dependência do veneno foi introduzida com o aumento da importância da soja na produção familiar, sendo que, além dela, o milho também passou a levar grande quantidade de insumos (como agrotóxicos e fertilizantes) na produção.

Na entrevista com uma das moradoras mais antigas da Vila Capinzal (Lourdes Durante Roncaglio, 2021), ela relatou que, “antigamente”, não existiam hortas. Essa fala se tornou emblemática, pois problematizou o papel que esse espaço tem na vida das famílias. Hoje em dia, se tem hortas como um espaço de soberania alimentar, tanto no meio urbano, quanto no meio rural. Através da observação participante da autora³³, foi possível perceber nas propriedades que possuem casais mais jovens, que a horta vem sendo um espaço que sofre uma diminuição de área, perdendo também a sua variedade,

³² A reza é em alusão à maldição lançada por um padre local sobre as lagartas. Haverá mais comentários sobre isto mais tarde.

³³ A observação participante é uma das técnicas muito utilizada pelos pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa e consiste na inserção do pesquisador no interior do grupo observado, tornando-se parte dele, interagindo por longos períodos com os sujeitos, buscando partilhar o seu cotidiano para sentir o que significa estar naquela situação” (QUEIROZ; VALL; SOUSA; VIEIRA, 2007, p. 278).

com plantas mais convencionais, do tipo que são facilmente encontradas nos mercados e agropecuárias.

Mas será que a horta sempre teve esse papel que possui hoje em dia? E se, no período de expansão da agricultura especializada, as famílias tentaram, através do cercamento, destinar uma pequena área das suas lavouras para o autoconsumo, onde o agronegócio não entrasse? Pois, até o início do processo de especialização da produção na soja, tudo que era produzido para geração de renda também se destinava ao autoconsumo³⁴, enquanto a divisão da lavoura para produção e para consumo se dá posteriormente.

Portanto, esse espaço da propriedade, que foi cercado, pode ter representado um refúgio para o autoconsumo, o qual antes era feito em quase toda a propriedade e sem cercas, passando a ser prisioneiro, escondido dentro de um quadrado cercado, evitando o avanço da soja para dentro do seu território. Porém, mesmo que as famílias tentem ter um espaço na sua propriedade, onde tentam manter os alimentos livres de agrotóxicos, a proximidade com a lavoura de soja trás dificuldades. Foram ouvidos relatos (Elide Conterato; Valdemar Antônio Conterato, 2021; Eloi Juriatti, 2021; Lourdes Durante Roncaglio, 2021; Rosa Santa Catarina, 2021) de que, nos períodos nos quais é passado veneno na soja, a fim de conter algum inseto, muitos tendem a ir para a horta atacar as verduras e legumes, pois essas não foram tratadas diretamente com agrotóxicos, ou quando um veneno muito forte é passado na soja, as plantações da horta e árvores frutíferas perdem suas flores e frutos³⁵.

Lazzari e Souza (2017, p. 7) afirmam que a “Revolução Verde” trouxe inestimáveis impactos ambientais, como a contaminação de alimentos, a poluição de águas, a desertificação do solo, o desmatamento e o surgimento de pragas cada vez mais resistentes a insumos químicos. Alertam, ainda, para a redução ou o total desaparecimento de diversas variedades de cultivos. Algumas variedades de alimentos eram plantadas

³⁴ Quem vendia feijão comia feijão, mas quem vende soja não come soja, nem os animais a comem in natura, em entrevista, uma agricultora relatou que, em uma colheita, por descuido, uma vaca comeu a soja que estava dentro de uma carroça e adoeceu, “[...] a soja apresenta uma série de fatores antinutricionais que dificultam sua utilização pelos animais, principalmente os não-ruminantes. Dentre esses fatores, destacam-se inibidores de proteases, lecitinas, ácido fítico, saponinas e fibras. Queda de produtividade, lesões de intestino, hipertrofia de órgãos e redução do aproveitamento de nutrientes são recorrentes nos animais alimentados com a soja in natura. Alguns processamentos que envolvam elevação da temperatura são capazes de reduzir o efeito dos fatores antinutricionais na soja, dentre eles podem-se citar a tostagem, micronização, extrusão e cozimento” (LIMA *et al.*, 2014, p. 24).

³⁵ BRASIL DE FATO. Produtores orgânicos sofrem perdas com pulverização de agrotóxico no RS. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/11/24/produtores-organicos-sofrem-perdas-com-pulverizacao-de-agrotoxico-no-rs>>. Acesso em 25 nov. 2021.

pelas famílias e agora não são mais, como: batatinha, arroz, linhaça, fava, feijão, milho orgânico, uva e cana-de-açúcar. Alguns dos citados, ainda são plantados por algumas famílias, mas o número é pequeno.

As autoras (*Ibid.*, p. 15) também observam que o esquecimento dos saberes tem caráter iminentemente exploratório, uma vez que a lógica instaurada pela “Revolução Verde” fez com que as alternativas desaparecessem, junto com a diversidade, massacrando os direitos dos povos tradicionais e implantando monoculturas da mente que garantem que o sistema continue a gerar dependência e rendimento. A especialização agrícola em um alimento é sinônimo de dependência. Assim, as famílias dependem do agronegócio para adquirirem os meios de produção e, conseqüentemente, por terem diminuído sua produção para o autoconsumo, precisam consumir nos mercados para se alimentar.

Vandana Shiva (2003, p. 91), quando estudou a monocultura na Índia, verificou que os projetos de desenvolvimento florestal introduziram monoculturas de espécies industriais, como o eucalipto, levando à extinção da diversidade de espécies locais, que satisfazem necessidades locais, como no caso da substituição do feijão pela soja nas famílias, estudadas aqui.

Como a Terra Indígena de Serrinha possuía uma grande área de mata nativa, os/as agricultores/as não tiveram dificuldades em conseguir madeira para a construção de casas e galpões. Além disso, na Vila Capinzal, havia uma madeireira, na qual os/as moradores/as compravam os móveis das suas casas, sendo que muitos ainda estão sob uso das famílias, em Chiapetta. Na entrevista com uma das primeiras moradoras da Vila Capinzal (Rosa Santa Catarina, 2021), ela relatou que logo que chegaram no local, onde seria sua propriedade, tiveram que abrir a estrada com facões para construir a casa, pois a mata era muito fechada, sendo que e essas árvores serviram muito bem à comunidade em suas necessidades, como para a construção de casas e galpões, bem como para o cozimento dos alimentos de todos os dias.

A variedade de árvores frutíferas, citada nas entrevistas, foi diversa: bergamota, laranja, abacaxi, abacate, figo, nozes, pêssigo, pera, amora, caqui, mamão e limão. Essa variedade permaneceu nas propriedades, até aumentando com a facilidade de compra de árvores frutíferas. No início do Reassentamento, diversos vendedores de mudas passavam nas casas, com catálogos de árvores e flores, sendo que, algumas eram tão diferentes que geravam a curiosidade das famílias que acabavam comprando. Alguns alimentos são

produzidos através do processamento desses frutos, como sucos, geleias, chimias, compotas e outros.

A principal mudança percebida na produção de frutas foi a dificuldade de colheita sem algum tratamento, mesmo que seja caseiro, para moscas ou fungos. Uma fruta que é pouco resistente é a uva, sendo, atualmente, plantada por poucas famílias, somente para autoconsumo, mas os relatos de cultivo narram o uso de diversos tratamentos para que os frutos cresçam. Um dos grandes problemas das árvores frutíferas, em meio às lavouras de soja e milho, é que suas folhas, flores e frutos são constantemente prejudicadas pelo uso de agrotóxicos nas lavouras, pois o veneno é levado pelo vento, causando o adoecimento das pessoas e gerando diversos prejuízos na horta e no pomar³⁶.

A alimentação das famílias foi se adaptando, ao longo dos anos, ao novo contexto em que as famílias vinham se inserindo. Perguntadas sobre quais alimentos elas compravam no mercado, nas décadas passadas, as respostas eram sempre curtas: açúcar branco, café, erva-mate, sal, arroz (quando não colhiam), soda para fazer sabão e tecido para produzir roupas. A maioria das pessoas relatou que não faziam as compras na cidade, tudo se dando nos “bolichos”³⁷ da Comunidade Vila Capinzal. Muitos dos alimentos, adquiridos ali, nem eram comprados, sendo trocados por ovo, queijo, laranja e açúcar mascavo, produzidos pelas famílias (Bernadete Fátima Volp Candaten, 2022; Elide Conterato; Valdemar Antônio Conterato, 2021; Eloi Juriatti, 2021; Irineu Juriatti; Salete Zanella Juriatti, 2021; Linda Aime de Brito, 2021; Loreci Zanella, 2021; Lourdes Durante Roncaglio, 2021; Oneide Gallina, 2021; Rosa Santa Catarina, 2021; Valdir Zanella, 2021).

Uma troca comum era a do açúcar mascavo pelo açúcar cristal. Uma das entrevistadas (Loreci Zanella, 2021) observou que, naquele tempo, era preciso dar na troca uma quantidade maior de açúcar mascavo, a fim de obter o açúcar cristal, sendo que, agora, o açúcar cristal é muito mais barato que o mascavo. A produção de alimentos, a partir do processamento da cana-de-açúcar para o consumo familiar, sofreu redução, pois poucas famílias ainda o fazem em casa, mas mesmo quem não produz, ainda consome, comprando de parentes ou conhecidos, que fazem o processamento.

³⁶ EM PRATOS LIMPOS. O prejuízo que vem do vizinho. Disponível em: <<http://pratoslimpos.org.br/?p=774>> Acesso em: 27 nov. 2021. PROJETO COLABORA. O veneno da soja contra os vinhos gaúchos. Disponível em: <<https://projetocolabora.com.br/ods15/vinhedo/>> Acesso em: 27 nov. 2021. BRASIL DE FATO. Veneno pulverizado em plantações de soja contamina outros cultivos no RS. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/12/17/herbicida-toxico-esta-impactando-plantios-na-campanha-gaucha-denunciam-produtores>>. Acesso em: 27 nov. de 2021.

As compras no supermercado aumentaram com o passar do tempo, resultado da diminuição do processamento de alimentos em casa, bem como na diminuição da força de trabalho destinada para o autoconsumo, além da facilidade de deslocamento até o meio urbano por conta da popularização dos automóveis. Uma das entrevistadas (Loreci Zanella, 2021) ironizou que a lavoura para autoconsumo era mais uma forma de entretenimento, para passar o tempo. Mas, cabe ressaltar, que ela é uma das poucas na Comunidade que ainda planta batatinha, distribuindo para todas as vizinhas e amigas da Comunidade.

A maioria das famílias ainda produz muitas coisas, como bolachas, doces e pães. Mas uma diversidade de coisas passou a ser comprada, como massas, queijos (às vezes do mercado, às vezes das vizinhas que produzem para a venda), margarinas em substituição à manteiga caseira, maionese, conservas, farinhas (por conta do fim dos moinhos e dos sistemas de troca de trigo em grão por farinha na Cooperativa), arroz, molho de tomate, temperos, fermentos, frutas, legumes e outros³⁸.

Além de terem parado de produzir alguns alimentos processados, a oferta crescente de ultra processados nos mercados afetou muito a alimentação, haja vista que seu consumo ainda não é compatível com o das famílias nas cidades, mas nas casas já constam bolachas recheadas, biscoitos variados, refrigerantes, salgadinhos com alto teor de sódio, mortadelas, empanados de frango, papinhas de bebê, enfim, a lista se estende ou diminui, dependendo do perfil de cada família.

Antes de continuar, cabe destacar a classificação alimentar aqui seguida, cuja divisão se dá em quatro grupos (NÚCLEO DE PESQUISAS EPIDEMIOLÓGICAS EM NUTRIÇÃO E SAÚDE - USP): o grupo 1 é o dos alimentos *in natura* ou minimamente processados, composto pelos alimentos acessados da forma como eles surgem na natureza, como sementes, frutas, folhas, raízes, músculos, ovos, leite, sendo que os minimamente processados são os que passam por pequenos processos de transformação antes de chegar ao mercado, como grãos ou farinhas em sacos; no grupo 2, estão os ingredientes culinários processados, compostos por “substâncias extraídas de alimentos do primeiro grupo, através de procedimentos físicos como prensagem, centrifugação e concentração”, como os azeites, as manteigas, os açúcares e sais; no grupo 3, estão os alimentos processados, oriundos das matérias-primas do grupo 1, os quais passam por algum processamento realizado no âmbito doméstico, e que podem levar algum alimento

³⁸ A quantidade e variedade de produtos comprados depende muito do perfil de cada família.

do grupo 2, tendo como exemplos conservas, queijos, chimias e pães; já o grupo 4 é dos alimentos ultra processados, não sendo necessariamente alimentos, expressando formulações de substâncias obtidas por meio do fracionamento de alimentos do grupo 1, sendo que nesses alimentos estão presentes açúcar, óleos e gorduras de uso doméstico, mas também isolados ou concentrados proteicos, óleos inter esterificados, gordura hidrogenada, amidos modificados e várias substâncias de uso exclusivamente industrial, compostos por corantes, aromatizantes, emulsificantes, espessantes e outros aditivos.

Os alimentos ultra processados levam pouca massa de algum alimento *in natura*. Ainda assim, geralmente, uma comida “sabor morango”, na verdade não contém nada de morango, apenas sabores e odores artificiais. Seus ingredientes são pensados para serem de baixo custo, garantindo a lucratividade. Eles, no geral, vêm prontos para consumo imediato e são hiper palatáveis, ou seja, possuem um sabor muito intenso, sendo que a “promoção e apropriação pelas corporações transnacionais e *marketing* agressivo dão aos alimentos ultra processados enormes vantagens de mercado sobre todos os outros grupos alimentares” (NÚCLEO DE PESQUISAS EPIDEMIOLÓGICAS EM NUTRIÇÃO E SAÚDE - USP).

O *Guia alimentar para a população brasileira* (BRASIL, 2014, p. 22) é um documento do Governo Federal, produzido por especialistas da área da alimentação, disponibilizando informações sobre uma dieta equilibrada, sendo um diretório para a criação e aplicação de políticas públicas. Esse documento é cotidianamente atacado por grandes empresas de ultra processados, as quais buscam aprovar legislações que as beneficiem ou impedir a aprovação de leis que controlem a produção e o consumo de alimentos ricos em açúcar, sódio e gordura³⁹. Nesse documento, é ressaltado que a alimentação é influenciada por vários fatores, existindo a escolha individual do sujeito, mas também e, principalmente, existindo uma natureza física, econômica, política, cultural e social que pode influenciar a alimentação, tanto positivamente como negativamente.

Segundo o *Guia alimentar*, estão diminuindo os sistemas alimentares centrados na agricultura familiar, com técnicas tradicionais e eficazes de cultivo de alimentos e manejo do solo, uso intenso de mão de obra, policultura combinada com a criação de

³⁹ THE INTERCEPT BRASIL. Documento da Coca-Cola nos EUA lista Guia Alimentar para a População Brasileira como ameaça. Disponível em: <<https://theintercept.com/2021/09/01/coca-cola-documento-lista-guia-alimentar-como-ameaca/>>. Acesso em: 25 nov. 2021.

animais, processamento mínimo de alimentos realizado na própria propriedade ou em agroindústrias locais. Em vez desse modelo

[...] surgem sistemas alimentares que operam baseados em monoculturas que fornecem matérias-primas para a produção de alimentos ultra processados ou para rações usadas na criação intensiva de animais. Esses sistemas dependem de grandes extensões de terra, do uso intenso de mecanização, do alto consumo de água e de combustíveis, do emprego de fertilizantes químicos, sementes transgênicas, agrotóxicos e antibióticos e, ainda, do transporte por longas distâncias. Completam esses sistemas alimentares grandes redes de distribuição com forte poder de negociação de preços em relação a fornecedores e a consumidores finais (BRASIL, 2014, p. 20).

No *Guia Alimentar para a População Brasileira* (BRASIL, 2014, p. 19), alguns aspectos definem o impacto que o sistema alimentar terá socialmente: tamanho e uso das propriedades rurais que produzem os alimentos; autonomia dos agricultores/as na escolha de sementes, de fertilizantes e de formas de controle de pragas e doenças; condições de trabalho e exposição a riscos ocupacionais; papel e número de intermediários entre agricultores/as e consumidores; capilaridade do sistema de comercialização; geração de oportunidades de trabalho e renda ao longo da cadeia alimentar e; partilha do lucro gerado pelo sistema entre capital e trabalho.

Portanto, além das mudanças ocasionadas pelo avanço do modo de produção capitalista, no interior da agricultura familiar, impactando no modo como essas famílias trabalham, ele também altera o modo como elas se alimentam, fazendo com que os agricultores/as façam parte dos índices de aumento da obesidade, diabetes e hipertensão na população brasileira⁴⁰.

2.2 PRODUÇÃO PARA COMERCIALIZAÇÃO

Na comercialização, no início do assentamento na Vila Capinzal, a maioria das pessoas destacaram o papel do feijão e do porco, que eram vendidos para comerciantes locais. Posteriormente, no final do século XX e, principalmente, com a migração no início do século XXI, os produtos que passaram a compor a renda da maioria das famílias foram o leite e a soja, com a venda ligada inicialmente aos “comerciantes locais” e as cooperativas, posteriormente, passando a ser feita para empresas do agronegócio. Nos

⁴⁰ MINISTÉRIO DA SAÚDE. Diabetes, hipertensão e obesidade avançam entre os brasileiros. Disponível em <<https://antigo.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46982-diabetes-hipertensao-e-obesidade-avancam-entre-os-brasileiros-3>>. Acesso em: 25 nov. 2021.

talões de nota fiscal do produtor rural⁴¹ são esses os principais produtos constantes, com destaque também para o trigo, que já foi mais produzido, no período em que havia a troca de grão por farinha nas cooperativas.

Figura 6: Produção contida nos talões de notas fiscais do produtor rural

	VALDIR E LORECI						Irineu e Salete				
	Soja (kg)	Suínos (un.)	Trigo (kg)	Feijão (kg)	Milho (Kg)	Leite (Lt)	Soja (Kg)	Suino (un.)	Trigo (kg)	Milho (kg)	Leite (Lt.)
1980	8680	50	2400				10700	21		7800	
1981	4280	22	4250				7094	5		3000	
1982				2510	19060		3200			10800	
1983					486						
1992		11									
1993	29390		10650			851					
1997							8533				3322
1998							5738				948
1999	16705			4300							
2000	18900			5000			4170				
2001							16395				4461
2002			400								
2003	33232						33772		899	5207	
2004	29865										
2009							23799				
2010										1905	

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de talões de nota fiscal do produtor rural.

O que se quer destacar, a partir dos dados da sistematização acima, é a continuidade, ou não, de certos cultivos. Contudo, por mais que os dados apresentados demonstrem um aumento de produção, deve-se lembrar que não é o objetivo da sessão apresentar conclusões acerca da produção para comercialização, por que, como foi usado apenas um talão por década, os dados não são lineares, apresentando várias brechas temporais, exigindo um trabalho futuro mais detalhado, com todas as notas fiscais e outras fontes, o que pode mostrar melhor os potenciais dessa fonte histórica que exprime as relações comerciais no nível familiar da produção. Outro motivo de precaução é o

⁴¹ Os talões de nota fiscal do produtor rural são documentos usados pelas famílias para a comprovação da atividade agrícola e servem “para documentar tudo o que o produtor vende para fins fiscais, além de controle fiscal de sua produção” (PREFEITURA MUNICIPAL DE FARROUPILHA/RS). O uso destes documentos no trabalho se dá de forma complementar, haja vista que os números da tabela acima não podem ser interpretados como a produção integral das famílias, pois só foram usados alguns talões representativos das diferentes décadas abordadas neste estudo, não englobando a realidade de todas as famílias do Reassentamento. Até mesmo entre as duas famílias, aqui expostas, não há linearidade na produção ao longo das décadas. A tabela contendo as informações dos talões, dividido por famílias, com dados sobre o produto, data de comercialização, quantidade, número da nota fiscal, pessoa ou empresa com quem houve relação e de que tipo ela foi estão disponíveis para consulta, através do link: <https://drive.google.com/file/d/148ARWSRef-pI2myqbAXxk_jHJqHJ4q1E/view?usp=sharing>.

pequeno número de amostragens, pois foi possível coletar os dados de somente duas famílias, que possuem parentesco e vizinhança, não podendo demonstrar a produção de todas as famílias do grupo. Mas, mesmo com esses empecilhos, a presente reflexão se torna válida a fim de basear uma pesquisa futura mais detalhada sobre o tema.

Primeiramente, destaca-se que a soja é a produção que apresenta a maior continuidade, ao longo do tempo. Segundo Guasques e Bastos (2014, p. 149), o avanço da produção nacional de soja poderia ser dividido em três fases: a primeira fase, nas décadas de 1960 e 1970, onde houve a expansão do cultivo na Região Sul, quando a produção evoluiu de 206 mil (1960) para 10,2 milhões de toneladas (1979); a segunda fase, durante as décadas de 1980 e 1990, com a expansão do cultivo na Região Centro-Oeste, período durante o qual a produção cresceu de 1,5 milhão (1980) para 13,8 milhões de toneladas (1999) e; a terceira fase, na primeira década do século XX, com a expansão da cultura na fronteira das Regiões Norte e Nordeste, período durante o qual a produção nessas regiões cresceu de 2,2 milhões de toneladas, em 2000, para 7,6 milhões de toneladas, em 2013.

Uma prática que acabou com a implementação das tecnologias da modernização desigual (GONÇALVES NETO, 1997) da agricultura foi o consórcio de plantação do milho com a soja. Segundo relato oral (Eloi Juriatti, 2021), em setembro, era plantado o milho, enquanto, em outubro, se plantava a soja, através de uma lógica das carreiras: milho- soja-soja-milho. Quando perguntado sobre o motivo do consórcio, um morador (Eloi Juriatti, 2021) disse que assim se aproveitava melhor a lavoura, já que não havia espaço suficiente para ter uma lavoura para cada cultura⁴².

Shiva (2003, p. 58) observou que os consórcios fazem parte do saber agroecológico, haja vista que a fixação de nitrogênio, através das leguminosas, é uma contribuição ecológica invisível na plantação de cereais associados, “portanto, os sistemas de cultivo complexos e diversificados das variedades nativas não são fáceis de comparar com as monoculturas simplificadas das sementes VAR”⁴³, pois a diversidade produtiva gera enriquecimento produtivo, que é negado, ou desconhecido, pelos defensores da monocultura.

Outra produção constante foi a de milho, uma das atividades mais comuns da agricultura brasileira. A área de milho sempre foi superior às de outros grãos, como arroz,

⁴² Outra produção que podia ser consorciada era a do milho com o feijão. Outro consórcio feito, mas na horta, era da fava com a ervilha, pois, segundo os relatos, a ervilha se agarrava na fava e não caía.

⁴³ Variedades de Alto Rendimento (VAR).

feijão e trigo. Em relação à soja, o milho teve uma área superior até 1998, sendo inferior no período posterior. Atualmente, a demanda de milho tem sido impulsionada, principalmente pelo mercado interno, que consome cerca de 80% da produção. Seu consumo se destina a alimentação humana e, principalmente, à indústria de rações para animais. É a base das rações para os principais tipos de criação (GUASQUES; BASTOS, 2014, p. 153).

Mesmo com poucas aparições nos talões de notas fiscais do produtor rural, a cultura do milho está presente de 1980 a 2010. Sua venda se dava, principalmente, quando havia excedente, já que o milho é muito destinado para a alimentação animal, usado tanto verde como seco. Já o trigo não tem tantos indícios de produção para a venda. Nesse século, tem sido plantado pela maioria das famílias como pastagem, portanto é pouco comercializado. Assim, os valores que aparecem nos talões se concentram quando as moradas ainda eram em Constantina, provavelmente para a venda e fabricação de farinha nos moinhos, tendo valores referentes a 2002 e 2003, que dizem respeito ao que era plantado e trocado por farinha de trigo na Cooperativa Tritícola de Ijuí (COTRIJUÍ), quando esta ainda realizava essa produção. Por isso, que os valores não são tão expressivos, se comparados com a venda de soja, sendo que seu cultivo, provavelmente, se destinava mais ao consumo familiar, em forma de farinha, e para a alimentação animal.

O feijão só apareceu no período anterior ao Reassentamento, sendo que a pesquisadora não possui conhecimento de alguma família que ainda o comercialize, apenas existindo plantações para o autoconsumo. Em entrevista (Eloi Juriatti, 2021; Irineu Juriatti; Salete Zanella Juriatti, 2021; Valdir Zanella, 2021), um dos motivos que foi dado para o cancelamento de sua produção foi que o seu rendimento, por hectare, em relação à soja, era menor. Contudo, não se conseguiu acessar dados históricos para comprovar essa informação, mas dados da safra de 2020/2021⁴⁴, sobre os dois grãos, mostrando que a produtividade da soja realmente é maior. Por sua vez, cabe a observação de que muitas mudanças ocorreram no cultivo dos dois grãos, ao longo do tempo, sendo que a produtividade da última safra não representa a produtividade da década de 1970.

Destaca-se, também, a produção de suínos. Todas as pessoas entrevistadas relataram a criação desses animais para a venda. Quando perguntados sobre porque

⁴⁴ EMBRAPA. Soja em números (safra 2020/21). Disponível em: <<https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1/dados-economicos>>. Acesso em: 26 nov. 2021. CORREIO DO POVO. Colheita do feijão está concluída no RS. Disponível em: <<https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/rural/colheita-do-feij%C3%A3o-est%C3%A1-conclu%C3%ADda-no-rs-1.580909>>. Acesso em: 26 nov. de 2021.

pararam de criar estes animais em grande quantidade, a resposta foi o novo sistema de criação, ligado às agroindústrias, que exigia mudanças na produção suína, principalmente, muito investimento em infraestrutura.

Coletti e Lins (2011) apontam que, até a década de 1980, a produção de suínos era organizada pelo chamado ciclo completo, no qual o processo de criação dos porcos era integralmente controlado pelo/a agricultor/a, sendo que a relação com empresas agroindustriais era somente para a venda dos animais já prontos para o abate e para a aquisição de medicamentos e insumos. A integração das famílias às agroindústrias aumentou nos anos 1980. Inicialmente, as famílias eram obrigadas a seguir as orientações técnicas das empresas e pagar pelos insumos e medicamentos que eram entregues pela empresa, enquanto as agroindústrias tinham que fornecer esses insumos e medicamentos, além de assistência técnica, garantindo que iam comprar a produção posteriormente.

Com isso, “o processo de concentração da produção, em curso, principalmente, desde os anos 1980, logo resultou em apurada seleção dos suinocultores” (*Ibid.*, p. 347), ou seja, muitos deixaram a produção de suínos para a comercialização, incluindo o grupo aqui estudado. O processo de exclusão de famílias da produção de suínos, por conta do aumento das exigências de infraestrutura, é bem semelhante ao processo que acontece, posteriormente, na produção leiteira, quando as exigências feitas pelas empresas do agronegócio leiteiro fizeram com que muitas famílias abandonassem a produção.

Ao longo dos anos, outras mudanças ocorreram, pois a produção suína se fragmentou ainda mais. Algumas famílias passaram a ser responsáveis pela “produção dos leitões”, ou seja, sua reprodução, enquanto outras propriedades foram denominadas de “creches”, onde ocorre a engorda dos animais pequenos e, por último, as “terminadoras”, em que a engorda se tornou encerrada e o porco passou a estar pronto para o abate (SERAFINI *et al.*, 2019, p. 3).

Sobre a produção suína, as pessoas entrevistadas nas pesquisas citadas anteriormente apresentam opiniões muito parecidas com as dos/as moradores/as do Reassentamento Cristo Rei. Segundo os/as criadores/as de porcos, “antigamente”, a produção era mais sofrida, porém, o dinheiro que recebiam possibilitava a compra de mais bens, enquanto, agora, o manejo dos animais é mais fácil e exige menos mão de obra, contudo, as exigências feitas pelas empresas se tornaram maiores, aumentando os custos de criação e de infraestrutura para as famílias, o que diminuiu a renda para outras atividades.

Durante as entrevistas realizadas para essa pesquisa, com os/as moradores/as do Reassentamento Cristo Rei, as pessoas verbalizaram a mesma insatisfação com os produtos que comercializam. Como os custos com a produção aumentaram, a partir do processo de modernização desigual da agricultura brasileira, o dinheiro que se recebe das empresas, como pagamento pelos produtos vendidos, precisa ser, em grande medida, reinvestido na propriedade para melhoria da infraestrutura, aquisição de insumos, compra de medicamentos para os animais, ração e uma série de outros gastos, que transferem grande parte do capital para as indústrias, principalmente as farmacêuticas, alimentícias e agropecuárias. No Reassentamento Cristo Rei, onde as principais mercadorias produzidas para o mercado são a soja e o leite, existe uma dependência muito grande das indústrias que fornecem a matéria-prima.

Na soja⁴⁵, os custos para as famílias já começam pela compra da semente, passando pelo maquinário, produtos para a correção do solo e agrotóxicos. No caso do leite, a situação é semelhante, pois os produtores precisam, primeiramente, comprar o sêmen que vai ser usado na inseminação artificial, que é aplicada pelos próprios moradores da Comunidade, os quais se especializaram nessa tarefa e a realizam como complemento à renda, mas o sêmen é comprado por eles. Quando o bezerro desmamar, precisará de ração adequada, por sua vez, as vacas precisam de medicação constantemente. Como há uma exploração do seu corpo, as doenças no úbere das vacas são bem comuns, o que exige a aplicação de antibióticos⁴⁶. Durante o processo de ordenha, os gastos só aumentam, sendo necessário ter sala de ordenha, resfriador de leite e ordenha mecânica. Além de produtos que são aplicados nos tetos das vacas pré e pós-ordenha, devem ser comprados produtos de limpeza específicos para a ordenhadeira, enquanto, após a ordenha, as vacas recebem a silagem feita com o milho e mais algumas rações específicas para vacas leiteiras⁴⁷.

⁴⁵ “O Brasil tornou-se o segundo maior produtor mundial e exportador de soja. O complexo soja, que inclui soja em grão, o farelo e o óleo de soja, ocupa o primeiro lugar no valor das exportações do agronegócio brasileiro. Juntamente com o milho são as duas mais importantes matérias-primas para a fabricação de rações animais no País. Além disso, a soja é o principal produto usado para a produção do biodiesel” (GUASQUES; BASTOS, 2014, P. 136).

⁴⁶ “Com o interesse humano na utilização do leite, mais e mais foi feito para aumentar a produção da glândula mamária. Esse interesse fez com que a glândula fosse exposta a muitos de fatores de agressão contínua, tais como: ordenha imprópria (mãos sujas, máquinas mal calibradas), acúmulo de animais em estabulação e falta de higiene ambiental favorecendo contaminação, melhoramento genético enfocando produção e ignorando outras características” (RIET-CORREA, 2006).

⁴⁷ “Uma parcela valor bruto da produção é destinada a reposição do capital fixo utilizado, cobrir os custos de depreciação, constitui uma demanda efetiva por máquinas, equipamentos e instalações para a recomposição da estrutura produtiva da atividade. Outra parcela é destinada a cobrir os custos com capital circulante consumido pela atividade. São valores que constituem uma demanda efetiva por insumos

Aos poucos a produção leiteira foi se tornando o carro chefe da produção familiar. Lucca, Trennepohl e Lima (2014) explicitam alguns números sobre o aumento da produção leiteira no Rio Grande do Sul. O volume da produção leiteira, em 1960, era de 381 milhões de litros, enquanto, em 1975, era de 815 milhões; já em 1996, foi de 1,8 bilhões de litros, para que chegasse a marca, em 2006, de 2,7 bilhões de litros, aumentando ainda mais, em 2011, para produção 3,9 bilhões de litros de leite no estado do Rio Grande do Sul. Também houve um aumento da produção anual de leite por vaca: eram 1.000 litros/vaca/ano, na década de 1980, 1.500 litros/vaca/ano, durante a década de 1990, e 2.000 litros/vaca/ano, nos primeiros anos do século XXI.

Guasques e Bastos (2014, p. 131) destacam que os ganhos de produtividade no leite podem ser mais bem observados, se verificarmos “que a sua produção tem aumentado enquanto o número de estabelecimentos produtores tem diminuído”, bem como “se tem reduzido o número de vacas ordenhadas”. Esses dados comprovam o aumento desse setor na economia agropecuária.

No início do assentamento das famílias, na Vila Capinzal, os relatos (Elide Conterato; Valdemar Antônio Conterato, 2021; Linda Aime de Brito, 2021; Lourdes Durante Roncaglio, 2021; Rosa Santa Catarina, 2021) são de uma vaca por família para o autoconsumo, e uma dupla de bois como força motriz das carroças. Posteriormente, algumas famílias passaram a produzir queijo, que era um dos produtos trocados nos mercadinhos locais, por itens que não eram produzidos pelas famílias em casa. Mais tarde, o mercado local de leite foi se expandindo, principalmente através da criação das cooperativas na Região de Constantina, sendo citada pelos/as agricultores/as a COOPAC, mas havia empresas de laticínios que também buscavam leite.

Conforme Lucca, Trennepohl e Lima (2014, p. 3), a partir do final da década de 1950, foram criadas várias cooperativas tritícolas, a fim de dar vazão ao trigo produzido pelas famílias agricultoras. Mas, com a gradual perda de espaço dessa cultura, a maioria das cooperativas se dedicaram ao comércio da soja. Já a COOPAC, surgiu como uma cooperativa destinada para dar vazão às produções menos privilegiadas pelas

necessários para a produção de leite como sementes e fertilizantes para produção de pastagens, rações e outros alimentos para o rebanho, medicamentos e produtos veterinários, energia e combustíveis para os processos produtivos e de transporte, materiais de limpeza e outros materiais necessários. Considerando a participação das empresas localizadas na região ou no Rio Grande do Sul no atendimento desta demanda, a pecuária leiteira poderá representar um impacto no valor adicionado para os agentes fornecedores. Durante o período de expansão da atividade, de sua qualificação e modernização tecnológica esta demanda está ampliada pelo efeito dos recursos destinados aos novos investimentos em capital fixo [...]” (LUCCA; TRENNEPOHL; LIMA, 2014, p. 25).

cooperativas mais antigas. Segundo Picolotto e Diesel (2004, p. 3), a COOPAC foi criada em 1991, organizada por agricultores/as familiares de Constantina, em um seminário que discutia a agricultura e a pecuária organizado pelo STR. O objetivo da Cooperativa era garantir alternativas para as famílias, com base em um desenvolvimento sustentável e cooperativismo solidário.

Porém, para Carvalho (2002, p. 14), as tendências de mercado, já na década de 1990, eram de transformação das cooperativas em sociedades anônimas. A penetração do capital internacional comprou muitas das cooperativas de leite, segundo informações da mesma autora (*Ibid.*, p. 11), sendo que, somente a Parmalat, empresa italiana, comprou 22 empresas nacionais, no período de 1989 a 1999.

A COOPAC ainda é uma cooperativa muito atuante em Constantina, porém, após o Reassentamento em Chiapetta, as famílias se filiaram à Associação Leiteira da comunidade vizinha, Nova Conquista, a qual, acabou encerrando seus trabalhos, fazendo com que as famílias negociassem individualmente com as empresas compradoras do leite, situação em que o volume de leite vendido influencia proporcionalmente ao preço do litro de leite, sendo que as famílias podiam obter resultados mais satisfatórios com a negociação coletiva, feita através de associação comunitária. Como bem colocado por Picolotto e Diesel (2004, p. 9), a partir de uma entrevista com o presidente da COOPAC, a produção de leite ainda é a que garante uma renda mensal às famílias, já que as indústrias leiteiras pagam mensalmente o leite coletado na casa das famílias, enquanto a soja tem um rendimento por safra, a qual, pela pequena quantidade de terra que as famílias possuem, não garante dinheiro para o ano todo.

Lênin (1985) acertou quando disse que a sociedade agrária seria subordinada a produção capitalista, mas atualmente, os agricultores/as familiares conservam muitas das práticas e saberes dos seus pais e mães, mesmo sendo pressionados pelo agronegócio para que abandonem essas práticas autônomas. Um pequeno exemplo, mas que impacta a produção de alimentos das famílias é o da Nestlé, empresa que orienta aos seus “fornecedores” de leite, através de seu *Manual*⁴⁸, no caso famílias de agricultores/as, a não deixar galinhas livres na propriedade, por elas transitarem pelos locais de alimentação das vacas e pela sala de ordenha, local onde o leite é tirado da vaca. Então, os/as produtores/as de leite constroem galinheiros para aprisionar as galinhas, quando não se

⁴⁸ NESTLÉ. Manual de Fornecimento de Leite para a Nestlé. Disponível em: <<https://silo.tips/download/manual-de-fornecimento-de-leite-para-a-nestle>> Acesso em: 03 set. 2021.

desfazem delas na sua propriedade, passando a depender de outras fontes para a obtenção de ovo, carne e esterco.

Mas, o que os técnicos da Nestlé não compreendem é que as galinhas e outras aves são muito importantes na propriedade para o controle de carrapatos no pasto e nas vacas, sendo que, quando estão presas, a quantidade de parasitas tende a aumentar no rebanho bovino⁴⁹. A empresa oferece três centavos a mais por litro de leite, caso a propriedade se adeque aos parâmetros contidos no seu manual, porém, a visita do/a técnico/a responsável pela avaliação é paga pela família, bem como todas as adequações nas instalações.

Seria muito mais vantajoso para as famílias continuar com a sua criação de galinhas, investindo em outras formas de contenção sanitária dos cochos e da sala de ordenha, assim garantindo o equilíbrio agroecológico da propriedade, bem como a autonomia no consumo de ovos e carne. Além disso, o aprisionamento de aves em um mesmo local, por muito tempo, apresenta uma série de fatores complicadores da produção e da saúde na propriedade⁵⁰, mostrando a irresponsabilidade da empresa para com os seus “fornecedores”.

Como na produção suína, a introdução da produção leiteira se deu por etapas e passou por diversas mudanças nas últimas décadas. Segundo Carvalho (2002, p. 4-5), na década de 1990, o leite fluido se transformou em um *commodity*, com sua comercialização se expandindo, devido à adoção da esterilização do leite, aumentando a vida útil do alimento de dois dias para até quatro meses. Essa possibilidade expandiu os mercados, pois as indústrias que antes eram regionalizadas passaram a ser de capital estrangeiro. Mesmo com o capital nacional e rio-grandense sendo predominante, no estado, a lógica setorial é regida pelo capital internacional.

Segundo a mesma autora (*Ibid.*, p. 14), os pequenos produtores foram descartados como fornecedores por essas indústrias, pois investimentos cada vez mais altos passaram a ser exigidos. Lucca, Trennepohl e Lima (2014, p. 22) afirmam que as empresas compradoras do leite têm forçado um processo de seleção entre as famílias produtoras de

⁴⁹ “A pastagem da propriedade é considerada uma das melhores, pois é a mais limpa e livre de pragas, tudo isso graças a criação de galinhas da angola. São elas as responsáveis pela limpeza da pastagem, combatendo as cigarrinhas, formigas cabeçadas, carrapatos e outras pragas”. AGROLINK. Galinhas da angola livram pasto de pragas. Disponível em: <https://www.agrolink.com.br/noticias/galinhas-da-angola-livram-pasto-de-pragas_132321.html>. Acesso em: 29 nov. 2021.

⁵⁰ SALES, Márcia Neves Guelber. Criação de galinhas em sistemas agroecológicos. Vitória, ES: INCAPER, 2005. Disponível em: <http://www.ifcursos.com.br/sistema/admin/arquivos/15-17-36-criaca0degalinhasemsistemasagr0ec0l0gic0s.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2021.

leite, através da imposição dos padrões sanitários cada vez mais exigentes e preços mais elevados para produtores, com uma escala maior de produção.

As empresas que recolhem o leite nas casas dos/as produtores/as não precisam se preocupar com os custos da produção do leite, apenas em orientar que a ordenha seja realizada, conforme normas sanitárias. Elas não têm contato com as vacas, não presenciam o sofrimento animal, quando uma vaca fica dias mugindo para sua cria depois de serem separadas, não precisam se preocupar com o excesso de terneiros machos que nascem nas propriedades, já que as vacas são engravidadas em média de dois em dois anos⁵¹. As empresas não precisam fazer o adestramento das vacas mais novas ao sistema de ordenha, processo desgastante tanto para a vaca como para o/a agricultor/a, nem ver o sofrimento animal durante os partos, pois elas somente recolhem o leite já resfriado, aplicando suas dezenas de testes⁵² sobre amostragens de leite que, dependendo do resultado, podem reduzir o preço recebido por litro pela família agricultora.

Todos esses processos desgastantes, tanto para o humano quanto para o animal, não são escolha do/a produtor/a. Por sua vez, se a reprodução animal não for nesses parâmetros, a produtividade que as empresas buscam não é alcançada. Se um agricultor não separar o terneiro da vaca, a relação mãe e filhote vai se fortalecer, enquanto o leite que seria para a venda vai para o terneiro, se tornando incompatível com a produtividade. Já que os terneiros não são uma fonte de renda, o número de nascimentos é tanto que a maioria das famílias doa os bezerros, pois não têm o que fazer com eles, não encontrando compradores. Se a vaca não engravidar, ano após ano, como a produtividade vai se manter? Portanto, o problema está na lógica de produção imposta, mas que não muda nada na vida do empresário, somente na vida das famílias, que precisam fazer o trabalho duro e conviver com o sofrimento animal.

Como Lênin (1985, p. 174) colocava, no caso da pecuária, o capital acha mais vantajoso deixar a produção de animais a cargo dos pequenos produtores, para que cuidem do rebanho com “zelo” e façam “o trabalho mais duro e mais pesado da manutenção da máquina que dá leite”⁵³. Já o capitalista “[...] dispõe dos meios mais

⁵¹ MERCY FOR ANIMAL. 9 coisas repugnantes que a indústria do leite faz. Disponível em <<https://mercyforanimals.org.br/blog/9-coisas-industria-leite-faz/>>. Acesso em: 27 nov. 2021.

⁵² Os testes que são aplicados no leite brasileiro estão descritos no site da EMBRAPA. EMBRAPA. Testes de qualidade. Disponível em: <http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Agencia8/AG01/arvore/AG01_189_21720039246.html>. Acesso em: 08 nov. 2021.

⁵³ Problematiza-se, aqui, “máquina” na frase, pois se sabe que se tratam de seres vivos, os quais, como os humanos, também são explorados pelo Capital.

aperfeiçoados e modernos não só para separar a nata do leite, mas também para separar a 'nata' desse 'zele', para separar o leite dos filhos dos camponeses pobres". Assim, as famílias podiam até ser donas das vacas, mas quem ficava com o leite e o mais valor derivado desse leite não eram elas.

Este processo de agregação ao agronegócio aconteceu também com a produção de suínos, sem nenhuma política pública que garantisse a infraestrutura necessária para essa produção, gerando uma especialização na produção para algumas famílias, localizadas em algumas regiões estratégicas, tendendo a acontecer na produção leiteira, igualmente. Esta lógica está afunilando a produção leiteira para o modelo de produção intensiva em confinamento⁵⁴, que está concentrado, principalmente, em grandes fazendas, facilitando a logística para as empresas, as quais, em vez de negociar com vinte produtores familiares, fazem isso com um grande produtor e ainda garantem uma estratégia de *marketing*, a partir da lógica higienista e de bem-estar animal.

Essa concentração já é vista nos dados trazidos por Lucca, Trennepohl e Lima (2014, p. 26), a partir do Censo Agropecuário de 2006. Na Região Noroeste do Rio Grande do Sul, neste ano, existiam 103 mil estabelecimentos produtores de leite, com um rebanho de 586 mil vacas ordenhadas, e que produziram 1,55 bilhões de litros de leite. Se esses dados forem comparados com os do Censo Agropecuário de 1996, houve uma redução de 24% no número de produtores, e um aumento de 31% no total de vacas ordenhadas, com um crescimento de 60% no volume de leite produzido.

Outra mudança, e que exige mais investimentos, se deu na alimentação do rebanho bovino. Há alguns anos, os animais eram alimentados com palhada das colheitas de milho, soja e trigo, com aveia, capim e milho, mas com o aumento da produção leiteira nas propriedades, a área destinada à pastagem animal aumentou⁵⁵, sendo vários os tipos de pastos plantados a depender da época do ano. Uma área da propriedade também se destina à plantação de milho, usado para fazer a silagem, alimento que pode ser feito com o milho ainda verde ou mais maduro, sendo estocado em trincheiras no chão e coberto com lona e terra, onde passa por um processo de fermentação anaeróbica, para ser usado nos

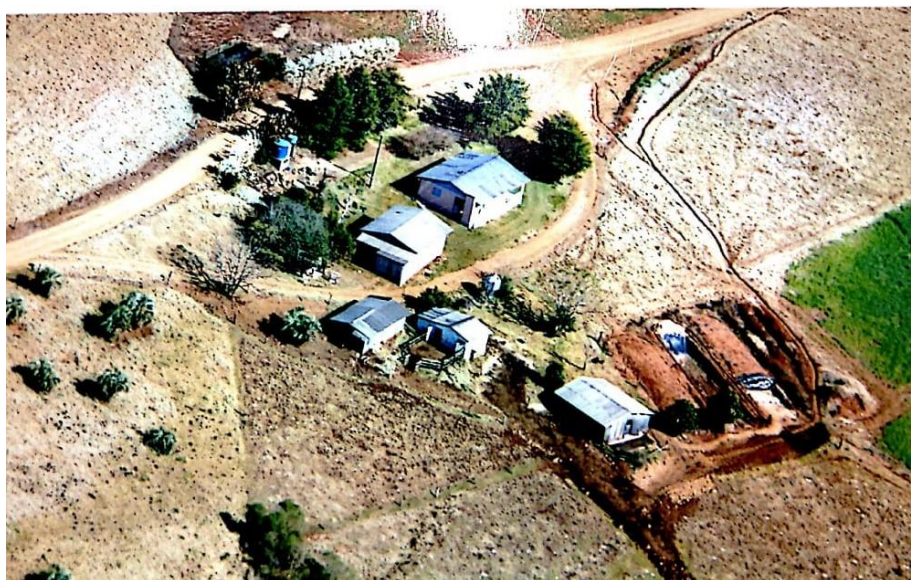
⁵⁴ EMBRAPA **Gado de Leite**. Circular Técnica 85. Dez. 2005. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/595700/sistemas-de-producao-de-leite-no-brasil>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

⁵⁵ “O Censo 1995-1996 registrou forte redução de todas as áreas – área total, área de lavouras, área de pastagens naturais e da área de terras em descanso/improdutivas. A única atividade cuja área aumentou nesse período foram as pastagens plantadas. Estas tiveram um acréscimo de 25,0 milhões de hectares entre 1985 e 1995-1996. Esse comportamento mostra a pecuária como atividade líder do processo de ocupação do território brasileiro em todas as suas fases...” (GUASQUES; BASTOS, 2014, 122)

períodos de seca⁵⁶, quando a pastagem não é abundante. No Reassentamento Cristo Rei, o uso da silagem é diário na alimentação das vacas leiteiras, pois, juntamente com a silagem, são oferecidas rações e outros nutrientes minerais, necessários para manter a saúde e a produtividade do animal.

Na imagem abaixo, pode-se ver, na propriedade, as “covas de silagem e um pouco acima o silo vertical para rações secas. Também se vê, além da casa, o galpão onde eram guardados os insumos e máquinas agrícolas, a sala de ordenha, onde o leite era tirado, a estrebaria, onde as vacas eram alimentadas pós-ordenha, e as instalações que abrigam galinhas e porcos para autoconsumo. Atualmente, essa mesma propriedade, no Reassentamento Cristo Rei, possui mais um galpão, onde são guardados os insumos e maquinários, já que mais investimentos foram feitos. Já na imagem posterior, se vê a propriedade dessa mesma família, mas em Constantina (posteriormente a área pertenceu ao Município de Engenho Velho, depois da sua emancipação), com instalações bem mais simples, percebendo-se, ao redor do galpão, uma palhada, provavelmente do milho trilhado, assim como algumas pequenas construções que deviam ser o galinheiro, o chiqueiro onde o porco ficava preso para autoconsumo, um galpão maior, onde, provavelmente, era guardada a trilhadeira, onde se davam as ordenhas e refeições das vacas.

Figura 7: Fotografia aérea de propriedade rural



⁵⁶ EMBRAPA. **Silos, silagem e ensilagem**. Campo Grande MS, 1995. Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/139015/1/cnpgc-divulga-02.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2021.

Fonte: Acervo pessoal de Irineu Juriatti e Salete Zanella Juriatti. Foto tirada na segunda década do século XXI.

Figura 8: Propriedade da mesma família em Constantina



Fonte: Acervo pessoal de Irineu Juriatti e Salete Zanella Juriatti. Foto tirada no final do século XX.

A maioria das pessoas relataram que não possuíam muitas máquinas agrícolas. A mais comum era a trilhadeira, usada na separação da palha e do grão já seco das plantas, uma máquina movida por um pequeno motor à combustão. Algumas pessoas relataram (Valdir Zanella, 2021; Lourdes Roncaglio, 2021; Elide Conterato; Valdemar Antônio Conterato, 2021) que, também, possuíam plantadeira, trator e colheitadeira, mas não eram equipamentos popularizados, sendo que a maioria das famílias possuía tecnologias movidas a tração animal. Como já dito, em Constantina, a terra possuía relevo característico, sendo uma terra “dobrada”, segundo os/as moradores/as, com muitas pedras, o que dificultava o acesso das máquinas agrícolas. Com a posterior implementação crescente de maquinário, as famílias começaram a limpar a terra, retirando os grandes blocos de pedra que impediam que o maquinário fosse usado. Quando havia áreas nas quais as máquinas poderiam ser usadas, elas eram, na maioria das vezes, alugadas de um vizinho ou parente que já havia adquirido o maquinário.

Figura 9: Família de agricultores da Vila Capinzal com seu maquinário



Fonte: acervo pessoal de Lourdes Roncaglio, ao final do século XX.

Figura 10: Trator usado em Constantina-RS rebocando uma carroça que antes era utilizada com a junta de bois



Fonte: acervo pessoal de Lourdes Roncaglio, tirada na segunda metade do século XX.

No início do assentamento na Vila Capinzal, o instrumento mais utilizado para plantar era a semeadeira manual, que possuía um recipiente onde iam as sementes, contendo, na ponta, um perfurador do solo, por onde eram largadas as sementes na terra.

Para preparar a terra, era utilizada uma “junta” (ou seja, dois bois) que puxava um arado, enquanto para o transporte, se utilizava uma carroça, enquanto na aplicação de caldas ou agrotóxicos nas plantações, era utilizado um pulverizador manual, pendurado nas costas. A colheita era manual, feita com foices, sendo que, posteriormente, se armazenavam os grãos para serem separados da palhada na trilhadeira.

Conterato (2004, p. 8) problematiza que a crescente mercantilização no trabalho das famílias agricultoras gerou uma modificação social entre essas famílias, ocasionando “diferentes graus de mercantilização entre os agricultores/as familiares que, de um lado, fortalece os agricultores/as mais estruturados e, de outro, exclui os mais descapitalizados e fragilizados”. Realidade essa, observada de diferentes maneiras no Reassentamento Cristo Rei, onde as famílias que conseguiram, de alguma forma, se modernizar e investir em maquinários e salas de ordenha, se sobressaíram aos que não tiveram o mesmo destino, não que isso gerasse alguma forma de divisão social ou aporofobia, afinal, apesar da renda de algumas famílias ser mais alta, elas ainda são de pequenos produtores familiares. Contudo, percebe-se que há uma maior modernização e ampliação da rentabilidade, através de tecnologias que nem todas as famílias da comunidade conseguem acessar.

O mesmo autor defende que a mercantilização não necessariamente fragilizou as famílias. Conterato estuda como elas buscaram formas de se fortalecer, através da inserção, nesse modo de produção (*Ibid.*, p. 18) e, com certeza, todas as famílias do Reassentamento Cristo Rei que foram entrevistadas, compreendem que estão melhor agora do que a vinte ou trinta anos atrás, por que a qualidade de vida e o acesso à educação, saúde e bens de consumo aumentou consideravelmente. Porém, é necessário fazer uma crítica a forma com que esse desenvolvimento familiar se deu, pois movimentos sociais, pesquisas científicas e os próprios moradores do reassentamento já perceberam as problemáticas por trás da diminuição da necessidade de mão de obra no trabalho e dos desequilíbrios ambientais causados pelo uso indiscriminado do solo e dos recursos naturais, como: os impactos do uso de agrotóxicos na saúde do/a trabalhador/a; o aumento do consumo de alimentos ultra processados, por conta da diminuição do processamento de alimentos no interior das propriedades; a perda de autonomia das famílias sobre as sementes usadas, o que gera uma dependência do agronegócio; a problemática com a sucessão familiar, já que nem todos os descendentes encontram espaço no trabalho como agricultores/as; a poluição ambiental, causada pela hegemonia

da soja e; o grande uso de agrotóxicos que prejudica as plantas e frutos usados na alimentação familiar.

Cabe ressaltar que esses impactos são muito maiores se essa produção for latifundiária, pois na agricultura familiar ocorre divisão de renda entre os trabalhadores com um impacto bem menor na natureza, haja vista as práticas de autoconsumo, as quais ainda garantem uma diversidade produtiva e uma autonomia do mercado. De fato, a modernização da agricultura gerou um conforto maior para as famílias, pois elas tiveram acesso a bens de consumo antes inacessíveis, enquanto o trabalho ficou menos árduo, mas esses avanços também poderiam ser obtidos sem todas as mazelas que o Capital gera sobre o trabalho e a vida dessas pessoas.

Mas, apesar de toda a lógica produtiva que é imposta pelo modo de produção capitalista, que visa acima de tudo o lucro, na comunidade estudada, são comuns os mutirões de trabalho entre vizinhos e parentes, ressaltando que a solidariedade é muito importante para as famílias exercerem sua profissão, já que não possuem condições de contratar mão de obra assalariada necessária para os dias em que mais força de trabalho é necessária, contando assim com a força de trabalho solidária do vizinho, o qual vai ser retribuído com o mesmo favor futuramente. Uma lógica que se mantém desde o assentamento inicial na Vila Capinzal, e que é característico da produção agrícola familiar.

Esse processo de ajuda mútua acontece em trabalhos como carnear um animal e fazer a silagem, sendo que, além dessas trocas, também existe uma solidariedade quando o vizinho ou parente precisa de ajuda, seja por viagem, doença ou outro fator. Outra troca que também ocorre, e que geralmente não é citada, por não ser entendida como produtiva, em uma lógica patriarcal, é a do cuidado, como citado anteriormente, quando, em caso de adoecimento de um vizinho, existe apoio dos vizinhos mais próximos, bem como da comunidade como um todo para com a família necessitada, ajudando-os com a manutenção do trabalho que precisa ser realizado diariamente, como o trato dos animais ou a ordenha de leite, por exemplo. Igualmente, as mulheres também se ajudam com a criação dos filhos, especialmente quando uma agricultora está com bebê pequeno, as vizinhas e parentes vão até sua casa para ajudá-la com o trabalho doméstico. As mulheres também se reúnem para produzir bolachas e outros alimentos, somadas com a produção do açúcar mascavo, quando os vizinhos são chamados para ajudar a bater o melado.

A produção que se destina para a comercialização é muito importante para as famílias, pois foi através da venda dos produtos como milho, trigo, feijão e derivados de

suínos, que as famílias conseguiram adquirir o que não produziam nas suas lavouras para autoconsumo, a mesma lógica se manteve com a alteração desse padrão produtivo, quando os principais produtos comercializados passaram a ser a soja, o leite e o milho. Cabe ressaltar que esses são os principais produtos comercializados, mas não os únicos. É incontável a variedade de produtos que já foram e são comercializados pelas famílias. Apenas para exemplificação temos gado para corte, feno, ovos, queijos, laranjas, artesanato e tortas. Além de muitos membros das famílias realizarem trabalhos não agrícolas para a obtenção de renda (apesar de muitas ocupações serem diretamente ligadas à agricultura), aqui podemos citar o trabalho de motorista do caminhão que recolhe o leite, do inseminador de gado leiteiro, da revendedora de produtos de beleza, da revendedora de roupas e outros materiais, educadoras, faxineiras e merendeiras da escola localizada na área rural ou na zona urbana, transporte de ônibus das pessoas do interior para a cidade e trabalhadores/as no serviço público.

Cabe ainda ressaltar que as famílias possuem autonomia na gestão da sua propriedade, a fim de escolher o que produzir e em que quantidade, mas precisam seguir um padrão produtivo se quiserem comercializar suas mercadorias, ficando à mercê das empresas do agronegócio, que ditam o modo que a produção deve se dar.

Na próxima sessão, será estudado o caso das sementes, um dos meios de produção que foi cooptado pelas empresas multinacionais, que excluíram as famílias produtoras do poder de gestão das sementes.

2.3 CONTROLE SOBRE AS SEMENTES, CONTROLE SOBRE A VIDA

Lazzari e Souza (2017, p. 7) argumentam, em sua pesquisa, que, com a crescente mercantilização agrícola, os agricultores/as não possuem mais controle sobre os processos de seleção de sementes e melhoramento genético. Essas funções ficaram a cargo de instituições públicas e privadas que ignoram as técnicas de seleção disseminadas secularmente, vendendo as sementes a altos custos. Para Vandana Shiva (2003, p. 173), “a mudança da produção de sementes da propriedade rural para o laboratório das grandes empresas, transfere o poder e o valor do sul para o norte, e dos agricultores/as para as grandes empresas”.

Nas entrevistas (Bernadete Fátima Volp Candaten, 2022; Elide Conterato; Valdemar Antônio Conterato, 2021; Eloi Juriatti, 2021; Irineu Juriatti; Salette Zanella Juriatti, 2021; Linda Aime de Brito, 2021; Loreci Zanella, 2021; Lourdes Durante Roncaglio, 2021; Oneide Gallina, 2021; Rosa Santa Catarina, 2021; Valdir Zanella,

2021), quando perguntados/as sobre esse ponto, os/as agricultores/as relataram que, no início do Assentamento, em Constantina, as famílias não compravam as sementes, sendo que elas eram selecionadas ano a ano. Uma forma de seleção dessas sementes era a troca com os/as vizinhos/as, pois acreditava-se que não era bom plantar sempre a mesma linhagem de semente na mesma terra. Porém, com o advento das novas técnicas de cultivo, as sementes, principalmente de soja e milho, passaram a ser compradas em toda a safra. Os principais motivos alegados foram que as sementes compradas já vêm tratadas contra doenças e que, sem esse tratamento, elas não produzem, além do que, para cultivar a próxima geração da semente que foi comprada, o/a agricultor/a precisa pagar *royalties* para a empresa que a produziu. Portanto, mesmo que a semente não tenha sido comprada, ela tem as suas características genéticas patenteadas e as famílias não podem usá-las, sem prestar contas à empresa dona das patentes.

Segundo uma cartilha de 2009 (REIS, p. 17), da organização civil Terra de Direitos, os *royalties* são aplicados nos países sobre *lobby* das grandes empresas como a Cargill, a Monsanto, a Du Pont, a Syngenta, acBunge e a Bayer. As famílias que as usam precisam pagar às empresas que têm os direitos reservados sobre as sementes.

Ainda, a partir da cartilha citada acima, vê-se que existem dois tipos de sementes transgênicas: as resistentes a herbicidas e as que geram plantas inseticidas, que matam alguns tipos de insetos (REIS, 2009, p. 4). As multinacionais, além de deterem a patente dessas plantas, também fazem mudanças genéticas nos grãos, dificultando a sua reprodução, sendo que o gen⁵⁷ “terminator” é o responsável por impedir que o grão colhido da semente transgênica germine, impedindo o replante pelo agricultor, enquanto o gen “traitor” garante que a produção floresça somente se determinados substâncias químicas forem aplicadas (*Ibid.*, p. 27).

A comercialização de transgênicos foi aprovado no Brasil, em 2005, pela Lei de Biossegurança (Lei nº 11.105), porém a iniciativa é mais antiga:

Em 1998, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, órgão do governo responsável por avaliar a segurança das plantas transgênicas, liberou a comercialização da soja RR, espécie de soja patentada pela Monsanto e resistente ao Roundup, principal agrotóxico vendido pela empresa. (REIS, 2009, p. 14).

⁵⁷ “Pequenas moléculas que integram o código genético” dos seres vivos e que são responsáveis por suas características físicas” (REIS, 2009, p. 24).

Antes do uso de transgênico, o melhoramento genético, feito pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), já havia introduzido a soja no Brasil, começando com a soja Doko, melhorada geneticamente nos anos 1970 e 1980, com o objetivo de produzir o grão no cerrado e com tamanho ideal para sustentar uma agricultura mecanizada. Dali em diante, a soja só se espalhou pelo País, com variedades (A FEBRE DA SOJA, 2021). Em 1997, a lei de *royalties* já existia, mas para sementes com melhoramento genético, não para as transgênicas (REIS, 2009, p. 22).

Segunda Vandana Shiva (2003, p. 56), as sementes da “Revolução Verde”, denominadas VAR, expressam um termo mentiroso, pois essas sementes não produzem mais do que as sementes selecionadas pelos/as agricultores/as há séculos, já que elas só produzem mais com condições específicas, como uso de fertilizante e irrigação, sendo que, sem esses implementos, elas são inferiores às variedades nativas nos usos que os povos fazem delas em cada região (*Ibid.*, p. 60). Shiva (*Ibid.*, p. 76) complementa que, “o único milagre que parece ter sido realizado com a estratégia de criação de sementes da Revolução Verde é o surgimento de pragas e doenças e, com elas, a demanda cada vez maior por pesticidas”, pois, essas sementes causam uma série de desequilíbrios ambientais.

Uma prática tida no Município de Constantina, e que demonstra a instrução da “modernização desigual da agricultura”, no meio de uma lógica popular, foi relatada pelos/as moradores/as. Ela diz respeito a um padre do Município, que segundo as pessoas (Elide Conterato; Valdemar Antônio Conterrato, 2021; Eloi Juriatti, 2021; Irineu Juriatti; Salete Zanella Juriatti, 2021; Loreci Zanella, 2021; Lourdes Durante Roncaglio, 2021; Oneide Gallina, 2021; Rosa Santa Catarina, 2021; Valdir Zanella, 2021) amaldiçoava as lagartas da lavoura. Quando o sino da igreja tocava, às 18h, toda a Comunidade parava seus afazeres, em casa, para rezar juntamente com o padre, que rezava da igreja, amaldiçoando as lagartas na lavoura. A questão da fé está muito ligada aos relatos dos moradores, sendo que, quanto mais fé, mais eficaz seria a maldição, sendo que, quando ela não dava certo, era porque estava faltando fé nas pessoas. O descontrole das lagartas está associado, pelos/as moradores/as, ao falecimento do padre. Atualmente esta lógica nem é concebida pelas famílias, sendo que muitas preces são feitas em períodos de estiagem, pedindo interseção divina para que a chuva caia, porém, aparentemente, ninguém mais reza para amaldiçoar as lagartas, porque, de certa forma, essa tarefa deixou de pertencer as atribuições divinas, passando a ser uma tarefa das indústrias fabricantes de agrotóxicos.

As sementes foram historicamente selecionadas por agricultores/as, criando os alimentos que se conhece hoje, sendo que esses saberes foram sendo passados de geração em geração. Posteriormente, foram apropriadas pelas empresas para gerarem as sementes transgênicas, sem que os agricultores/as recebessem nada em troca. Por isso, muitas organizações são contrárias ao patenteamento das sementes (REIS, 2009, p. 19).

Como consta na cartilha da organização civil Terra de Direito, as empresas multinacionais, as quais vendem os meios de produção para os/as agricultores/as, não estão preocupados com a qualidade de vidas das pessoas. Nas palavras de Phil Angel, diretor de comunicação da Monsanto, a empresa “não tem que garantir a segurança dos alimentos transgênicos. Nosso interesse é vender o quanto mais possível” (apud REIS, 2009, p. 9). Essa fala exprime uma característica do modo de produção capitalista, pois, segundo Marx (2017, p. 230), a produção capitalista é indiferente ao valor de uso e as características específicas das mercadorias, sendo que, em qualquer esfera de produção, o que importa é apenas produzir mais valor.

CAPÍTULO 3 - O IMPACTO DA MIGRAÇÃO COMPULSÓRIA

“O conflito é do modelo agrário desenvolvido pelo Estado, principalmente no último século, em que destina a mesma terra, em momentos diferentes, para índios e para agricultores. O conflito é da política indigenista, que desde o tempo do Serviço de Proteção aos Índios - SPI, e que continua hoje com a FUNAI, vem gerenciando as terras indígenas de forma equivocada, o que não contribui para um etnodesenvolvimento a partir da realidade concreta que os indígenas vivem” (FACHIN, 2014).

“A terra produz bastante, mas exige adubação, terra fraca” (Excerto da entrevista, 2021).

Neste capítulo, procurar-se-á sintetizar os impactos da migração compulsória das famílias agricultoras, da Vila Capinzal em Constantina/RS para o Reassentamento Cristo Rei, no Município de Chiapetta/RS.

Se formos buscar as raízes desse processo histórico, podemos remontá-lo ao período inicial da ocupação não indígena no País, pois, foi a partir desse marco que os povos originários passaram a ter seu território invadido, mas para essa pesquisa iremos situá-la a partir do contexto do século XX.

3.1 CONTEXTO MIGRATÓRIO

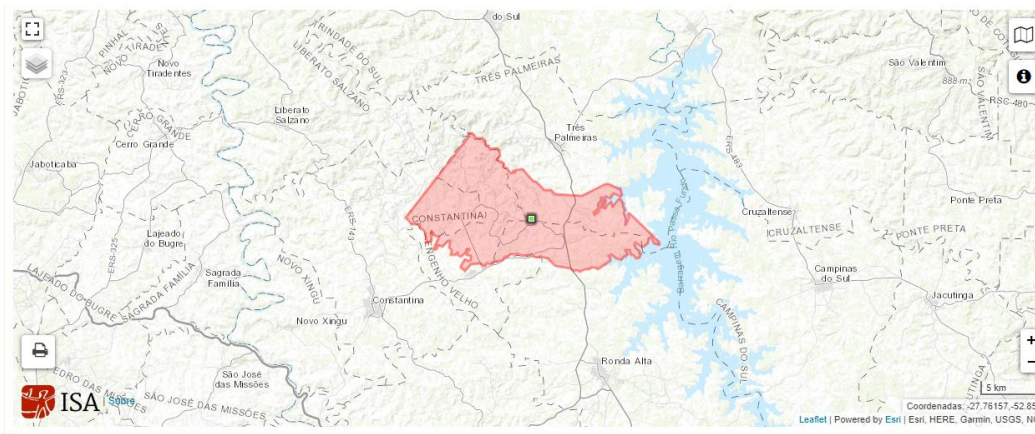
Desde a constituição da agricultura familiar no Brasil, esses trabalhadores rurais precisaram se adequar ao sistema de produção vigente, tendo que procurar terras em locais não tão privilegiados, do ponto de vista produtivo, e/ou em locais “não habitados”, porém esses locais nem sempre estavam sem ocupação, sendo que, muitas vezes, seus ocupantes eram invisibilizados, como é o caso dos povos originários, que tiveram seus territórios invadidos pelas mais diferentes frentes. Essas ações acabaram fazendo com agricultores/as e povos originários passassem a disputar, entre si, uma pequena parcela de terra, enquanto a reforma agrária seguia, e segue até hoje, sendo um tabu na política brasileira, tratada como “coisa de comunista”, permanecendo as terras improdutivas ou degradadas sem uso e sem revitalização, porque, para os grandes produtores, é mais fácil

usar uma terra e partir para outra, após seu esgotamento, do que investir na sua recuperação⁵⁸.

O grupo aqui estudado na sua pré-migração morava na Vila Capinzal, mas que para o povo Kaingang, tinha outro nome: a Reserva Indígena de Serrinha, localizada no Norte do estado do Rio Grande do Sul, nos municípios de Constantina, Engenho Velho, Ronda Alta e Três Palmeiras, contando com 11.752,7578 hectares. Os mais de 11 mil hectares em questão passaram por violentos processos de invasão, retomada e novas divisões de terras, conforme explicita Nascimento, que faz uma retomada histórica do território, desde o período em que esse espaço pertencia a Terra Indígena de Nonoai:

[...] a reserva indígena de Nonoai foi criada e demarcada em 1848, medindo aproximadamente 10 léguas [...] Na década de 1910, a mesma foi dividida em duas, ficando Nonoai ao norte e, mais ao sul, a Serrinha, reduzidas em relação à demarcação original. Assim a Serrinha, demarcada em 1912, ficou com 11.950 hectares mas, em 1949, foi criada uma reserva florestal de 6.624 hectares, retirados desta. Finalmente, em 1962, a presente reserva indígena foi totalmente ocupada e seus habitantes fugiram para outra (2014, p. 41).

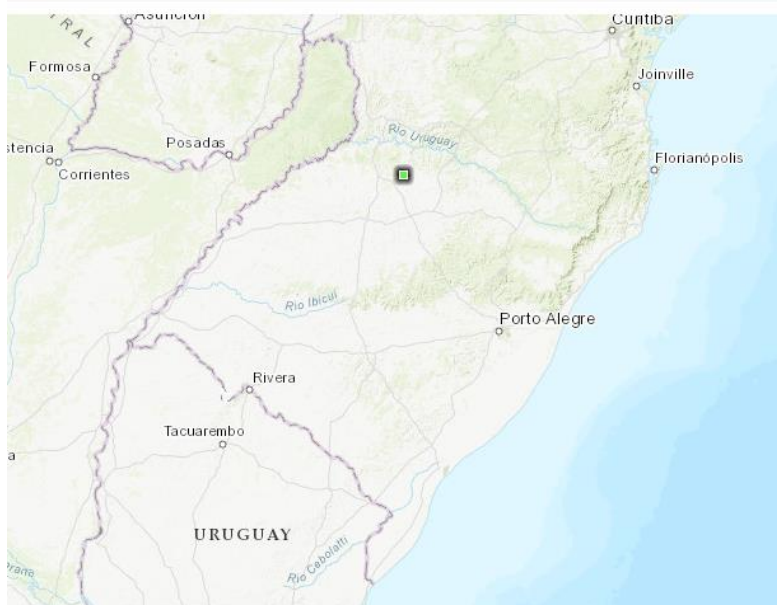
Figura 11: Terra Indígena de Serrinha



Fonte: Instituto Socioambiental (ISA)

Figura 12: Terra Indígena de Serrinha em relação ao estado

⁵⁸ VAI SE FOOD. A fome está entre nós com Adriana Salay. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/3OjO7inNKTz8mBycWq14nj?si=83dd0f3fa5a94b4b> . Acesso em: 15 agos. 2022.



Fonte: Instituto Socioambiental (ISA)

Monteiro (2001) argumenta que o Governo Colonial tinha uma política nítida para os povos originários, dividindo-os em dois grupos, os Tupi e os Tapuia, sendo os Tupi, o povo da miscigenação brasileira, os que contribuíram com a ocupação branca no território, tragicamente os mais dizimados. Enquanto os Tapuias seriam os que estavam impedindo o avanço da civilização, os que não aceitavam os “hábitos humanos”. O povo Kaingang estava inserido dentro dessa categoria, a Tapuia. Segundo o autor, os povos tidos como inimigos deveriam ser exterminados. Já “em relação aos índios ‘amigos’”, havia uma política intitulada como “descimento”, que era o processo de persuasão dos índios, sem a utilização de “violência”, com o intuito de se deslocarem de suas terras originais para as aldeias localizadas na cercania das colônias portuguesas, isto é, os aldeamentos propriamente ditos. O aldeamento de nativos, no Brasil Colônia, buscava a confinamento dos mesmos e a liberação das terras tidas como devolutas e disponíveis para uso de terceiros. Para Nascimento (2014, p.73), “a legislação e a prática brasileira quase sempre consideraram as terras indígenas como públicas. Dessa forma, diante de um processo de ocupação ou da necessidade de “integração” nacional, foram preteridas enquanto território de um povo ou nação”.

No Período Republicano, o órgão criado para pensar o papel dos povos originários na Formação Sócio-histórica Brasileira foi o Serviço de Proteção e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), o qual, em 1910, tinha como objetivo:

[...] organizar os índios hostis e arredios em núcleos de atração, passando-os posteriormente à povoações destinadas a índios com hábitos um pouco mais sedentários; mais tarde, seriam levados a centros agrícolas, pois entendia-se

que já estariam acostumados com o trabalho realizado no rural brasileiro e poderiam receber uma gleba de terra para cultivarem (ARESI, 2008, p. 39).

A partir dessas políticas de aldeamento, foram criadas aldeias em várias partes do Brasil. No Rio Grande do Sul, essa política começou anteriormente à nacional, sendo criado o aldeamento da Guarita, em 1848, no Município de Tenente Portela. Posteriormente, outro aldeamento foi criado em Campo do Meio, sendo que, em 1850, foi estabelecido o aldeamento Nonoai, nas terras do Cacique Nonohay (Nascimento, 2014, p. 43). Outro fato histórico iria afetar o território dos povos originários:

[...] com a chegada dos colonizadores alemães e italianos, oriundos das chamadas “colônias velhas” (Novo Hamburgo, São Leopoldo, Caxias do Sul, Veranópolis, etc.), a situação dos índios agravou-se ainda mais, uma vez que os colonos foram apoderando-se de suas terras e fazendo-os recuar cada vez mais, tornando o seu espaço ainda menor (ARESI, 2008, p. 60).

Isso aconteceu com a área do Nonoai, onde tanto migrantes como os chamados trabalhadores nacionais ou caboclos estavam invadindo a área. Os Kaingang se mobilizaram e, em 1908, foram até a capital do Rio Grande do Sul cobrar uma ação do Governo, porém, por mais que o grupo tenha pleiteado a retirada dos não indígenas de sua terra, ela foi dividida pelo governo, em 1912. Nonoai ficou com 34.908 hectares e Serrinha com 11.950 hectares, sendo que o restante foi distribuído para os agricultores/as que estavam na região (SIMINIAN, 1980, p.13 apud NASCIMENTO, 2014, p. 45).

Em 1941, o Governo do Estado autorizou a execução de um recenseamento dentro da Terra Indígena de Serrinha, a fim de apurar os dados demográficos da área, sendo constatada a presença de sessenta famílias Kaingangs e 9 homens solteiros. Para o Governo, cada família precisava de 75 hectares de terra, enquanto os homens solteiros de 25 hectares, contabilizando 4.725 hectares. Do restante dos 11.950 hectares, 622 foram entregues ao sucessor de um antigo posseiro, alegando-se que essa terra havia entrado para a Terra Indígena de Serrinha, por acidente de demarcação, em 1911. Os outros 6.603 hectares foram usados para a criação de um parque florestal (CARINI, 2008, p. 157).

O argumento usado para a criação da Reserva florestal foi de que a área estava sendo devastada por funcionários do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), através da extração de madeira. Porém, o Governo não realizou medidas semelhantes em terras não-indígenas e nem tomou medida no sentido de reflorestar a área demarcada. O Governo nem se preocupou em cumprir o decreto e nem em anulá-lo, abrindo margem para que vários não indígenas ocupassem as terras (NASCIMENTO, 2014, p. 50-51).

Uma nova frente de redução do território de Serrinha foi feita, em 1962, diminuindo ainda mais seu território. Como constata Carini,

Uma estratégia semelhante à adotada pelo governo Farias, em 1941, foi repetida pelo governo Brizola em 1962 na área remanescente de Serrinha. Em recenseamento realizado em 1961, foi constatado que havia 334 famílias de agricultores com 1.670 pessoas no Toldo de Serrinha. Por sugestão do Diretor da Diretoria de terras e colonização...o Governo Gaúcho autorizou a redemarcação do Toldo Serrinha, reduzindo a área de 4.725 ha para 1.060 ha, suficientes, no entender da Diretoria de Terras, para atender as necessidades das 53 famílias indígenas remanescentes que ainda viviam na área. (2005, p.166 apud CARINI, 2008, p 157).

Diante da política de etnocídio indígena, entre 1962 e 1963, a Terra Indígena de Serrinha foi totalmente expropriada e entregue aos não-indígenas. No período em que houve a completa expropriação de Serrinha. o Brasil passava pela Ditadura Civil-Militar, momento em que houve a supressão de direitos políticos básicos, como o direito a manifestação. Por isso, e pela invisibilidade das pautas dos povos originários, foi somente com a abertura democrática, que eles conseguiram retomar a luta por suas terras originárias, em todo o País.

No período de redemocratização pós Ditadura Civil-Militar, o Movimento Indígena passou a ter uma forte articulação nacional. A União das Nações Indígenas (UNI) foi a primeira entidade formada pelos próprios indígenas. Sua construção se iniciou no Seminário de Estudos Indígenas de Mato Grosso do Sul, entre 17 e 20 de abril de 1980, reunindo lideranças de 15 etnias, concentradas em sua maior parte nas regiões Centro-Oeste e Sul (LOPES, 2014, p.100). Essa foi uma articulação importante para pautar os direitos dos povos originários no período da redemocratização após a Ditadura Civil-Militar, possibilitando a participação de representações de diferentes etnias no processo de elaboração do texto da Constituição Federal de 1988, conseguindo criar uma movimentação internacional em defesa dos povos originários da América Latina. O Conselho Indigenista Missionário (CIMI), setor da Igreja Católica, que buscava fazer ações com as comunidades indígenas, também foi importante nesse processo. Assim, com a ação das lideranças indígenas, foi possível o encontro de diversas comunidades de povos originários de vários locais do Brasil, discutindo tanto questões locais como nacionais e internacionais (LOPES, 2014, p. 98).

Seguindo a política nacional, no estado do Rio Grande do Sul, a Constituição Estadual também previu, a partir de 1989, a responsabilidade estatal sobre a resolução dos conflitos em terras indígenas, dando o prazo de quatro anos, após a sua promulgação,

para o reassentamento dos pequenos/as agricultores/as presentes em áreas colonizadas ilegalmente pelo Estado nas terras indígenas (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 1989). Certamente, suas conquistas na Constituição de 1988 foram muito significativas, devido à ação de seus representantes, sendo possível a garantia, na Legislação, da retomada das terras dos povos originários, implicando, juntamente com a ação local do povo Kaingang na Redemarcação da Terra Indígena de Serrinha, em meados de 1990 (Ministério Público Federal, 1998 apud CARINI, 2010, p.16).

Em nível local, em 1993, o povo Kaingang também se organizou para a retomada de suas terras, entre essas, a Terra Indígena de Serrinha. Em outubro desse mesmo ano, um grupo Kaingang ocupou uma propriedade agrícola próxima à vila do distrito de Alto Recreio, Município de Ronda Alta (CARINI, 2005, p. 35), pautando a redemarcação de sua terra. A ocupação foi dissipada pela FUNAI e foi necessária uma segunda investida do povo Kaingang, em 1996, ocupando a Vila Alto Recreio, no Município de Ronda Alta, próximos à RS-324. Na entrada do acampamento, havia uma faixa com a pauta da sua reivindicação: “Serrinha estou de volta depois de muitos anos; por que eu sei que tu és a minha terra natal” (CARINI, 2005, p. 43).

Devido às mobilizações dos povos originários, o Governo Estadual criou um grupo de trabalho, o qual ficou responsável por analisar a questão das redemarcações no estado, sendo que esse grupo de trabalho reconheceu o direito de acesso à terra pela nação Kaingang, sugerindo que o Estado fizesse as demarcações, indenizando e/ou reassentando os agricultores/as não indígenas. Aos poucos, as famílias foram se convencendo que teriam que sair da área. Em 1999, no Rio Grande do Sul, iniciou o governo de Olívio Dutra, o qual se comprometeu com a pauta agrária do estado e com a resolução dos conflitos por terra da Região Norte, envolvendo povos originários e agricultores/as não indígenas. Para tal tarefa, colocou como coordenador do Departamento de Reforma Agrária (DRA) da Secretaria da Agricultura e Abastecimento (SAA), o frei Sérgio Görden, também deputado estadual do Partido dos Trabalhadores (PT). Em 1999, o Governo lançou o Programa de Reassentamento de Agricultores Residentes em Áreas Indígenas (CARINI, 2005, p. 63).

A possibilidade de saída dos agricultores/as das terras não estava nos planos iniciais, nem dos poderes Executivo e Legislativo da Região, nem dos agricultores/as não indígenas, pois desde que iniciou essa primeira tentativa de retomada da Terra Indígena de Serrinha, pelo povo kaingang, a maioria das autoridades políticas municipais e

regionais, desinformadas e/ou preocupadas na preservação de seus redutos eleitorais, buscavam a manutenção dos/as agricultores/as na área (CARINI, 2005, p. 36). O processo de redemarcação da Terra Indígena de Serrinha deixou muitas famílias não indígenas que lá moravam preocupadas com o seu futuro, fazendo com que as mesmas passassem por um longo processo de aceitação do direito do povo Kaingang à sua terra, processo que até hoje é uma ferida aberta para muitas pessoas desalojadas da área.

Mesmo com todas as mobilizações pela permanência dos não indígenas na área, as constituições Federal e Estadual foram respeitadas, e a Terra Indígena de Serrinha passou pelo processo de redemarcação. Em 1997, a FUNAI começou a realizar o levantamento fundiário e cartorial dos ocupantes não indígenas na Reserva Indígena de Serrinha, momento em que tanto indígenas como agricultores/as pressionaram para que o andamento dos mesmos fosse o mais rápido possível (CARINI, 2005, p. 48, 50-51).

O processo de saída das famílias não indígenas de Serrinha se dava em duas etapas: primeiramente, através do levantamento fundiário da área feito pela FUNAI, a fim de fazer o levantamento dos bens das famílias, desde benfeitorias como de produção alimentícia. Posteriormente, com o Reassentamento ou indenização pela terra, é que ficou a cargo do Estado do Rio Grande do Sul.

O Município de Chiapetta já possuía um assentamento vindo da Terra Indígena de Serrinha, o Reassentamento Novo Horizonte. O que dificultava os reassentamentos, muitas vezes, era o fato de as famílias quererem permanecer nos municípios em que já residiam ou se deslocarem para municípios próximos à Terra Indígena de Serrinha, por já terem relações sociais constituídas. Porém, havia outros lugares no estado onde a efetividade de reassentamento estava mais certa, Chiapetta era um deles, através de indicação do Governo Estadual e de conversas com os moradores do Reassentamento Novo Horizonte, uma comitiva de agricultores foi até a região olhar aquelas terras (JURIATTI, 2019, p. 83).

Figura 13: Localização de Chiapetta em relação à Constantina

dessa posse de Francisco de Paula e Silva, havia a de Manoel Lucas Annes, adquirida em 1876, posteriormente vendida ao Barão de Ibicuy.

Também fazia parte do atual território a posse de Joaquim Silva Vianna, limítrofe com terras de Manuel Lucas Annes e o rio Inhacorá, posteriormente denominada de fazenda Fachinal (BRZEZINSKI, 2008, p. 62 a 65). Cabe ressaltar que, na Região Norte do atual Rio Grande do Sul, a cultura dos ervais era muito forte, com trabalhadores de poucas posses, os quais, sazonalmente, exploravam os ervais públicos, tirando dali uma parte da renda (ZARTH, 1997, p. 25).

Em 1902, Carlos Chiappetta, um imigrante italiano, comprou do herdeiro-neto do barão de Ibicuy, Francisco Annes da Silva, uma área de cerca de vinte e três mil hectares, que correspondia, aproximadamente, à metade da área original da fazenda de Monte Alvão. Outros, compraram áreas menores. Em 1936, Victória Carvalho de Ávila, separada de Carlos, que já havia falecido na Itália, procedeu à ocupação de uma área de matos da fazenda. Outros proprietários menores, aproveitando a oportunidade também venderam lotes coloniais em áreas contíguas as da Colonização Chiappetta (BRZEZINSKI 2008, p. 33). O Município de Chiappetta foi emancipado em 1965, realizado no período em que o território compreendia como distrito de Catuípe (BRZEZINSKI, 1994).

Voltando para o século XXI, o território pertencente a Afra Cristina Chiappetta, denominada Área 33, na localidade de Coxilha Bonita, agradou as famílias, o que fez com que ocorresse o processo de pressão das e dos agricultores para a aquisição da terra, por parte do Estado. Segundo o então Secretário de Planejamento de Chiappetta, Carlos Eugênio dos Santos, uma das dificuldades era encontrar um acordo com o arrendatário da terra. A saída encontrada foi a ocupação da área, a fim de que o Estado agilizasse o processo de aquisição. A primeira ocupação foi em 2001 dentro da área, em um galpão da propriedade, onde eram guardados os maquinários (JURIATTI, 2019, p. 85). O que não pode passar despercebido é o trabalho das mulheres nessa fase de indecisões. Enquanto os homens, seus esposos e companheiros estavam em processo de acampamento, elas ficavam nas propriedades em Constantina, trabalhando nas suas tarefas como donas de casa, como agricultoras, como cuidadoras dos filhos e familiares idosos, além de fazer o trabalho dos companheiros ausentes.

Após a ocupação da área de Afra Cristina Chiappetta, os agricultores acampados foram orientados pelo Governo Estadual a saírem de dentro da área, devido à Medida Provisória do Governo Federal de Fernando Henrique Cardoso, conhecida como Lei Anti-

Invasão, a qual impedia a desapropriação de imóveis ocupados e o repasse de dinheiro à entidade que estava na ocupação. Seguindo as orientações, os ocupantes se retiraram de dentro da área pretendida e foram acampar em frente a sua sede, em uma área cedida pela Associação do Reassentamento Nova Conquista, vizinho do atual Reassentamento Cristo Rei, e fruto de processo de construção de barragens em Santa Catarina, que desalojou essas famílias (JURIATTI, 2019, p. 89).

Após meses de incerteza, alguns conflitos com o arrendatário das terras e de diversas reuniões, no final de 2001, o Estado finalmente adquiriu a propriedade de Afra Cristina Chiapetta para as e os agricultores/as migrantes da Terra Indígena de Serrinha, conforme acordo de 5 de setembro. Com isso, as famílias tinham até trinta dias para saírem da área da Vila Capinzal. As famílias moraram por cerca de dois anos em uma agrovila coletiva, até que seus lotes fossem demarcados e os encanamentos de água e fiação de luz fossem instalados, o que possibilitou a ida das mesmas para os lotes individuais (JURIATTI, 2019, p. 89).

3.2 RECOMEÇO

O processo de migração, que aqui consideramos, a partir de Carini (2010), como compulsório, foi um processo cheio de incertezas, no qual a auto-organização das famílias em torno de um novo território foi fundamental. A partir da busca pelo interesse comum, foi fundado, sobre as terras vermelhas do Município de Chiapetta, o Reassentamento Cristo Rei. Onde antes só havia lavoura, passaram a morar famílias, enquanto a terra que sustentava alguns, passou a sustentar muitos, uma comunidade inteira.

O processo de adaptação na nova terra não foi fácil, pois um dos motivos foi, justamente, a dificuldade de transformar a terra desconhecida em lar. A propriedade em que as famílias foram reassentadas era uma fazenda de lavoura que era arrendada para o plantio de soja, não havendo nela estrutura de água, de luz ou alguma benfeitoria que pudesse ser útil, apenas uma casa na antiga sede da vila que foi usada como igreja, enquanto toda a comunidade morava na Agrovila. Por mais que elas tenham sido indenizadas pelas posses que tinham em Constantina, o trabalho de adaptação seria árduo e demorado.

Como comentado, no início da migração, as famílias moraram em uma agrovila, onde era a antiga sede da fazenda, ficando ali por cerca de dois anos, pois o período exato não pode ser precisado, dependendo do contexto de cada família. Nesse local inicial,

foram construídas casas de madeira e uma rede simples de água e energia. Esse modo de socialização era novo para as famílias, mas permitiu uma convivência muito maior entre todos, já que as casas eram muito próximas, sendo que, para as crianças, a alegria era garantida, pois podiam brincar todas juntas, o que em Constantina só acontecia em festas, já que as casas eram distantes.

Figura 14: Algumas crianças do Reassentamento, reunidas na casa de Lourdes e Artêmio Roncaglio, por conta da Páscoa



Fonte: Acervo pessoal de Lourdes Roncaglio, primeira década dos anos 2000.

Mas, apesar da diversão da criançada estar garantida e as famílias se ajudarem mutuamente, é importante ressaltar que a rede de sociabilidade dessas famílias foi redesenhada, afinal a Vila Capinzal não era composta somente pelas famílias que migraram para o Reassentamento Cristo Rei, sendo construídos diversos reassentamentos após a redemarcação da Terra Indígena de Serrinha. Portanto, não foram todas as famílias que conseguiram morar juntas, sendo que muitos vizinhos, amigos e parentes se distanciaram. Muitas pessoas haviam nascido na Vila Capinzal, outras por laço de matrimônio foram morar lá, posteriormente, mas tinham suas famílias próximas, residindo na mesma cidade ou em cidades vizinhas. Portanto, todas essas relações foram distanciadas. Outras, no entanto, se formaram com os novos vizinhos, bem como com as

comunidades rurais vizinhas, em momentos de trocas como em festas comunitárias e outros momentos cotidianos.

Conforme os relatos colhidos na pesquisa dessa dissertação nesses primeiros anos de reassentamento, uma dificuldade foi a falta de espaço para a plantação de alimentos para a subsistência, já que as famílias haviam acabado de chegar e ainda não tinham seus lotes delimitados, sendo que poucos alimentos vinham diretamente de suas terras, enquanto a maioria precisava ser comprada no mercado, com o dinheiro que haviam recebido pelas suas benfeitorias. Após a delimitação dos lotes individuais para cada família, o trabalho para a construção das propriedades começou sendo necessário construir casa, horta, galinheiro, chiqueiro e galpão, além de toda a infraestrutura de energia, água e estradas.

As casas de madeira que haviam sido construídas na Agrovila eram trazidas inteiras para as propriedades individuais, guinchadas por caminhão. Em alguns casos, continuavam a ser usadas como casas e tinham cômodos de alvenaria anexados; em outros casos, se tornavam galpão, caso a família optasse por construir uma casa somente de alvenaria.

Figura 15: Casa sendo guinchada por caminhão da Agrovila, com destino à propriedade de Lourdes e Artêmio Roncaglio



Fonte: Acervo pessoal de Lourdes Roncaglio, foto do início da década de 2000.

Outro investimento necessário, com o início dos plantios nas lavouras, foi em maquinários, sendo que uma diferença crucial de Chiapetta para Constantina era o solo. Grande parte das terras em Constantina eram “dobradas”, ou seja, muito íngremes e também muito pedregosas. Um entrevistado (Oneide Gallina, 2021) relatou que, quando os primeiros maquinários chegaram na Vila Capinzal, o trabalho foi grande, pois era necessário preparar a terra para usar aqueles equipamentos, já que antes, com o trabalho manual, os trabalhadores se adaptavam às especificidades de cada espaço, habilidade que uma máquina não tem. Então, foi necessário um esforço para a retirada das pedras que eram possíveis de serem removidas. Já em Chiapetta, o solo era plano, facilitando o uso desses equipamentos e proporcionando uma maior produtividade. Quando perguntados na entrevista em que local preferiam morar, todos concordaram que Chiapetta era a melhor opção, já que foi ali que as famílias conseguiram garantir melhores condições de vida.

3.3 NOVO CONTEXTO, NOVOS DESAFIOS

De fato, o trabalho se modernizou muito após a migração. Juntamente com as terras que apresentavam melhores condições de plantio, temos a modernização crescente do trabalho com o gado leiteiro, com a construção de salas de ordenha modernas e mecanização do trato. Contudo, duas ressalvas são necessárias: primeiramente, esse processo se insere em uma conjuntura nacional de políticas públicas voltadas a agricultura familiar; em segundo lugar, o nível de modernização não foi equivalente em todas as propriedades, sendo que algumas conseguiram se inserir melhor nesse cenário produtivo do que outras⁵⁹.

Essa modernização garantiu um aumento da renda familiar e, por conta disso, um maior acesso a bens de consumo e serviços, que vinham se popularizando, como a aquisição de eletrodomésticos, automóveis, investimento na educação dos filhos, maior investimento em saúde, modernização dos meios de comunicação, acesso à tecnologia, melhoria das casas e demais benfeitorias da propriedade.

⁵⁹ Isso se deve a uma série de fatores, como sucessão da propriedade, criação de sociedades para aquisição de maquinário e insumo, busca de crédito e incentivo a modernização, se encaixar nos parâmetros de acesso ao crédito e anseios pessoais e familiares.

Esse processo possibilitou que, em muitas propriedades, a sucessão familiar fosse garantida, sendo que, em muitas casas, trabalham duas gerações, com crianças já na terceira geração. Com isso, estava garantido não só a sucessão familiar, como a manutenção da escola do campo, sediada na comunidade Nova Conquista, importante ferramenta para a valorização da identidade agricultora, já que nas escolas do meio urbano não há uma preocupação com essa valorização. Pelo contrário, as crianças passam a ter vergonha de sua identidade, perdem a identidade linguística, passam a valorizar mais os espaços de sociabilidade urbana, se encaixam em padrões culturais urbanos, tendo pouco interesse no trabalho rural.

Com o aumento de maquinários no meio rural, ocorre a liberação de parte da mão de obra familiar que antes precisava plantar e colher a soja e o milho. Esse ponto foi levantado nas entrevistas, como um dos motivos pelo qual as famílias preferem Chiapetta. Em uma visita informal com minha família aos nossos antigos vizinhos da Vila Capinzal, que hoje moram na zona urbana de Constantina, ouvi uma fala que me marcou muito: a ex-vizinha falou que o que restava da Vila Capinzal era somente a saudade das pessoas, por que agora estavam muito melhor que antes. Essa frase poderia sair da boca de muitos migrantes daquele lugar, que melhoraram sua qualidade de vida. Uma entrevistada (Oneide Gallina, 2021) disse que queria ter vindo para Chiapetta uns 30 anos antes, já que em Constantina passavam muito trabalho e tinham pouca renda. Essa mesma família, em Constantina, chegava a vender no máximo três mil litros de leite por mês, sendo que agora produz mais de 17 mil litros.

Apesar dessa melhoria significativa de vida, é preciso falar também dos problemas sociais que a acompanham. O aumento da produtividade possibilitou um acréscimo da renda das famílias, mas essa produtividade veio acompanhada de mais despesas, um maior uso de agrotóxicos e problemas de saúde. Nas entrevistas orais (Bernadete Fátima Volp Candaten, 2022; Elide Conterato; Valdemar Antônio Conterato, 2021; Eloi Juriatti, 2021; Irineu Juriatti; Salete Zanella Juriatti, 2021; Linda Aime de Brito, 2021; Loreci Zanella, 2021; Lourdes Durante Roncaglio, 2021; Oneide Gallina, 2021; Rosa Santa Catarina, 2021; Valdir Zanella, 2021) foi relatado que o solo do Município, por ser mais plano, facilitou muito o trabalho, mas que a terra vermelha necessita de mais fertilização química para produzir. Nessa pesquisa, não temos conhecimentos suficientes para determinar se essa observação tem embasamento científico, mas é importante observarmos que, ao contrário de Constantina, onde as famílias encontraram o solo

coberto por florestas, em Chiapetta, a terra vinha sendo explorada há muito tempo como lavoura agrícola, sendo que, sua ocupação e exploração, por não indígenas, data de pelo menos meio século antes da entrada dos agricultores/as na Terra Indígena de Serrinha.

Uma das entrevistadas (Oneide Gallina, 2021) relatou que a terra de Chiapetta dá tudo o que plantar, mas exige mais tratamento e mais cuidado. Também relatou que é uma terra “lavadeira”, pois, depois que chove muito, ela cria uma crosta seca em cima do solo, e a água em vez de ser absorvida, lava a terra, dependendo de mais recursos para produzir. O aumento de agrotóxicos também está aliado com o plantio da soja transgênica, que como já falamos, foi modificada para ser mais resistente aos venenos.

Muitos entrevistados reclamaram dos efeitos dos agrotóxicos nas suas vidas. O problema para eles não é passar o agrotóxico na lavoura, mas sim o que eles trazem para a alimentação de autoconsumo e, conseqüentemente, os problemas de saúde advindo de seu uso. Além do efeito dos agrotóxicos sobre a floração de árvores frutíferas, dos insetos que migram das lavouras, com agrotóxico, para as hortas, o que afetou a alimentação de autoconsumo, foram as diferenças geográficas, aliando a essas características o fato de que muitos alimentos não podem ser colhidos no Reassentamento Cristo Rei, como a uva, o abacate, o abacaxi, a jabuticaba, a goiaba e o feijão.

A cana-de-açúcar ainda é plantada por algumas famílias, a fim de produzir açúcar, melado e rapadura nas propriedades, ou cachaça processada em uma propriedade vizinha, fora da comunidade. Mas, as famílias reclamam que a qualidade do açúcar não é a mesma, já que ele não fica tão claro e solto, e nem seca tão rápido, como em Constantina. Os alimentos processados, como a cana-de-açúcar, pertencem ao cotidiano das famílias, mas poucas ainda plantam, sendo que muitas compram esses alimentos de famílias da Região de Constantina. Um caso semelhante é da uva, que também é comprada pelas famílias de propriedades de Constantina ou Região, mas cabe colocar que, até mesmo em Constantina, muitas famílias deixaram de ter parreirais, por que a uva é uma fruta muito frágil, precisando de diversos tratamentos para resistir aos agrotóxicos que voam pelos ares. O mel também era um alimento mais presente na vida das famílias em Constantina, mas em Chiapetta há uma dificuldade de colher esse alimento. Pode-se perceber que nem sempre a terra ideal para o plantio de *commodities* é a ideal para a plantação de alimentos de autoconsumo. Uma entrevistada (Oneide Gallina, 2021) relatou que precisa passar veneno na horta também, pois a terra tem muito coró⁶⁰ e formiga cortadeira, insetos que

⁶⁰ Os besouros (fase adulta do inseto) de todas as espécies, podem ser facilmente percebidos à noite, próximos a fontes de luz. A postura é realizada pelas fêmeas no solo e aproximadamente uma semana

não prejudicavam a horta em Constantina. Ela explicou que, em Constantina, por ser um solo muito pedregoso, impedia essas formigas de se reproduzirem, pois elas fazem ninhos fundos.

Cabe colocar que estamos fazendo uma comparação, pois além de espaços diferentes, de tempos históricos diferentes, então, temos que ressaltar que as colmeias de abelhas passaram por problemas no estado todo⁶¹ e não dependem única e exclusivamente da migração, mas temos que ressaltar que o processo de degradação do ecossistema começou mais cedo em Chiapetta, já que se tratava de uma área que a anos estava sendo explorada como uma grande propriedade agrária.

Os benzimentos ainda são presentes na Comunidade. A maioria dos relatos (citou nome de mulheres na comunidade Cristo Rei, sendo que somente um homem foi referenciado como benzedeiro⁶² para berne em bovinos, mas também havia homens na Vila Capinzal, inclusive, sendo identificado um “caboclo” como curandeiro, o que evidencia o cuidado de não hegemonizar a população da Vila Capinzal, como exclusivamente branca. As práticas de benzimento citadas foram diversas: para coice de vaca, picada de animais peçonhentos, dor de cabeça, anemia e “bicha” (quando a criança está muito nervosa).

Também são contadas simpatias feitas, como para curar bronquite asmática, sendo que, para realizar a simpatia, era necessário pegar barro de uma mata virgem e botar com uma camiseta na criança, depois se enterrando a camiseta no lugar de onde foi tirado o barro. Contudo, segundo o relato da moradora (Loreci Zanella, 2021) que usou a simpatia, a doença foi curada e depois regressou. Remédios caseiros também eram feitos com uma série de ervas medicinais, sendo citados xaropes, como para amarelão, que usava folhas de nove árvores diferentes.

Alguns saberes tradicionais se perderam durante a sucessão familiar das propriedades. Esses saberes deram lugar a saberes técnicos, como o uso de maquinário e insumos agrícolas. Eles se disseminaram pelo trabalho dos técnicos agrícolas, tanto de

depois eclodem as larvas que se alimentam do sistema radicular das plantas. As larvas possuem cabeça marrom, corpo de coloração branco-amarelada e em forma de C. A ponta do abdômen é transparente e brilhante. As larvas de cada espécie podem ser diferenciadas pelo tamanho e pela disposição dos pelos e espinhos na região ventral do último segmento abdominal. AGROLINK. **Coró (*Liogenys* sp.)**. Disponível em: https://www.agrolink.com.br/problemas/coro_3320.html. Acesso em: 13 de agos. De 2022.

⁶¹ AGENCIA BRASIL. **Agrotóxicos encurtam vida e mudam comportamento das abelhas**. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-04/agrotoxicos-encurtam-vida-e-modificam-comportamento-de-abelhas>. Acesso em: 13 agos. 2022.

⁶² Hoje em dia ele está acamado por problemas de saúde e não foi possível realizar uma entrevista.

instituições públicas como a EMATER-RS/ASCAR⁶³, bem como pelas empresas privadas que vendem produtos para as famílias, como ração, equipamentos e agrotóxicos. Com a diminuição de alguns hábitos, como a produção dos derivados da cana-de-açúcar, a observação das fases lunares para o plantio, o processamento de alguns alimentos, os benzimentos e os remédios baseados nas práticas populares de cuidado ficaram esquecidos e não se disseminaram para as novas gerações da família.

Em muitos casos, esses saberes não se sustentaram. É o caso do benzimento para acabar com as lagartas na lavoura, haja vista que no período em que a prática era feita acreditava-se que os casos de insetos que não morriam se deviam a falta de fé das pessoas, e caso todos rezassem e não pecassem, a benção daria certo. Mas, hoje em dia, dificilmente esse tipo de religiosidade seria possível, pois, com a disseminação da hegemonia da soja e o desequilíbrio ambiental, o fenômeno da lagarta ficou mais recorrente e o número de insetos aumentou, o que impossibilita a fé de que elas seriam exterminadas por uma benção. Mas, cabe aqui, a fala de um dos entrevistados (Eloi Juriatti, 2021) de que “depois que o padre morreu as lagartas vieram com tudo”. Acredito que essa percepção foi possível por que a morte do padre coincidiu com o aprofundamento do processo de modernização desigual da agricultura brasileira, pois, com a hegemonia da soja, ocorreu o desequilíbrio ambiental que aumentou a população de lagartas.

As práticas populares de saúde também são menos disseminadas. Muito se deve ao acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS), o qual facilitou os tratamentos com fármacos. Algumas práticas ainda são comuns entre os mais velhos, como chás, pomadas, garrafadas e benzimentos, geralmente usadas como primeiro recurso. A procura por “naturalistas”⁶⁴ também é comum, sendo que, somente se esses recursos não funcionam é que o médico é consultado. Mesmo assim a crença em práticas de cura popular é usada como recurso. Em um episódio recente, um dos moradores do reassentamento adquiriu uma alergia cutânea dos agrotóxicos: se ele se aproxima de uma lavoura em que estão sendo aplicados esses produtos, sua pele fica com vermelhidão e há descascamento, sendo que não é mais uma opção ele próprio fazer as aplicações. Mesmo indo em médicos, a pele dele não se recuperou, ocorrendo a reincidência da alergia, Em decorrência, em uma

⁶³ Emater/rs. Disponível em: <https://www.emater.tche.br/site/index.php> . Acesso em 23 agos. de 2022.

⁶⁴ Pessoas que podem ou não ser formadas em medicina, geralmente não são, aprendem suas práticas em cursos pontuais ou são ensinadas por outros naturalistas, são muito comuns na região e procurados por que receitam remédios feitos a partir de plantas ou minerais, tidos como menos agressivos ao organismo do que os fármacos dados pelos médicos do posto de saúde.

conversa dessa pessoa com outro morador, ele disse que o enfermo precisava ir se benzer e consultar um naturalista para desintoxicar o sangue, pois só assim se curaria. Porém, nos mais jovens, a busca por essas práticas complementares não é tão presente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da pesquisa, buscou-se responder quais foram as mudanças que ocorreram no trabalho agrícola das famílias agricultoras do Reassentamento Cristo Rei, levando em conta, principalmente, dois fatores: a mercantilização do trabalho agrícola e a migração compulsória.

A intenção não foi comparar dois momentos históricos distintos e impor um maniqueísmo, no sentido de um período ou local ser melhor do que o outro, mas sintetizar as mudanças que ocorreram ao longo das décadas e, a partir da migração para outro território, a comunidade ganhou uma ferramenta para a percepção da sua trajetória histórica, podendo debater suas referências, bem como construir outras ferramentas de percepção disponíveis.

A partir da síntese das entrevistas, nas falas dos moradores do Reassentamento, foi possível notar que eles veem todos os dias sua soberania alimentar sendo ameaçada pelo avanço do agronegócio. Como muitas pessoas já comentaram que os agrotóxicos trazem problemas, ir carpir embaixo do sol quente durante horas também não é bom. Então parece que a busca está justamente no equilíbrio, em um sistema de produção que não envenene os corpos e o alimentos e que também permita ao/a agricultor/a qualidade de vida.

Uma palavra que parece central na conclusão deste trabalho é sustentabilidade, não somente no sentido comum em que usamos a palavra, de se ver as causas ambientais, mas também na provocação de pensarmos se a forma de vida que estamos levando, este tipo de sociedade, é sustentável para a vida no planeta, se conseguiremos manter ela por muito tempo. Pois, se observarmos, grandes mudanças ocorreram em um curto espaço de tempo, Como exemplos, em poucas décadas, um objeto milenar como a enxada, já foi substituído por outras tantas ferramentas e produtos, enquanto a roça das famílias passou por mudanças substanciais: da diversidade de produção para a especialização em poucos produtos, algumas famílias têm soja plantada embaixo de suas janelas, o que trouxe implicações para a sustentabilidade do modo de viver tradicional destas famílias.

Não podemos tratar as tradições como imutáveis, pois elas também são fruto de um processo histórico e, como um dia foram criadas, um dia também deixarão de existir. Mas parece não se tratar de puro conservadorismo trazer um alerta sobre o avanço do Capital sobre o modo de viver da agricultura familiar, justamente por ele representar uma ameaça à sustentabilidade destas famílias. Cabe, contudo, mostrar que o modo de vida da

agricultura familiar, se for preservado e valorizado, é sustentável. A policultura, os quintais, o cuidado, os saberes, as sementes, as mudas, a sucessão familiar, as comunidades, a cultura, a identidade, as lógicas e as simbologias, precisam ser preservadas, lembradas, memoradas e passadas através das gerações. Não por saudosismo, mas por sobrevivência, pela sustentabilidade da vida no planeta.

Para que isso aconteça, não é necessário o agricultor voltar a carpir buva no meio de uma lavoura de soja, mas que seja investido em tecnologias que melhorem a vida dos trabalhadores agrícolas, pois o modelo implementado hoje em dia só visa o aumento da produtividade do que vai ser exportado. A economia nacional também é importante, sem dúvida, mas ela não precisa necessariamente ser baseada na exploração de cereais que nem servem para alimentar os seres humanos. A agricultura familiar tem uma série de saberes, sementes e mudas que servem de alimento direto ao ser humano, que são muito mais sustentáveis, e que se feitos os investimentos e as políticas públicas certas, em nível global, poderiam nutrir todas as pessoas e garantir nossa soberania alimentar e econômica.

Vivemos em um país que privilegia a soja em vez do feijão, um dos alimentos mais riquíssimo nutricionalmente, e que alimenta pessoas, não bovinos. Os animais também alimentam a humanidade, mas os níveis de consumo médio por pessoa de carne em países “desenvolvidos” está muito além do necessário, tornando nosso modo de produção insustentável.

Nessa percepção, outro ponto de reflexão que parece ser necessário, é da preservação da identidade dos agricultores/as familiares. As diversas campanhas publicitárias do agronegócio tendem a colocar toda a diversidade de formas de trabalho agrícola do País sobre a alcunha do “agro”, estratégia que parece estar dando certo, se observamos as músicas sertanejas de sucesso no momento, além das publicações de agricultores/as familiares nas redes sociais. Mas quem é o agro? A movimentação está sendo justamente no sentido de ignorar a agricultura familiar como um setor da sociedade, fazendo com que ela perca sua identidade e passe a se identificar com os interesses dos produtores agrícolas ricos.

Assim, quando movimentos sociais de pequenos produtores agrícolas se manifestarem contrários à bancada do agronegócio no Câmara dos Deputados, os/as agricultores/as familiares irão pensar que o ataque foi contra eles, já que também fazem parte do agronegócio.

Portanto, caracterizar a agricultura familiar e entender suas particularidades também serve para reforçar esse modo de viver, que é tão diferente do agronegócio, este

que opera no campo a partir do interesse de obtenção de lucro e não com o objetivo de garantir a renda de uma família, como é o caso do grupo de trabalhadores/as, aqui em estudo.

REFERÊNCIAS

A FEBRE DA SOJA. [S. l.]: **O joio e o trigo**, 21 de setembro de 2021. Disponível em: <https://ojoioeotrigo.com.br/2021/09/a-febre-da-soja/> . Acesso em: 28 out. 2021.

AGENCIA BRASIL. **Agrotóxicos encurtam vida e mudam comportamento das abelhas**. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-04/agrotoxicos-encurtam-vida-e-modificam-comportamento-de-abelhas>. Acesso em: 13 ago. 2022.

AGROLINK. **Galinhas da angola livram pasto de pragas**. Disponível em: https://www.agrolink.com.br/noticias/galinhas-da-angola-livram-pasto-de-pragas_132321.html . Acesso em: 29 nov. 2021.

AGROLINK. **Coró (Liogenys sp.)**. Disponível em: https://www.agrolink.com.br/problemas/coro_3320.html. Acesso em: 13 de ago. De 2022.

ALBERTI., Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ALENTEJANO, Paulo. Trabalho no campo. In. CALDART, Roseli Salette. **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz/Expressão Popular, 2012, p. 757-761.

ALVES, Clovis Tadeu; TEDESCO, João Carlos. A revolução verde e a modernização agrícola na Mesorregião Noroeste do Rio Grande do Sul 1960/1970. **Teoria e Evidência Econômica**, n. 45, p. 257-281, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rtee/article/view/6187>. Acesso em: 28 set. 2019.

ARESI, Cláudia. **Transformações culturais e território: o Kaingang da Reserva Indígena de Serrinha – RS**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Instituto de Geociências/Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Constituição do Estado do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/dal/LinkClick.aspx?fileticket=WQdIfqNoXO4%3d&tabid=3683&mid=5359>. Acesso em: 21 abr. 2019.

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA. **A corrupção e a dívida pública no Governo Militar (1964-1985)**. Disponível em: <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/corruptcao-e-divida-publica-no-periodo-militar-1964-1985/> . Acesso em: 29 ago. 2021.

AULA Inaugural do Curso de Especialização em Questão Agrária. 1 vídeo (1h49min). 2020. Publicado pelo canal do Centro de Formação Paulo Freire. Disponível

em: <https://www.youtube.com/watch?v=OUAz6PfNUjE&t=5s>. Acesso em: 20 mar. 2022.

AZEVEDO, Elaine. Riscos e controvérsias na construção social do conceito de alimento saudável: o caso da soja. **Revista de Saúde Pública**, v. 45, p. 781-788, 2011.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rsp/a/TdMQFM3PyxPJC88bcpP8PmS/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 16 set. 2021.

BALSADI, Otávio Valentim. O trabalho agrícola nos censos agropecuários: uma visão histórica. In. SENRA, Nelson de Castro (Coord.). **O censo entra em campo: O IBGE e a História dos recenseamentos agropecuários**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014, p. 162-186.

BEITUM, Rodrigo Valverde. **Crédito rural, agricultura e Regime Militar: a política de desenvolvimento agrícola (1965-1979)**. 2012. 137 f. Dissertação (Mestrado em História). Assis, Universidade Estadual Paulista, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia Alimentar para a População Brasileira**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Diabetes, hipertensão e obesidade avançam entre os brasileiros**. Disponível em: <https://antigo.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46982-diabetes-hipertensao-e-obesidade-avancam-entre-os-brasileiros-3> . Acesso em: 25 nov. 2021.

BRASIL DE FATO. **"O agro não é pop"**: estudo aponta que a fome é resultado do agronegócio. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/10/20/o-agro-nao-e-pop-estudo-aponta-que-a-fome-e-resultado-do-agronegocio> . Acesso em: 22 nov. 2021.

BRASIL DE FATO. **Cientistas debatem a relação entre o capitalismo, a crise ambiental e a pandemia**. Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2020/06/04/cientistas-debatem-a-relacao-entre-o-capitalismo-a-crise-ambiental-e-a-pandemia> . Acesso em: 30 nov. 2021.

BRASIL DE FATO. **Produtores orgânicos sofrem perdas com pulverização de agrotóxico no RS**. Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2020/11/24/produtores-organicos-sofrem-perdas-com-pulverizacao-de-agrotoxico-no-rs> . Acesso em 25 nov. 2021.

BRASIL DE FATO. **Veneno pulverizado em plantações de soja contamina outros cultivos no RS**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/12/17/herbicida-toxico-esta-impactando-plantios-na-campanha-gaucha-denunciam-produtores> . Acesso em: 27 nov. 2021.

BRITO, Linda Aime de. Entrevista concedida à Tamara Juriatti. Chiapetta, 23 fev. 2021. Disponível em:

https://drive.google.com/drive/folders/1jRY5xHMBwiNxnKCf4k7Ae4ayqaA1vUWm?usp=share_link .

BRZEZINSKI, Elton. **O processo de emancipação do município de Chiapetta e a escolha do primeiro administrador**. Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em História. Ijuí: Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul, 1994.

BRZEZINSKI, Elton. **Chiapetta, um resgate de sua história**. Chiapetta/RS: [s.n.], 2005.

BRZEZINSKI, Elton. **A evolução da propriedade agrária no município de Chiapetta-RS: das posses à colonização**. Monografia (Especialização). Ijuí, Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul, 2008.

CONTERATO, Elide; CONTERATO, Valdemar Antônio. Entrevista concedida à Tamara Juriatti. Chiapetta, 25 jul. 2021. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1hBOQA3n97FuDBfIxiR9d8BYhRapaEw4g?usp=sharing> .

CANDATEN, Bernadete Fátima Volp. Entrevista concedida a Tamara Juriatti. Chiapetta, 27 fev. 2022. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1fxD7zWxTMBk3Az-3yXg4QrSdwTPxUwY2?usp=sharing> .

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARINI, Joel João. **Estado, índios e colonos: o conflito na reserva indígena de Serrinha norte do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo, RS: Universidade de Passo Fundo. UPF, 2005.

CARINI, Joel João. Estratégias indígenas e camponesas de luta pela terra e pela reprodução social na terra no norte gaúcho-1970-2007: o caso da reserva indígena de Serrinha. In. TEDESCO, João Carlos; CARINI, Joel João. **Conflitos agrários no norte gaúcho 1980-2008**. Porto Alegre: Est Edições, 2008.

CARINI, Joel João. **Reterritorializações de agricultores migrantes compulsórios: racionalidades, representações e cidadania**. 2010, p. 333. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Faculdade de Ciências Econômicas/Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2010.

CARVALHO, Vera Regina Ferreira. Indústria de laticínios no Rio Grande do Sul: um panorama após o movimento de fusões e aquisições. **Anais do 1º Encontro de Economia Gaúcha**, 2002, Porto Alegre, PUCRS, 2002. Disponível em: http://cdn.fee.tche.br/eeg/1/mesa_10_carvalho.pdf. Acesso em: 12 nov. 2021.

CARVALHO, Horacio Martins de; COSTA, Francisco de Assis. Agricultura camponesa. . In. CALDART, Roseli Salette. **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz/Expressão Popular, 2012, p. 28-34.

COLETTI, Tomé; LINS, Hoyêdo Nunes. A suinocultura no vértice das relações entre agroindústria e agricultura familiar no oeste de Santa Catarina. **Ensaio FEE** (Impresso), v. 32, p. 339-360, 2011. Disponível em: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/ensaios/article/download/2464/2980>. Acesso em: 15 out. 2021.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. Vol. 2. Brasília, DF, 2014.

CONTERATO, Marcelo Antônio. **A mercantilização da agricultura familiar do Alto Uruguai/ RS**: um estudo de caso no município de Três Palmeiras. 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, UFRGS, 2004.

CORREIO DO POVO. **Colheita do feijão está concluída no RS**. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/rural/colheita-do-feij%C3%A3o-est%C3%A1-conclu%C3%ADda-no-rs-1.580909> . Acesso em: 26 nov. 2021.

EM PRATOS LIMPOS. **O prejuízo que vem do vizinho**. Disponível em: <http://pratoslimpos.org.br/?p=774> . Acesso em: 27 nov. 2021.

EMBRAPA, EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Gado de Leite**. Circular Técnica 85. dez., 2005. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/595700/sistemas-de-producao-de-leite-no-brasil>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

EMBRAPA, EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Silos, silagem e ensilagem**. Campo Grande MS, 1995. Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/139015/1/cnpgc-divulga-02.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2021.

EMBRAPA, EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Soja em números** (safra 2020/21). Disponível em: <https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1/dados-economicos> . Acesso em: 26 nov. 2021.

EMBRAPA, EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Testes de qualidade**. Disponível em: http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Agencia8/AG01/arvore/AG01_189_21720039246.html . Acesso em: 08 nov. 2021.

FEDERICI, Silvia. **Reencantando o mundo**: feminismo e a política dos comuns. São Paulo: Elefante, 2022.

FREITAS, José Cassiano de. **A política agrícola do Regime Militar de 1964**: aspectos jurídicos, financeiros e socioeconômicos. 2008. 107 f. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional), Fortaleza, Universidade de Fortaleza, 2008.

GALLINA, Oneide. Entrevista concedida à Tamara Juriatti. Chiapetta, 30 jul. 2021. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1230VKGS1J-umzTw3-95dHDw0AmQU1ovf?usp=share_link .

GARCIA, Nicole Reginé. **PRORURAL**: uma política previdenciária para o campo no governo Médici (1969-1973). Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde). Rio de Janeiro, Fundação Osvaldo Cruz, 2010.

GIL, Tiago. **Como se faz um banco de dados** (em História). Porto Alegre: Ladeira Livros, 2015.

GLOBO RURAL. **Leite**: produtor investe em fazenda robotizada e recebe R\$ 1,90 por litro. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/noticias/pecuaria/leite/leite-produtor-investe-em-fazenda-robotizada-e-recebe-r-190-por-litro/>. Acesso em: 15 nov. 2021.

GONCALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil**: política agrícola e modernização econômica brasileira, 1960-1980. São Paulo: HUCITEC, 1997.

GRYNSZPAN, Mario. A questão agrária no Brasil pós-1964 e o MST. In: Jorge Ferreira; Lucília de Almeida Neves Delgado. (Org.). **O Brasil Republicano**. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 1ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 4, p. 315-348.

GRYNSZPAN, Mario. “A questão agrária no Brasil pós-64 e o MST” In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (orgs.) **O Brasil Republicano 4: O tempo da Ditadura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GUASQUES, José Garcia; BASTOS, Eliana Teles. Uso da terra e produção agropecuária. In: SENRA, Nelson de Castro (Coord.). **O censo entra em campo: O IBGE e a História dos recenseamentos agropecuários**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014, p. 118- 161.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf

HOFFMANN, Rodolfo. Estrutura agrária e acesso à terra. In: SENRA, Nelson de Castro (Coord.). **O censo entra em campo: O IBGE e a História dos recenseamentos agropecuários**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014, p. 97- 117.

IANNI, Octavio. **Ditadura e agricultura**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1979.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário de 1970**: Rio Grande do Sul. Disponível em:

http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/45/ca_1970_v3_t21_rs.pdf. Acesso em: 24 set. 2019.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IX Recenseamento Geral do Brasil de 1980**: Censo agropecuário do Rio Grande do Sul. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/46/ca_1980_v2_t3_n22_p1_rs.pdf. Acesso em: 24 set. 2019.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censos econômicos de 1985**: Censo agropecuário, n. 24, Rio Grande do Sul. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/47/ca_1985_n24_rs.pdf. Acesso em: 24 set. 2019.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário de 1995-1996**: Rio Grande do Sul. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/48/agro_1995_1996_n22_rs.pdf. Acesso em: 24 set. 2019.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário** - o que é. Rio de Janeiro, [2017?]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuaria.html?=&t=o-quee> . Acesso em: 24 set. 2019.

JURIATTI, Eloi. Entrevista concedida à Tamara Juriatti. Chiapetta, 27 fev. 2021. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/11M7oJ7-AIPeUO-gLkmFLUF4TTIEO8rtO?usp=sharing> .

JURIATTI, Salete Zanella; JURIATTI, Irineu. Entrevista concedida à Tamara Juriatti. Chiapetta, 21 jul. 2021. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1rM9PPPrwsDE0DI35Gq_UBtuOrt-8eE-W?usp=sharing .

JURIATTI, Tamara. Processo de reassentamento das famílias da Reserva Indígena de Serrinha (Constantina/RS) para a Comunidade Cristo Rei (Chiapetta/RS) – 1996-2002. Santa Maria. **Trabalho de Conclusão de Graduação** (Curso de Licenciatura em História). Universidade Federal de Santa Maria. 2019.

KONRAD, Diorge Alceno; LAMEIRA, Rafael Fantinel ; LIMA, Mateus da Fonseca Capssa. . O Golpe e a consolidação da Ditadura Civil-Militar no Rio Grande do Sul. **Cuadernos del CILHA**, v. 14, p. 01, 2013.

KONRAD, Diorge Alceno; LAMEIRA, Rafael Fantinel. O Golpe Civil-Militar de 1964 e o Rio Grande do Sul: historiografia e história. In, Alessandro Batistella. (Org.). **O Golpe Civil-Militar de 1964 no Sul do Brasil**. Chapecó - SC: Argos, 2014, p. 19-96.

KONRAD, Diorge Alceno. Resistência e 'Distensão': a Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964-1979). In. DOCKHORN, Gilvan Veiga; NUNES, João Paulo Avelãs; KONRAD, Diorge Alceno (Orgs.). **Brasil e Portugal**: ditaduras e transições para a democracia. Coimbra; Santa Maria: Imprensa da Universidade de Coimbra; Editora da Universidade Federal de Santa Maria, 2020, v. 1, p. 169-178.

KRETER, Ana Cecília. A previdência social e a condição da mulher. **Gênero** (Niterói), Niterói, v. 5, n. 2, p. 137-156, 2005.

LAZZARETTI, Mateus. **Renovação Sindical**: surgimento e atuação da oposição cutista no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Constantina/RS na década de 1980. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de História-Licenciatura) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2022.

LAZZARI, Francini Meneghini; SOUZA, Andressa Silva. Revolução Verde: impactos sobre os conhecimentos tradicionais. **Anais 4º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade: mídias e direitos da sociedade em rede**. Santa Maria: UFSM, 2017. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/congressodireito/anais/2017/4-3.pdf>. Acesso em: 28 set. 2019.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LIMA, Bruna; KONRAD, Diorge Alceno. O “Milagre Econômico Brasileiro” no Jornal *A Razão* de Santa Maria (1969-1974). I Congresso Internacional de História Regional e MERCOSUL: Integração e Desencontros, 2011, Passo Fundo - RS. **Anais Eletrônicos Do I Congresso Internacional De História Regional**. Passo Fundo - RS: Editora da UPF, 2011. v. 1. p. 409-422.

LOPES, Danielle Bastos. Os direitos dos índios no Brasil: a trajetória dos grupos indígenas nas constituições do país. **Espaço Ameríndio**, v. 8, n. 1, p. 83–108, 2014.

LUCCA, Emerson Juliano; TRENNEPOHL, Dilson; LIMA, Guilherme Gadonski de. Expansão da cadeia produtiva do leite e seu potencial de impacto no desenvolvimento da Região Noroeste Rio-Grandense. **7 Encontro de Economia Gaúcha**, Porto Alegre, 2014, v. 1. p. 3-28.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro III – O processo global da produção capitalista. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Latifúndio. In. CALDART, Roseli Salete. **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz/Expressão Popular, 2012, p. 757-761.

MEMÓRIAS da Ditadura. **Trabalhadores rurais**. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/trabalhadores-rurais/>. Acesso em: 09 set. 2021.

MERCY FOR ANIMAL. **9 coisas repugnantes que a indústria do leite faz**. Disponível em: <https://mercyforanimals.org.br/blog/9-coisas-industria-leite-faz/>. Acesso em: 27 nov. 2021.

MONTEIRO, John Manuel. **Tupis, tapuias e historiadores**: estudos de história indígena e do indigenismo. Tese (Concurso de Livre Docência). Campinas: Departamento de Antropologia, 2001. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/281350>. Acesso em: 23 jan. 2019.

NASCIMENTO, José Antônio Moraes do. **Muita Terra para Pouco Índio**: ocupação e apropriação dos territórios Kaingang da Serrinha. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

NESTLÉ. **Manual de Fornecimento de Leite para a Nestlé**. Disponível em: <https://silo.tips/download/manual-de-fornecimento-de-leite-para-a-nestle>. Acesso em: 03 set. 2021.

NEVES, Delma Pessanha. Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena. **REVISTA NERA**, [S. l.], n. 7, p. 68–93, 2012. DOI: 10.47946/rnera.v0i7.1454. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1454>. Acesso em: 28 dez. 2022.

NOTA Fiscal de produtor da Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul. **Notas n. 297571 a 297580**. Constantina/RS. 1979-1982. Acervo pessoal Irineu Juriatti e Salete Juriatti.

NOTA Fiscal de produtor da Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul. **Notas n. 384391 a 384400**. Engenho Velho/RS. 1988-1990. Acervo pessoal Irineu Juriatti e Salete Juriatti.

NOTA Fiscal de produtor da Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul. **Notas n. P 044 252381 a P 044 252390**. Engenho Velho/RS. 2000-2002. Acervo pessoal Irineu Juriatti e Salete Juriatti.

NOTA Fiscal de produtor da Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul. **Notas n. P 104 486291 a P 104 486300**. Chiapetta/RS. 2009-2010. Acervo pessoal Irineu Juriatti e Salete Juriatti.

NOTA Fiscal de produtor da Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul. **Notas n. 943351 a 943360**. Constantina/RS. 1980-1982. Acervo pessoal Valdir Zanella e Loreci Zanella.

NOTA Fiscal de produtor da Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul. **Notas n. 030201 a 030210**. Constantina/RS. 1992-1993. Acervo pessoal Valdir Zanella e Loreci Zanella.

NOTA Fiscal de produtor da Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul. **Notas n. P 067 802821 a P 067 802830**. Chiapetta/RS. 2002-2005. Acervo pessoal Valdir Zanella e Loreci Zanella.

NÚCLEO DE PESQUISAS EPIDEMIOLÓGICAS EM NUTRIÇÃO E SAÚDE - USP. **A classificação nova**. Disponível em: <https://www.fsp.usp.br/nupens/a-classificacao-nova/>. Acesso em: 30 out. 2021

PERES NETO, Floriano ; ZAPPA, Vanessa. Mastite em Vacas Leiteiras - Revisão De Literatura. **Revista Científica Eletrônica de Medicina Veterinária**, v. IX, p. 01-28, 2010.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti; DIESEL, Vivien. Agricultura familiar no Norte do Rio Grande do Sul: a cooperação como estratégia de resistência à proletarização no município de Constantina. **Anais do VI Encontro - Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção: Agricultura Familiar e Meio Ambiente**. Aracaju - SE: SBSP/Embrapa - Tabuleiros Costeiros, 2004.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti; DIESEL, Vivien. Implicações da Apropriação da Categoria “Agricultura Familiar” na Trajetória da Organização dos Agricultores do Alto Uruguai do RS. **Revista Desenvolvimento em questão**, Ijuí, ano 6, núm. 11, p. jan./jun. 2008.

PINTO, Marina Barbosa; CERQUEIRA, Augusto Santiago. Reflexões sobre a pandemia da COVID-19 e o capitalismo. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 20, n. 1, p. 38-52, jan./jun. 2020.

PLEIN, Clério. Capitalismo, agricultura familiar e mercantilização. **Informe GePec**, v. 14, n. 2, p. 96–111, 2010. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/4008>>. Acesso em: 03 out. 2019

POMPEIA, Caio. **Formação política do agronegócio**. São Paulo: Elefante, 2021.

POZZI, Pablo A. Historia social, historia militante: “un producto colectivo”. **Revista História & Perspectivas**, Uberlândia, v. 1, n. 40, p. 81-115, jan. /jun, 2009.

POZZI, Pablo A. Esencia y práctica de la história oral. **Revista Tempo e Argumento**, v. 4, p. 61–70, 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FARROUPILHA. **Talão do produtor**. Disponível em: <http://farroupilha.rs.gov.br/servicos/talao-do-produtor/> . Acesso em: 07 nov. 2021.

PRIMAVESI, Ana. **Manual do solo vivo**: solo sadio, planta sadia, ser humano sadio. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

PRIMAVESI, Ana. **Cartilha da terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

PROJETO COLABORA. **O veneno da soja contra os vinhos gaúchos**. Disponível em: <https://projetocolabora.com.br/ods15/vinhedo/> . Acesso em: 27 nov. 2021.

QUEIROZ, Danielle Teixeira; VALL, Janaina; SOUSA, Ângela Maria Alves; VIEIRA, Neiva Francenely Cunha. Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde. **Revista Enfermagem (UERJ)**, v. 15, p. 276-283, 2007.

R7. **Inflação e dívida pública explodiram no Brasil ao final da ditadura militar**. Disponível em: <http://www.r7.com/r7/media/2014/20140331-info-ditadura/20140331-info-ditadura.html>. Acesso em: 19 jun. 2022.

REGO, Adilson José da Costa; WRIGHT, Charles L. Uma análise da distribuição do crédito rural no Brasil. **Revista de Economia Rural**, v. 19, n. 02, p. 217-238, abr./jun. 1981. Disponível em:

<http://www.resr.periodikos.com.br/article/5d1232260e882538105a3d52/pdf/resr-19-2-217.pdf> . Acesso em: 19 jun. 2022.

REIS, Maria Rita (Coord.). **Sementes transgênicas** – contaminação, royalties e patentes. Curitiba: Terra de Direitos, 2009. 43 p. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/acervo/publicacoes/cartilhas/53/sementes-transgenicas-contaminacao-royalties-e-patentes/5550>. Acesso em: 28 out. 2021.

RIET-CORREA, Franklin. *et al.* **Doenças de ruminantes e equinos**. 2 ed. Vol. 1. São Paulo, SP, 2006, p. 294 a 305.

RONCAGLIO, Lourdes Durante. Entrevista concedida à Tamara Juriatti. Chiapetta, 20 jul. 2021. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1KqoksirvM2H7O_lywLa2XUrNUSisSkb9?usp=sharing .

SALES, Márcia Neves Guelber. **Criação de galinhas em sistemas agroecológicos**. Vitória, ES: INCAPER, 2005. Disponível em: <http://www.ifcursos.com.br/sistema/admin/arquivos/15-17-36-criaca0degalinhasemsistemasagr0ec0l0gic0s.pdf>. Acesso em: 15 out. 2021.

SANTA CATARINA, Rosa. Entrevista concedida à Tamara Juriatti. Chiapetta, 22 jul. 2021. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1gGbIOCMwV-8zEUAm7O30qPVCpY7k5Hz8?usp=sharing> .

SERAFINI, Rafaela Fatima *et al.* Evolução dos sistemas da produção de suínos em uma comunidade rural de Três Passos - RS. **IX Salão Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão**, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <http://conferencia.uergs.edu.br/index.php/IXSIEPEX/IXSIEPEX/paper/viewFile/3645/740>. Acesso em: 07 nov. 2021.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gala, 2003.

THE INTERCEPT_BRASIL. **Documento da Coca-Cola nos EUA lista Guia Alimentar para a População Brasileira como ameaça**. Disponível em: <https://theintercept.com/2021/09/01/coca-cola-documento-lista-guia-alimentar-como-ameaca/> . Acesso em: 25 nov. 2021.

TONON, Rafael. **Revista Piauí**. O vírus está no prato. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-virus-esta-no-prato/>. Acesso em: 30 nov. 2021.

UK LIBRARIES.Louie B. **Nunn Center for Oral History**. Disponível em: https://libraries.uky.edu/libpage.php?lweb_id=11&llib_id=13 . Acesso em: 24 nov. 2021.

UFSM, UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Manual de Biossegurança para a comunidade acadêmica durante a pandemia de Covid-19**. Santa Maria: UFSM, 2020.

VIEIRA, Ana Carolina Quintana; HACON, Vanessa. **O desenvolvimento do capitalismo e a crise ambiental. O Social em Questão**, v. 25/26, p. 427, 2011.

Disponível em: [http://osocialemquestao.ser.puc-](http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/21_OSQ_25_26_Quintana_e_Hacon.pdf)

[rio.br/media/21_OSQ_25_26_Quintana_e_Hacon.pdf](http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/21_OSQ_25_26_Quintana_e_Hacon.pdf). Acesso em: 30 nov. 2021.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 25-44, 2014.

WOORTMANN, Klass. “Com parente não se negueia”: o campesinato como ordem moral. **Anuário antropológico/87**, Editora Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro, 1990, p. 11 – 73.

WOORTMANN, Ellen F.; WOORTMANN, Klas. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Editora UNB, 1997.

ZANELLA, Loreci. Entrevista concedida à Tamara Juriatti. Chiapetta, 27 fev. 2021.

Disponível em:

https://drive.google.com/drive/folders/1cPqD1uL3xQu7mIVXLPxcM_vwx-uI6h_d?usp=sharing .

ZANELLA, Valdir. Entrevista concedida à Tamara Juriatti. Chiapetta, 29 jul. 2021.

Disponível em:

https://drive.google.com/drive/folders/1cPqD1uL3xQu7mIVXLPxcM_vwx-uI6h_d?usp=sharing .

ZARTH, Paulo Afonso. **História agrária do planalto gaúcho, 1850-1920**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997. Disponível em:

http://www.academia.edu/2109944/Hist%C3%B3ria_agr%C3%A1ria_do_planalto_ga%C3%BAcho_1850-1920. Acesso em: 3 mar. 2019.